

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

GABRIELE OBERSTEINER SCHEIBLER NUNES

**A REDE INTEGRADA DE ESPAÇOS PÚBLICOS DE CRICIÚMA E SUAS
CONEXÕES**

CRICIÚMA

2019

GABRIELE OBERSTEINER SCHEIBLER NUNES

**A REDE INTEGRADA DE ESPAÇOS PÚBLICOS DE CRICIÚMA E SUAS
CONEXÕES**

Dissertação a ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais.

Área de concentração: Sociedade, Meio Ambiente e Desenvolvimento

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Teresinha Maria Gonçalves

CRICIÚMA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

N972r Nunes, Gabriele Obersteiner Scheibler.
A rede integrada de espaços públicos de Criciúma e suas conexões /
Gabriele Obersteiner Scheibler Nunes. - 2019.
122 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense,
Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Criciúma, 2019.
Orientação: Teresinha Maria Gonçalves.

1. Espaços públicos – Criciúma (SC). 2. Percepção ambiental. 3.
Cidades e vilas. I. Título.

CDD 23. ed. 711.4



UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE
Pró-Reitoria Acadêmica
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais

PARECER

Os membros da Comissão Examinadora homologada pelo Colegiado de Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais reuniram-se para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado apresentada pela candidata **GABRIELE OBERSTEINER SCHEIBLER**, sob o título: **“A REDE INTEGRADA DE ESPAÇOS PÚBLICOS DE CRICIÚMA E SUAS CONEXÕES”**, para obtenção do grau de **MESTRE EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS** no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Após haver analisado o referido trabalho e arguido a candidata, os membros são de parecer pela **“APROVAÇÃO”** da Dissertação.

Criciúma/SC, 21 de março de 2018.

Prof. Dra. Maíra Longhinotti Felipe
Primeiro Examinador

Prof. Dr. Nilzo Ivo Ladwig
Segundo Examinador

Prof. Dra. Teresinha Maria Gonçalves
Presidente da Comissão e Orientadora

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não seria o mesmo sem o apoio de algumas pessoas que estão ao meu lado, seja fisicamente ou em pensamento e orações. Sem elas nada disso seria possível.

Agradeço primeiramente a Deus, por cuidar de mim e de meus familiares, não nos deixando na mão na caminhada por um dos meus sonhos.

Aos meus pais, Delson e Cristina, que tanto me ensinaram e incentivaram na vida e nesta dissertação, dando todo o apoio que podiam, mesmo de longe, não tenho palavras para agradecer.

Ao meu marido, Mateus, pela compreensão e por estar ao meu lado quando eu mais precisei, sendo incentivador e apoiador dos meus sonhos.

A todos os professores do PPGCA, pelo apoio e empenho dado de alguma forma ao meu trabalho, seja como inspiração ou como voz ativa. Em especial, à minha orientadora Prof^a. Dr^a. Teresinha Maria Gonçalves.

Ao Arquiteto Giuliano Elias Colossi, pela disposição em auxiliar sempre que necessário para obtenção de dados e informações essenciais a esta dissertação.

Sem essas pessoas esse trabalho não seria possível, vocês têm minha admiração, muito obrigada por tudo!

“porque a cidade que eu penso agora ficará comigo pra sempre”

Jaime Lerner

RESUMO

As cidades brasileiras crescem em um ritmo acelerado, fazendo com que cada vez mais as pessoas vivam em espaços menores e mais adensados, ocorrendo um desequilíbrio no acesso à cidade, desigualdade no território urbano e a ausência de escutar a cidade e seus usuários. O acesso ao espaço público e a facilidade com que o sujeito possa entender esse lugar como seu é o que faz uma rede de espaços públicos de qualidade. Para isso foi analisada uma amostra de espaço público de Criciúma/SC, focando na conexão deste com outros, tendo por base a percepção desses usuários. A pesquisa de campo e observações sistemáticas foram utilizadas na coleta de dados, a fim de extrair as percepções dos entrevistados em relação a um espaço público conectado com outros. Tendo como local de pesquisa a praça central da cidade, por ofertar bens e serviços, que caracterizam uma área de fácil identificação da população. Tudo isso pela importância em pesquisar a forma com que os usuários percebem espaços conectados, que os identifiquem e que sejam efetivamente utilizados por eles. Entendendo, assim, quais são as maneiras mais eficazes de fazer com que um espaço público seja visto como conectado pelas pessoas para gerar resultados que possam qualificar esses espaços como uma rede. Podendo estabelecer medidas que incentivem e potencializem a criação de novos espaços, conforme observado nas literaturas que quanto maior é a oferta de espaços públicos, mais as pessoas o utilizam. E através dos dados coletados percebe-se que uma das ferramentas que podem ser utilizadas para fazer com que esses espaços sejam entendidos como conectados, são características físicas comuns a este: como a continuidade nas calçadas, padrão de mobiliário urbano, presença de árvores e sombra e que tudo isso pode estar relacionando a dinâmica do lugar, pois quanto mais pessoas circulam nesse espaço, mais elas o tem internalizado em sua imagem mental, fazendo com que seja um espaço facilmente reconhecido e conectado na visão dos usuários.

Palavras-chave: Espaço público, Conexão em rede, Percepção do usuário.

ABSTRACT

Brazilian cities are growing at an accelerated pace, causing more and more people to live in smaller and denser spaces, with an imbalance in access to the city, inequality in the urban territory and the absence of listening to the city and its users. Access to public space and the ease with which users can understand this place as theirs is what makes a network of quality public spaces. For this, a sample of public space of Criciúma / SC was analyzed, focusing on the connection of this with others, based on the perception of the users. Using field research and observations in place for data collection, in order to extract the perceptions of the user in relation to a public space connected with others. Having as a research site the central square of the city, for offering goods and services, which characterize an area of easy identification of users. All this for the importance in researching the way users perceive connected spaces that identify them and that are effectively used by them. Understanding, therefore, what are the most effective ways of making a public space seen as connected by people and then generating results that can qualify these spaces as a network. It can establish measures that encourage and potentiate the creation of new spaces, as observed in literature that the greater the supply of public spaces, the more people use it. And through the collected data realizing that one of the tools that can be used to make these spaces be understood as connected, are physical characteristics common to this: as continuity in the sidewalks, pattern of urban furniture, presence of trees and shade and that all this may be relating the dynamics of the place, because the more people circulate in that space, the more they have internalized it in their mental image, making it a space easily recognized and connected in the user's vision.

Keywords: Public space, Networking, Perception of the user.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Esquema de adensamento da cidade de Criciúma por bairro, e os espaços públicos.	24
Figura 2 - Método de Pesquisa de Aulia e Zahara (2018).	53
Figura 3 - Panorama da cidade de Criciúma.....	56
Figura 4 - Passivo Ambiental pela exploração do carvão no Rio Sangão em Criciúma.	57
Figura 5 – Esquema de estrutura urbana da conformação inicial da Praça Nereu Ramos.	58
Figura 6 - Retrato tirado do centro da Praça Nereu Ramos, com a Catedral ao fundo.	59
Figura 7 – Esquema da divisão dos bairros de Criciúma com destaque no Bairro Centro.	60
Figura 8 – Esquema do Bairro Centro com destaque nas praças e parques.	61
Figura 9- Quadro conceitual do estudo.....	62
Figura 10 - Diretrizes políticas para promover o senso de lugar (ou local).	63
Figura 11 - Quadro conceitual para análise dos dados coletados através das entrevistas.	68
Figura 12 – Esquema do Bairro Centro com destaque nas áreas de percepção dos usuários dos limites da Praça Nereu Ramos.....	71
Figura 13 - Calçadão da Praça Nereu Ramos.	73
Figura 14 – Vista do interior da Praça Nereu Ramos.	73
Figura 15 - Edifício da antiga Casa Londres, atualmente.....	75
Figura 16 - Catedral de Criciúma e parte da Praça Nereu Ramos, atualmente.	76
Figura 17 - Pergolado com a Catedral São José ao fundo.	77
Figura 18- Comércio nos arredores da praça e o quiosque no centro da foto.	78
Figura 19 - Vista da Praça Nereu Ramos em direção ao Terminal Central de Transporte.	79
Figura 20 - Vista da Praça Nereu Ramos com o quiosque (bar).	81
Figura 21 - Praça Nereu Ramos nos anos 50, mantendo o mesmo desenho até os dias de hoje.	83
Figura 22 – Área da praça citada com baixa mobilidade em relação aos pedestres e veículos.	86
Figura 23 – Faixa vermelha para passagem de veículos locais e estacionamento no calçadão.	87
Figura 24 - Terminal urbano de transporte público de Criciúma e Avenida Centenário.	88
Figura 25- Praça Nereu Ramos no início da noite (21h), em dia de semana.....	90
Figura 26 - Movimento do comércio na Praça Nereu Ramos.	91
Figura 27 – Esquema da localização dos entrevistados na Praça Nereu Ramos.	93

Figura 28 - Montagem da Feira do Livro no calçadão da Praça Nereu Ramos.....	96
Figura 29 – Esquema do Bairro Centro com destaque na abrangência da Praça Nereu Ramos conforme os entrevistados, sobrepostos em transparência.	100
Figura 30 – Esquema do Bairro Centro com zonas conforme Plano Diretor.....	102
Figura 31 – Esquema do Bairro Centro com edificações e espaços públicos existentes, contrastando com terrenos vazios.....	104
Figura 32 - Gruta Nossa Senhora de Lourdes.	105
Figura 33 - Proposição para uma via em zona comercial.....	106
Figura 34- Proposição para a Rua Santo Antônio, no trecho que conecta a Praça Nereu Ramos com a Praça do Congresso.....	107

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quadro conceitual de avaliação dos espaços pelo olhar do usuário	64
Tabela 2 - Percepções dos limites da Praça Nereu Ramos	69
Tabela 3 - Fatores citados que tornam o espaço entendido como conectado na visão dos usuários.....	72
Tabela 4 - Fatores citados que tornam o espaço entendido como não conectado na visão dos usuários.....	85
Tabela 5 - Relação faixa etária e sexo dos entrevistados	98

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	15
1.2 JUSTIFICATIVA	18
2 OBJETO DE PESQUISA	25
2.1 PERGUNTA DE PESQUISA	25
2.2 OBJETIVO GERAL.....	25
2.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	26
3 REFERENCIAL TEÓRICO	26
3.1 A CIDADE E O ESPAÇO URBANO.....	26
3.1.1 A cidade e seus significados	28
3.2 DINÂMICAS DO ESPAÇO URBANO	29
3.3 O MODO DE VIDA DO CIDADÃO ALIADO AO ESPAÇO PÚBLICO	33
3.3.1 O espaço público como palco das relações humanas	33
3.4 MOBILIDADE E DESENHO URBANO	40
3.5 O ESPAÇO PÚBLICO	43
3.5.1 Intervenções no espaço público	47
3.6 A IMAGEM MENTAL DOS USUÁRIOS SOBRE O ESPAÇO	50
4 METODOLOGIA.....	55
4.1 LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	56
4.2 MATERIAIS E MÉTODOS.....	61
4.3 A PESQUISA DE CAMPO.....	64
4.4 ANÁLISE DOS DADOS	67
5 ANALISANDO DOS DADOS	69
5.1 A PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS SOBRE O ESPAÇO PÚBLICO	69
5.1.1 Espaços percebidos como conectados na visão do usuário	71
5.1.1.1 Características físicas	72
5.1.1.2 Características funcionais	77
5.1.1.3 Características sensoriais.....	81
5.1.2 Espaços percebidos como não conectados na visão do usuário	85
5.1.2.1 Características físicas	85
5.1.2.2 Características funcionais	88
5.1.2.3 Características sensoriais.....	91

5.2 O USUÁRIO NO ESPAÇO PÚBLICO	93
5.2.1 Percepção sensorial.....	93
5.2.2 Padrões de uso	96
5.2.3 Avaliações do espaço pelo usuário	97
5.2.4 Características de identificação social	98
6 CONCLUINDO E SUGERINDO	99
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
REFERÊNCIAS	111
APÊNDICES	115
ANEXOS	118

1 INTRODUÇÃO

O tema dos espaços públicos em rede é algo que há muito tempo é um anseio de vida do pesquisador. Durante a graduação em arquitetura e urbanismo esse tema sempre pulsou quando se tratavam espaços públicos, pois havia uma necessidade percebida próximo a sua residência, a casa de seus avós, e a tantos outros espaços em que convivia o pesquisador. Com essa questão emergindo em seus estudos descobre-se que no Brasil havia alguns lugares que trabalhavam esse tema, ainda que tímidos, mas havia a necessidade de conhecê-los. Acontece uma viagem à cidade de São Paulo, onde o objetivo era ir até esses espaços e entender sua dinâmica, como isso funcionava, e se funcionava. O retorno foi surpreendente, observa-se muito mais que espaços em rede, mas pessoas que amavam aquele lugar, e cuidavam como se fosse os pátios da sua casa, e foi amor a primeira vista! Dessa forma começou essa vontade de estudar e projetar espaços que se conectassem, e que mesmo por grandes distâncias a serem percorridas fossem entendidos como interligados, e que facilmente qualquer pessoa pudesse andar por ele.

E assim começa-se a entender que estudar espaços em rede trata-se de uma eterna abordagem de pesquisa, pois cada lugar possui suas características, e a todo o momento sua dinâmica muda, tornando tudo isso muito mais interessante. Observar a realidade do Brasil, e da região em que se vive, é o primeiro passo para uma compreensão do que as pessoas anseiam dos seus espaços, tratando assim cada vez mais como espaços efetivamente utilizados pelos sujeitos, melhorando a qualidade de vida da população como um todo.

E pensar as cidades brasileiras hoje, para um arquiteto e urbanista, é se colocar diante de um todo complexo dadas as múltiplas facetas que assume o meio urbano e, tal qual um caleidoscópio, as imagens e cores que se sobrepõem descortinam uma paisagem urbana a qual a morfologia é dada pelas edificações e pelas pessoas que ali habitam e, ao mesmo tempo, as constroem todos os dias.

Compreender que as cidades se fazem para além do traçado urbano é de extrema importância para os profissionais que trabalham a questão urbana, e pensar as cidades atualmente implica em pensar espacialidade e temporalidade na perspectiva do tempo histórico.

As cidades se formaram pela necessidade de trocas, tanto materiais quanto simbólicas. Estar no centro das atividades urbanas é sentir-se acessando a vida pública e as possibilidades de satisfação das necessidades materiais dadas pelo comércio e pelas informações que permeiam o espaço público. A cultura de uma população se expressa em praça pública pelos festivais de arte de todo o tipo, pelo convite a peças de teatros, pelas manifestações políticas e culturais, pelos anúncios e pelo fervilhar das pessoas em um vai e vem constante.

As cidades do momento histórico em que vivemos, ou seja, as cidades sob hegemonia do projeto neoliberal, principalmente as dos países localizados abaixo da linha do equador, ou seja, os países pobres ou em desenvolvimento, apresentam situações de vida em suas periferias que ferem a dignidade humana.

Muitos autores hoje falam sobre crise de identidade na sociedade pós-moderna e isso é percebido no nosso cotidiano. A sociedade moderna ou pós-moderna tem produzido cidades caracterizadas por muitas mudanças por conta do processo de globalização da economia e da informação. O lugar antropológico do sujeito, ou seja, o lugar onde ele sedimenta sua cultura é deslocado constantemente. Deixa de ser um lugar fixo, coerente, estável, o que tem causado sérios danos no processo de construção da identidade. O momento individual de reflexão para o sujeito encontrar a si mesmo, segundo tese de vários autores, se daria justamente não no isolamento da sua casa, mas sim no espaço público e na afirmação da sua identidade perante o outro que aí encontra. No entanto, percebe-se que a vida coletiva hoje é substituída pelos espaços individuais, dentro das casas ou nos shopping centers tenta-se encontrar o outro, que passa muitas vezes a ser substituído pelo celular, que com sua tela mostra muitos outros com os quais o sujeito se relaciona, por meio de mensagens e frases resumidas, construindo outra linguagem que não aquela da presença do outro, em que o diálogo e as relações se dão face a face.

Portanto, a necessidade de se ter espaços públicos, como praças, parques, ruas e calçadas de boa qualidade e com atrativos, é como um antídoto contra o isolamento das pessoas perdidas na multidão. E pode-se remeter também não só a espaços públicos livres, mas aos próprios espaços livres, que são entendidos aqui como qualquer espaço livre de construção ou ocupação territorial fixa e sólida, sendo de acesso público, coletivo ou privado, podendo ser formado por ruas, parques, praças, calçadas, pátios, jardins, lagos, praias, rios. E estes espaços livres, por sua vez, formam na cidade uma rede, conectada e diversa, com características singulares em cada cidade e em cada um desses espaços, principalmente pelo

seu significado, porém, com uma ligação permeável e intensa. Entendendo que a palavra rede, tem origem do latim *retis*, que remete a um conjunto de fios, linhas e nós, entrelaçados formando uma espécie de tecido, que é exatamente o que acontece na cidade, com o tecido urbano.

Essa reflexão remete à ideia da cidade democrática e, nesse contexto, os espaços públicos se convertem em verdadeira escola de cidadania. Como entendemos o conceito de cidadania? Nessa pesquisa, o conceito de cidadania é entendido como o acesso à civilidade, às relações de interações positivas por meio de uma linguagem competente, onde todos os signos, quer da linguagem falada ou das imagens expostas nas ruas através de placas, cartazes, luzes vão incentivar as pessoas a construir a sua identidade urbana. Por sua vez, os moradores da cidade com identidade urbana, internalizam o espaço público e a vida coletiva. Essa questão é muito importante porque a cidade, nessa condição, passa a ser desejada e efetivamente vivida e apropriada pelas pessoas e não temida. Por isso, se fala que os espaços públicos podem ser o antídoto contra o medo e a não valorização da vida pública e formal que nele se dá.

O direito à cidade clama pela questão da justiça e da igualdade. O desenho urbano nessa perspectiva não deveria ser desigual, no sentido de que o território da cidade acaba sendo dividido entre ricos e pobres ou periferia e centro, dentre outras desigualdades encontradas na cidade. Tanto o centro da cidade quanto a periferia deveriam possuir uma infraestrutura mínima que possibilitasse o exercício da civilidade, portanto da cidadania. Essas são reflexões que levaram o pesquisador a propor o tema e objeto da pesquisa que trata dos espaços públicos e a visão que os usuários tem destes como conectados.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

No contexto das cidades brasileiras, estas cresceram rapidamente em poucas décadas, levando um número grande de pessoas a viverem em conjunto em um menor espaço territorial. Isso acaba por se refletir na construção imediata de infraestrutura e habitação para uma grande quantidade de pessoas, levando em consideração aqui também a mobilidade dessa população e o próprio “embelezamento” urbano que em muitas cidades precisou ser executado paralelo a esse processo (MARICATO, 2013).

A vida no espaço urbano hoje já é uma realidade para a maior parte dos sujeitos e dentro das cidades - que foram criadas pelos próprios seres humanos - é onde ocorre a maior

quantidade de relações sociais e de conflitos (SOUZA, 2005). Porém, esses conflitos não podem ser diretamente relacionados com problemas, conforme Lerner (2003, p. 61) “a cidade também é o último refúgio da solidariedade. A cidade não é problema, a cidade é solução”. E as cidades podem ser definidas como “espaços de interação em que as identidades e os sentimentos de pertencimento são formados com recursos materiais e simbólicos de origem local, nacional e transnacional” (CANCLINI, 2007, p.153). Souza (2005) define a cidade como uma centralidade econômica, também como um espaço de produção não agrícola, um centro de gestão do território e um local onde as pessoas interagem e se organizam. Sennet (2003) relaciona as cidades a um corpo humano, em que a circulação do sangue pelo corpo traz a vida a ele e, da mesma forma, as circulações e movimentos nas cidades através de suas veias – como são chamadas por ele, as ruas – trazem vida às cidades. E assim como nas cidades, todas as partes são importantes, como um corpo funcionando perfeitamente ou não, a cidade também é assim, não tendo um órgão principal, mas sim diferentes órgãos e sistemas trabalhando pelo todo.

Souza (2005) explica que o caos encontrado nas cidades de pequeno a grande porte (cada uma em sua proporção) não poderia ser muito diferente do que vemos hoje. As cidades crescem cada vez mais horizontalmente e verticalmente paralelo à produção e exploração do território e a própria degradação ambiental, que segundo o autor em um país em desenvolvimento de regime capitalista dificilmente aconteceria de outra forma, pois a tendência é cada vez produzir e consumir mais, gerando impactos na cidade. O autor ainda ressalta que, a grande preocupação de estudiosos em relação à cidade não se dá pelo fato do grande crescimento populacional urbano ou pela própria expansão territorial nas áreas urbanas, mas sim pelo fato de a cidade ter sido percebida como um misto de satisfação e orgulho de um lado e frustração, medo e descontentamento por outro.

Por isso é interessante ressaltar que não somente questões do trânsito ou da ocupação intensa do território são problemas ou caos urbano que está em diversos pontos, mas este caos pode ser encontrado principalmente no desequilíbrio do acesso à cidade, na desigualdade encontrada por todo o território e na ausência de escutar a cidade, ouvir suas peculiaridades, seus anseios, sem padronizações ou teorias que façam dela um espaço que não identifique seus moradores (JACOBS, 1961).

Tardin (2014) afirma que a paisagem urbana é fragmentada nos seus sistemas socioculturais, biofísicos e urbanos, sendo consequência da ocupação desordenada e da falta

de um planejamento urbano coeso. Entre os principais motivos de a fragmentação urbana estar presente nas nossas cidades pode-se citar: a falta de escutar os usuários da cidade; as construções de infraestruturas urbanas que pouco tem relação com o local em que se inserem; a presença de áreas urbanas com tecidos que não são bem articulados com a cidade; a insuficiência de espaços livres públicos; e a existência de áreas de preservação que não se articulam com a cidade (TARDIN, 2014), as quais poderiam ser potencializadas inclusive para uma educação ambiental em relação àquele espaço e um maior cuidado da população com o mesmo. Dessa forma, com uma cidade fragmentada, a tendência é a ocupação máxima das áreas livres, com pouco cuidado com as reservas naturais e o isolamento de comunidades, que estão pouco articuladas com a rede urbana da cidade. Acsehrad (2001) fala sobre a construção ideal de uma cidade que seria contínua e não fragmentada, com um conceito de espaço-tempo homogêneo que atenda a circulação livre de bens materiais e imateriais.

Souza (2005) percebe que essa preocupação e discussão sobre as cidades tem ficado somente na comunidade acadêmica ou com profissionais do planejamento urbano. O autor também expõe que a participação popular no planejamento e gestão urbana possui duas vertentes, onde uma delas faz com que os sujeitos participantes estejam mais conscientes e se sintam responsáveis também pela cidade em que vivem. E por outro lado, há a visão de que já existem representantes eleitos pelo povo para tomar qualquer tipo de decisão a respeito do planejamento urbano, sendo que estes por sua vez possuem uma visão um pouco mais ampla do quadro geral em que a cidade se encontra.

Dessa forma entende-se como primordial para uma pesquisa que trate de espaços públicos, uma avaliação conforme a percepção dos usuários sobre determinado espaço, pois cada sujeito é único, com seus anseios e observações que são relevantes para entender determinado espaço como uma imagem comum a ele. Neste trabalho o conceito de percepção é baseado em Carl Jung, segundo Viegas da Silva (2010, p.3):

Cresce diariamente essa percepção consciente por força da aplicação das quatro funções mentais que Jung denominou pensamento, sentimento, sensação e intuição. Além dessas quatro funções mentais, existem duas atitudes que determinam a orientação da mente consciente. Estas atitudes são a introversão e a extroversão. A atitude, introvertida orienta a consciência para o mundo interior, subjetivo; enquanto que a atitude extrovertida orienta a consciência para o mundo externo, objetivo.

Portanto a percepção é o fruto do mundo singular do sujeito, de conceitos que este introjetou da realidade e que vai perceber essa realidade por meio dessas quatro funções

mentais citadas pelo autor, ou seja, pensamento, sentimento, sensação e intuição. Dessa forma a percepção é individual, formada pela introjeção do social.

1.2 JUSTIFICATIVA

Maricato (2013) ressalta que é impossível entender o ambiente construído sem escutar ou perceber a sociedade que ali vive, pois o território é totalmente desigual e heterogêneo. E ainda relata que um debate democrático e a participação social, em um país autoritário como o Brasil, não é uma tarefa fácil, mas seria uma ação transformadora.

Os espaços públicos sempre foram sinônimos de manifestações, legitimações sociais, espaços de trocas, convivência e vida social. Porém, essa vida social nos espaços públicos tem mudado ao longo dos anos, sendo substituída por vidas privadas, segregadas, diminuindo a interação social. Isso se dá, tanto devido à pouca valorização da gestão urbana para com os espaços públicos, quanto por uma alteração no significado destes (GEHL, 2013).

A importância de analisar e rever um sistema de espaços públicos da cidade remete à reflexão de que paisagem urbana vivenciada todos os dias pelas pessoas tem o poder de influenciá-las ou convidá-las para determinadas atividades e promover sensações ligadas ao comportamento humano (TARDIN, 2014) e, da mesma forma, as pessoas também tem a capacidade de mudar o comportamento de uma vida social e dinâmica da cidade, dependendo de sua ação sobre ele. Essa questão é muito importante quando relacionamos o espaço público de uma determinada vizinhança e da rede de espaços dentro da cidade, pois os espaços públicos são feitos para pessoas e, sem sua ação sobre eles, o espaço não tem vida, ele não atua como tal. Para que a pessoa perceba os espaços conectados, essa conexão se dá por meio de elementos que o atraia e o motive a usufruir desses espaços. Entendendo também a importância de que o usuário perceba o espaço como conectado, para que seja utilizado em sua integralidade e vivenciado efetivamente pelo sujeito, que por sua vez acaba sendo atraído por estes locais, como um efeito de imã, conforme teoria de Rolnik (1995).

Para entender a identidade e as características de um lugar, é importante definir de que forma essas fronteiras imaginárias vão influenciar na conexão dos espaços públicos, formando ou não uma rede de espaços na imagem mental do usuário (NIKŠIČ E WATSON, 2017). A importância de perceber como o usuário concebe as fronteiras de um determinado espaço é essencial para a pesquisa sobre uma rede de espaços públicos, pois assim podem determinar quais os elementos principais percebidos de uma conexão urbana entre espaços públicos.

Kim e Yang (2017) explicam que, por muitos anos a escala do pedestre foi deixada de lado dando lugar somente a passagem e circulação de veículos e, dessa forma, o espaço público da calçada, por exemplo, foi diminuindo aos poucos. Estudos e dados apontam que, mesmo com a precariedade encontrada nas vias públicas e nos espaços públicos em relação a caminhar a pé, ainda se caminha muito nas cidades do Brasil (ANDRADE E LINKE, 2017). Essa caminhada pode ser tanto com destino inicial e final utilizando a via pública, tanto quanto fazendo um trajeto menor para acessar o transporte público ou um estacionamento, por exemplo. Em relação a esses dados pode-se dizer que, com as condições precárias de infraestrutura em que se encontram as calçadas para essa atividade, muitos pedestres acabam se tornando vítimas do trânsito (ANDRADE E LINKE, 2017), ou seja, o governo acaba gastando com saúde um valor que poderia estar investindo nas calçadas, espaços públicos e na priorização do pedestre, garantido assim menor conflito entre veículos e pedestres.

Por isso, é preciso atentar para um desenho urbano que privilegie a circulação de pedestres, ciclistas e não somente com prioridade dos veículos, visto que a rua é um espaço que deve ser compartilhado por todos. E, por sua vez, se estes espaços públicos – calçadas, praças, parques - forem dinâmicos e bem utilizados pelas pessoas, podem auxiliar em melhorias sociais, físicas e até econômicas nas cidades a nível local e global. Maricato (2013) afirma que nos bairros periféricos onde a oferta de transportes públicos é deficiente e menor, as pessoas fazem mais viagens a pé e, por outro lado, em bairros com maior oferta de transporte público, menos viagens são feitas a pé. Dessa forma, pode-se entender o quanto é necessário observar a escala do pedestre que anda a pé, buscando qualificar essas viagens e transições, garantindo melhor mobilidade como uma rede integrada.

Gehl (2013), em suas análises sobre o conceito de espaço público mostra que este está em constante reestruturação e mudança, pois novos modos de habitar e de se relacionar geram novas opiniões e atitudes diante do espaço público. As relações sociais, políticas e econômicas sofrem mudanças a todo o momento, gerando diferentes relações pessoais e no nosso modo de ver o espaço, acarretando ações diferentes e olhares em constante mudança e evolução sobre o espaço comum compartilhado. Por isso, para um planejamento urbano democrático, segundo Maricato (2013), é necessário observar e ouvir seus usuários, pois as relações que ocorrem em determinado espaço podem influenciá-lo e vice-versa.

Muitas estruturas subutilizadas e espaços ociosos trazem à tona uma preocupação com o zoneamento e planejamento para a cidade atual e do futuro, visto que existem muitos locais

com potencial de expansão e implantação de espaços de qualidade para a população. E, além de espaços de qualidade, é necessário criar referências, conforme ressalta Lerner (2003, p.83) “identidade, autoestima, sentimento de pertencer, tudo tem a ver com os pontos de referência que uma pessoa possui em relação à sua cidade”.

As melhorias nos espaços públicos e calçadas trazem uma melhor qualidade urbana em diferentes escalas, resultando em benefícios sociais para a população urbana. Por isso, devemos estar atentos, tanto ao espaço público na escala do bairro, próximo da vivência humana diária, quanto em nível de cidade, nos locais que acessamos esporadicamente, para que essas formações de espaços públicos a nível local, de bairro ou vizinhança e, conseqüentemente, em nível de cidade auxiliem principalmente na construção de uma cidade socialmente coesa (NIKŠIČ; WATSON, 2017).

Na perspectiva de Moretzsohn (2010), o espaço público de qualidade pode acabar por instituir novos valores ao cidadão, onde ele encontre em seu tempo livre, ou mesmo no momento em que se desloca para o trabalho, um sentimento de tranquilidade, de convivência e qualidade de vida. O espaço público em rede, que não limita e nem determina seus usuários por proximidade ou segregação possui acesso livre, é democrático e conectado com as atividades sociais, políticas e humanas de nós cidadãos, sendo assim um espaço em que as pessoas estejam em primeiro lugar.

As vias públicas que determinam o traçado e a mobilidade humana de uma cidade priorizam o automóvel. Para uma cidade sustentável, é necessário que o sujeito faça a maior parte da sua locomoção através da “mobilidade verde”, que se dá através do transporte público, da bicicleta ou a pé, os quais geram benefícios, tanto à economia quanto ao meio ambiente (GEHL, 2013). Para isso, é necessário planejar e compreender a mobilidade urbana além da questão dos espaços públicos, mas de como a cidade se conecta e como o sujeito traça suas rotas dependendo de suas necessidades. O aumento na quantidade de espaços destinados à população aumenta o uso destes, fazendo com que mais pessoas se desloquem para utilizá-los e, por seqüência, se faz necessário conectar os espaços utilizando a mobilidade, transformando a cidade com uma rede urbana de espaços públicos.

A qualidade e a acessibilidade nos espaços públicos trazem inúmeros benefícios para a população, fazendo com que os sujeitos tenham uma melhora na qualidade de vida, que reflete em benefícios na saúde física e mental de quem usufrui. Com a criação de novos

espaços públicos, a população é estimulada a usufruir desses locais e do que estes a proporcionam.

Na cidade de Criciúma, que conta com 45 unidades (CRICIÚMA, 2012) registradas de espaços públicos (praças), é necessária uma análise que compreenda a qualidade desses espaços bem como a conexão urbana que há entre eles, através da visão do usuário. Assim, pode-se analisar uma maneira de oferecer qualidade aos espaços existentes e propor a implantação de novos espaços públicos, de forma que o sujeito possa circular entre todos estes livremente e que seja acessível a qualquer ponto da cidade por qualquer morador.

O que torna a rede - ou o conceito dela - importante para a pesquisa é o significado de interligação de um todo (DIAS; SILVEIRA, 2007), que é formado por partes menores, interligadas e vividas como um conjunto sobre um território determinado, que neste estudo está definido pelo território de uma cidade. Sendo importante para que o sujeito encontre na rede de espaços públicos mais próxima a sua vivência, formas de interagir no espaço público.

Criciúma - SC, o foco desse estudo, é uma cidade ferida sob muitos aspectos. Sua paisagem de natureza abundante- localizada no bioma da Mata Atlântica - foi destruída em grande parte pela atividade carbonífera que se iniciou com a Segunda Guerra Mundial (GONÇALVES; MENDONÇA, 2007) e permanece até hoje, embora com menos intensidade. A cidade possui atualmente em média 5.500 hectares de área degradada (GONÇALVES; MENDONÇA, 2007), seis rios poluídos e apresenta um problema sério no que se refere às águas urbanas, pois seu principal rio, o Rio Criciúma, encontra-se sufocado por baixo da cidade e canalizado em muitos pontos. E que no momento, já foi concluída a primeira parte da construção do canal auxiliar na cidade e está sendo construído a segunda, gerando altos custos para o poder público para amenizar o passivo encontrado no território da cidade devido a essa ocupação.

A cidade de Criciúma tende a um estilo de vida cada vez mais urbano, pois cresceu muito nas últimas décadas com a migração de um grande número de pessoas em busca de novas oportunidades na era do carvão e hoje pelas indústrias e comércio. Por consequência disso, geraram-se muitos conflitos de planejamento, devido ao fato de que a expansão urbana não era esperada e as gestões não deram conta de um planejamento que controlasse ou remanejasse alguns sistemas para melhorar a qualidade de vida. Frente ao crescimento desordenado, aliado a certo descaso com o planejamento urbano na cidade de Criciúma, nota-

se a deficiência na qualidade e quantidade de espaços públicos e equipamentos urbanos aliados a estes. Como ressalta Jacobs (1961), os técnicos que atuam no planejamento urbano agem de acordo com o conhecimento técnico adquirido e as teorias que os acompanham, muitas vezes não observam a cidade de perto, com o olhar humano, observando suas características, aquelas que não podem ser vistas através de mapas e estatísticas, pois a realidade urbana está em constante desalinhamento (ANDRADE; LINKE, 2017). Souza (2005) relata que a frase “falta de planejamento urbano” não seria a melhor descrição do planejamento urbano no país, mas cita que é necessário sim mais planejamento e um melhor planejamento urbano. Frente a essa questão, o autor considera que devem ser analisados os seguintes itens: as dificuldades técnicas do planejamento podem ter outras causas como econômicas, institucionais e culturais e, sendo assim, ela transcende a questão meramente do próprio planejamento urbano; é necessário saber se há técnicos e planejadores capacitados frente a esse desenvolvimento nas cidades; e também a questão de que a equipe de planejadores faz parte de um corpo e um serviço que depende de recursos públicos e de um contexto em que estão inseridos e, muitas vezes, essas instituições possuem maior interesse no dito crescimento econômico do que na questão do desenvolvimento sócio espacial (SOUZA, 2005).

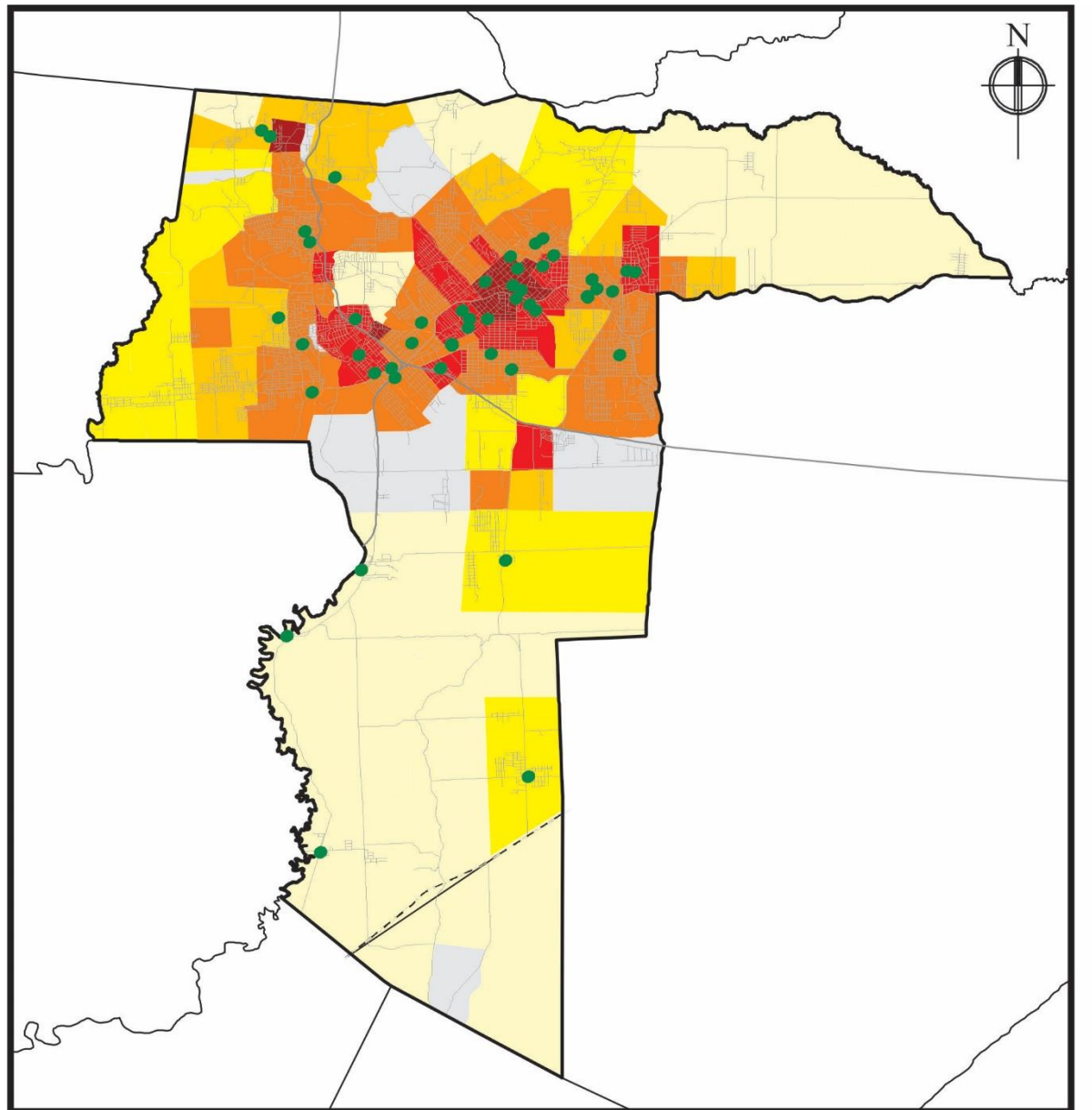
Aliada a essa situação, referente ao meio físico, temos também um baixo grau de urbanidade no sentido de que a cidade não privilegia a escala do pedestre, mas sim o dos veículos. A arborização não é valorizada no centro da cidade, pois contraria interesses do comércio, já que esconderia as placas das lojas. Outro problema observado é que as árvores também são sacrificadas nas áreas centrais em função da rede elétrica, no entanto, sabe-se que várias cidades no Brasil negociaram com as companhias de energia elétrica uma espécie de proteção e capa dos fios que passam por entre as árvores, com segurança.

As calçadas na área central e principalmente na periferia da cidade não dão condições para a população caminhar ou transitar com segurança, gerando medo aos usuários, principalmente às pessoas com mobilidade reduzida, como idosos ou pessoas com algum tipo de deficiência. Sabe-se que as calçadas são de responsabilidade dos proprietários das áreas privadas daquele local, então porque essas calçadas são de responsabilidade privada, sendo que as ruas são de responsabilidade pública? No mínimo deveria ser dada a mesma prioridade que é dada aos veículos que circulam na cidade para as calçadas onde circulam e vivem os pedestres, pois toda a população, além de circular sobre um veículo, também é pedestre e

circula pelas calçadas. E entende-se que a vida pública ocorre principalmente sobre as calçadas e espaços públicos, então dessa forma, as calçadas poderiam ter uma atenção muito maior do que a própria rua.

As praças registradas na cidade são distribuídas principalmente nas áreas mais adensadas, conforme figura 1, onde se percebe grande quantidade de praças e parques em áreas mais adensadas e pouca ou nenhuma unidade nas áreas mais afastadas. O que é justificado de certa forma, devido ao fato de que determinada área possui maior necessidade destes espaços pela quantidade de pessoas que ali vivem e circulam.

Figura 1 – Esquema de adensamento da cidade de Criciúma por bairro, e os espaços públicos.



LEGENDA:

- Até 2 habitantes por ha
- 2 a 5 habitantes por ha
- 5 a 10 habitantes por ha
- 10 a 25 habitantes por ha
- 25 a 50 habitantes por ha
- acima de 50 habitantes por ha
- sem informação

● Praças ou parques registrados na PMC

Fonte: Autora.

Escala Gráfica

0 2,5km 5km

Porém de certa forma há uma carência a população mais afastada da área central, de ter acesso a esse tipo de espaço, inclusive que possa gerar a convivência entre a população da área central com a população da área periférica e vice-versa, para que assim, de alguma forma esses espaços possam ser de livre acesso a todos e que legitimem a população como um todo, mesmo possuindo características locais peculiares a estes. Esse acesso a população como um todo e a facilidade com que os usuários podem entender aquele lugar também como seu, é o que faz a rede de espaços públicos ser socialmente coesa. Entendendo aqui o conceito de espaço como um local que remete à liberdade e o lugar como um local que possui significação, afeição, segurança (TUAN, 1983).

Muitos desses lugares, as praças, se tornaram locais perigosos, espaços do medo, pois são habitados muitas vezes por pessoas que geram a insegurança aos moradores, como usuários de droga, etc. Essa é uma das questões que têm afastado as pessoas das praças, além das questões de atratividade desses locais, já que muitas vezes a população não encontra nela um espaço que a identifique, que a faça sentir vontade de frequentá-la e assim atrair cada vez mais pessoas, tornando espaços com grande dinâmica na cidade.

A necessidade de entender e analisar como os usuários da cidade de Criciúma compreendem os espaços públicos e como os veem conectados em rede, seguros, próximos e dinâmicos, é o desejo que emerge a pesquisa, buscando formas de identificar nesses espaços suas potencialidades e deficiências, para entender a cidade como uma rede de espaços públicos, que sejam acessíveis e frequentados efetivamente, buscando uma melhoria na qualidade urbana, social e cultural.

2 OBJETO DE PESQUISA

A conexão em rede dos espaços públicos de Criciúma.

2.1 PERGUNTA DE PESQUISA

- Como é entendida na percepção dos usuários a rede de espaços públicos na cidade?

2.2 OBJETIVO GERAL

Analisar a rede de espaços públicos de Criciúma/SC, com foco na conexão e otimização destes tendo por base a percepção do usuário, através de um estudo de caso.

2.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Observar a dinâmica de usos de espaços públicos na cidade de Criciúma.
- Identificar a percepção dos usuários da cidade em relação aos espaços conectados em rede;
- Avaliar a rede de espaços públicos conforme a percepção dos usuários.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A CIDADE E O ESPAÇO URBANO

As cidades atuais e grandes aglomerações urbanas enfrentam uma crise urbana, devido a um modo de urbanização não planejado, gerando consequências para toda a população, conforme ressalta Acselrad (2001, p. 9):

A urbanização rápida e a intensa concentração de indústrias, serviços e, portanto, de seres humanos, têm transformado as cidades no oposto de sua razão de ser – um lugar para viver bem, nas palavras de Aristóteles.

A modernidade urbana traz à tona o planejamento da cidade (ORLANDI, 2001), pois à medida que a cidade cresce de diferentes formas, aumentam o número de invasões, de moradias, de movimentações. E as cidades, em muitos casos, não estão preparadas para essas ocupações. Atender às questões de infraestrutura e suprir as demandas e necessidades das cidades vai além do que o planejamento urbano pode suprir. Como reflete Acselrad (2001), é necessária uma comunicação, um diálogo e uma interação com a comunidade, com o objetivo de qualificar a sociedade juntamente com a população.

Acselrad (2001, p.14) ressalta que “como a maioria dos fenômenos sociais, o crescimento urbano apresenta efeitos paradoxais (...)” enquanto de um lado a economia e a sociedade mostram benefícios de crescimento e evolução, aliados à prosperidade, por outro lado os passivos desse crescimento crescem em ritmo acelerado. Ressaltando a questão da degradação ambiental, onde a cada dia a população é surpreendida por novos efeitos dessa exploração, e as questões da diminuição da qualidade de vida, juntamente com a violência e crises sociais. Mumford (1991) fala sobre uma cidade que, em um menor espaço físico, aproxima seus habitantes e ao mesmo tempo aumenta a distância social, onde, de um lado se vê as relações sociais, encontros, comunicação, etc., e por outro lado fica clara a segregação, a insensibilidade, o egoísmo, o controle e a violência.

Na discussão das cidades, a questão ambiental tem sido cada vez mais presente e, no sentido de complementar esse debate, têm se visto o crescimento da discussão sobre as cidades dentro do contexto ambiental (ACSELRAD, 2001), e isso se dá tanto por instituições ou atores sociais da cidade, frente a grande concentração de população dentro de áreas urbanas e o impacto que estas têm causado, tanto ao ambiente natural em que vivem, quando a impactos atuais e futuros na qualidade de vida da população.

A população das cidades fica a mercê das consequências da ocupação urbana exacerbada, sendo que, segundo Acselrad (2001, p.23) “o que caracteriza as cidades contemporâneas sob efeitos da globalização é justamente a profunda desigualdade social na exposição aos riscos ambientais”.

O crescimento da ocupação nas áreas urbanas se dá por um efeito atrativo, que devido à proximidade e acesso a serviços e comércios na área urbanizada, muitas empresas e organizações optam pelo espaço urbano para sua implantação, e uma cidade não é feita apenas para um sujeito, mas sim para um grande número de pessoas, com diferentes culturas, modos de vida, classes e temperamentos (LYNCH, 2017). Por consequência disso, a população acaba se deslocando também para esses locais, fazendo com que o Estado precise investir em infraestrutura para atender a demanda crescente da população, e esse investimento por sua vez, acaba por atrair ainda mais famílias para estes espaços, trazendo assim maior demanda para essa região (ACSELRAD, 2001). A necessidade de atender ao déficit de moradia leva o Estado a investir em assentamentos distantes da área mais central da cidade, que por sua vez possui maior infraestrutura, serviços e mobilidade, fazendo com que esta população se realoque em um espaço com menor oferta de serviços públicos e também espaços públicos de qualidade (ORLANDI, 2001). Dessa forma, a população se vê obrigada a deslocar-se diariamente para áreas mais centrais em busca de atendimento e serviços, fazendo com que a mobilidade seja essencial para essa dinâmica urbana. Essas características urbanas dão origem a novos contextos urbanos, onde são vistas cidades dispersas, descontínuas, policêntricas e muitas vezes transferindo grande parte de funções para áreas centrais (PINTO E REMESAR, 2015).

Entende-se que, quando a demanda de infraestrutura e serviços urbanos não acompanha o crescimento urbano, acontece uma “segmentação socioterritorial” (ACSELRAD, 2001) onde certa população é atendida por determinados serviços e outra parte

da população não é. Dessa forma, inicia-se uma forma de segregação social, seguida por conflitos sociais.

3.1.1 A cidade e seus significados

Rolnik (1995) fala sobre a cidade como uma obra coletiva que desafia a natureza, e junto da cidade com o domínio do território aparece também uma organização social. Lynch (2017) fala sobre a cidade como uma organização multifuncional, vista por diferentes perspectivas, formada por diferentes visões e mãos. Pois o sujeito nunca está só na cidade, ele faz parte de um coletivo, uma parte do todo, que forma a própria cidade, como ressalta Rolnik, onde diz que (1995, p.21) “assim, ser habitante de cidade significa participar de alguma forma da vida pública, mesmo que em muitos casos esta participação seja apenas a submissão a regras e regulamentos”. E mesmo sem participações ativas no território da cidade ou na própria conformação desta, o sujeito age sobre ela simplesmente pelo fato de estar sobre seu espaço físico e participar da organização social.

Em qualquer território de cidade há, em algum momento, um espaço, praça, calçada, ou uma construção, que seja ao mesmo tempo de todos e de ninguém, que se configure como de domínio e uso público dos habitantes de determinada cidade (ROLNIK, 1995). Esses espaços, por sua vez, precisam ser entendidos como espaços de todos, onde todo sujeito tem responsabilidade sobre ele e onde o espaço tenha responsabilidade social pelos sujeitos, de oferecer qualidade, seja de circulação, lazer, convivência, entre outros benefícios ou serviços necessários ao cidadão. E como complemento social para estes espaços públicos, eles se tornam ainda mais significativos quando, por exemplo, há uma manifestação ou grandes apropriações do espaço que é de todos, pois legitima ainda mais a questão de que este território deve ser utilizado pelo povo e para o povo, transformando-se assim em um símbolo de cidadania (ROLNIK, 1995).

A cidade atual tem identidade forte de circulação e fluxos, de pessoas, materiais, informações e capital (ROLNIK, 1995), e ela descreve a sua história, seus espaços, sua arquitetura, tudo está escrito no território desse espaço urbano. Rolnik (1995) descreve a cidade como um ímã capaz de atrair pessoas, negócios e fluxos para um espaço compartilhado e também a define como escrita, onde a própria cidade escreve sua história e onde a própria escrita – documentos, notícias – descreve e faz a cidade. É como se um espaço definido na cidade como uma praça, um edifício, uma casa ou vizinhança, possam ser lidos como um

texto, que pode se alterar ao longo dos anos com a mudança do significado, mas continua contando sua história, que segundo Le Corbusier (2004), os objetos construídos são os documentos ou imagens mais fiéis e reveladores de uma cidade. Por isso, há uma importância, segundo Rolnik (1995), em preservar patrimônio histórico, para que determinado espaço ou construção continue exprimindo significado para a população e também contando a história de determinado local.

3.2 DINÂMICAS DO ESPAÇO URBANO

O sentido de vida pública se altera com o passar dos anos, as relações sociais mudam, as formas de vida e dinâmica urbana se alteram rapidamente, e o significado de público e privado que se faz no imaginário onde se percebe as fronteiras entre esses espaços, pode também mudar ao longo do tempo, com relação direta com a questão social e cultural de determinada população (ORLANDI, 2001). O contexto urbano tem se alterado nas últimas décadas por consequência das próprias transformações urbanas, que por sua vez também trazem consequências como (PINTO E REMESAR, 2015, p.9):

[...] a falta de conectividade; fragmentação física; segregação social e marginalização; falta de diversidade de funções ou perda de identidade e de dinâmica social e econômica. Embora existam diferentes tipos e níveis de impacto para essas fraquezas, dependendo da realidade urbana onde ocorrem, acreditamos que eles têm um denominador comum: o fato de que são introduzidos desafios para a coesão do espaço urbano, para os quais é necessário encontrar respostas apropriadas.

A rua, no próprio significado da palavra tinha sentido de passagem e, posteriormente, em seu significado passa a ter sentido de passeio e diversidade social complexa, até encontros (ORLANDI, 2001). Por isso, há uma importância essencial na rua para com as conexões de espaços públicos e serviços públicos relacionados com os locais de moradia e trabalho da população.

O espaço urbano é um sistema complexo por possuir diversos atores, diferentes espaços físicos, onde tudo acontece. A cidade é a vida e a dinâmica da vida das pessoas, por isso Tardin (2014, p. 37) ressalta:

Falar sobre a paisagem urbana e seus elementos e processos em um sistema envolve, em última instância, a discussão de um panorama integrado, com a atenção dada ao cenário local e regional ao mesmo tempo e aos diversos elementos, processos e relacionamentos que o compõem. Nesta interpretação, espaços abertos e espaços ocupados formam um todo sistêmico e são a base físico-espacial para a experiência humana e a interpretação humana.

Aliado ao espaço urbano tem-se o discurso urbano, que é formado por diversas formas, manifestações, música, poesia, placas, vendedores ambulantes, conversas e tudo que acontece no meio urbano e dá voz a ele. Dessa forma, a cidade produz sentidos, formas de significá-la (ORLANDI, 2001). Estes atores – os vendedores ambulantes, por exemplo – são os que dão uma identidade marcante a determinado lugar, pois segundo Lerner (2003, p. 41) são “eles que acrescentam o som, o cheiro, a cor, e isso faz com que a nossa identidade se sustente”.

A integração de conceitos e entendimentos, que deve acontecer para uma reflexão sobre o espaço urbano, mostra que a cidade não é só um fenômeno de ligações físicas, mas também e principalmente sociais, que, muitas vezes, são deixadas em segundo plano ou até esquecidas, no momento em que é realizada uma reurbanização. Conhecer e entender os conceitos relacionados ao espaço urbano e espaço público é uma ação importante para a criação de possíveis diretrizes para o planejamento urbano e intervenções no espaço da cidade para uma área urbana mais equilibrada (TARDIN, 2014).

Orlandi (2001) fala sobre as relações sociais da cidade como relações de sentido, onde esta se sobrepõe sobre o espaço físico, sendo assim, não haveria espaços vazios na cidade, tendo estes um significado e sentido no imaginário urbano.

A cidade tem um comportamento único, cada localidade tem suas características, componentes diferentes que se completam e constroem a dinâmica dela, como se fossem fronteiras imaginárias (ROLNIK, 1995), que formam um tecido urbano complexo e diverso. Essa diversidade de usos refletida na dinâmica do lugar é essencial e marcante na cidade, pois é ela que sustenta economicamente e socialmente a vida urbana, mantendo-a amparada mutuamente por suas atividades diversas (JACOBS, 1961). Rolnik (1995, p.40) enfatiza essa diferenciação dos espaços na cidade relatando que:

Nas grandes cidades hoje, é fácil identificar territórios diferenciados: ali é o bairro das mansões e palacetes, acolá o centro de negócios, adiante o bairro boêmio onde rola a vida noturna, mais à frente o distrito industrial, ou ainda o bairro proletário. [...] É como se a cidade fosse um imenso quebra-cabeças, feito de peças diferenciadas, onde cada qual conhece seu lugar e se sente estrangeiro nos demais. É a este movimento de separação das classes sociais e funções no espaço urbano que os estudiosos da cidade chamam de segregação espacial.

Uma vizinhança ou uma região bem-sucedida é aquela onde as pessoas que vivem ali ou os desconhecidos se sintam seguros em meio a multidão, sem temor em circular ou parar em determinado local. Por isso, quanto mais pessoas nas ruas, maior o movimento, mais

segurança ela traz para seus usuários, pois uma rua violenta e deserta faz com que as pessoas deixem de circular por ela, aumentando, dessa forma, ainda mais a insegurança nesse espaço (JACOBS, 1961). Nos estudos feitos por Kim e Yang (2017), a população de determinado bairro, que costumava caminhar por ele em algum momento da semana ou todos os dias, tinha mais confiança e segurança no local em que vivia/caminhava. Nesse caso, estamos falando da vizinhança próxima, ou seja, quem caminhava pouco pelo seu próprio bairro se sentia mais inseguro e, conseqüentemente, caminhava menos nesses locais. Por isso, é importante assegurar e incentivar a caminhada nas calçadas, para que o sentimento de segurança prevaleça e, por consequência, teremos também cidades mais seguras. Jacobs esclarece (1961, p. 32):

A primeira coisa que deve ficar clara é que a ordem pública – a paz nas calçadas e nas ruas - não é mantida pela polícia, sem negar sua necessidade. É mantida fundamentalmente pela rede intrincada, quase inconsciente, de controles e padrões de comportamento espontâneos presentes em meio ao próprio povo e por ele aplicados.

Com relação aos planejadores, Jacobs (1961) explica que estes têm dificuldade de enxergar essa dinâmica do lugar, das ruas, pois é algo que não vem através de teorias e sim de vivenciar o lugar. É visto que, quanto maior a diversidade (de comércio, moradias, gênero, faixa etária, crenças, ocupações, gostos e propósitos) em um determinado local, maior a civilidade e também há o aumento significativo da segurança, pois a presença de pessoas nas ruas atrai cada vez mais pessoas. Uma rua movimentada e dinâmica traz usuários desconhecidos e expectadores que se sentem seguros no local. E quanto mais diferenciados os usos de uma localidade, maior a dinâmica desse lugar, e maior a chance de ser um espaço urbano de sucesso (MONTGOMERY, 1998).

Jacobs (1961) esclarece que para uma rua ter a segurança para receber e abrigar os desconhecidos são necessárias três características: a primeira delas é uma clareza na separação entre o espaço público e o privado, pois não é interessante que essas funções se misturem; a segunda característica é que se faz necessária a presença dos olhos na rua, onde naturalmente os usuários e/ou moradores têm visão e relação direta com a rua para que, se algo acontecer de diferente, alguém esteja vendo e observando, pronto para executar uma ação ou conversa necessária; e a terceira característica trata de a rua sempre possuir usuários transitando, aumentando a quantidade de olhos nas ruas e também a quantidade de pessoas transitando por ter esses olhares. Vale ressaltar que não é tão fácil um local atingir todas essas características, pois não há meio de fazer as pessoas cuidarem e olharem as ruas se não

querem fazê-lo, essa atitude é mais eficaz quando tomada inconscientemente e, por isso, funciona naturalmente nos locais em que existe essa vigilância. Uma localidade que tenha essa dinâmica deve possuir estabelecimentos e espaços ocupados em quase todas as horas do dia, mantendo o ritmo da segurança.

O morador ou usuário precisa de um incentivo inconsciente para ter vontade de frequentar a calçada ou o espaço público, sendo este gerado, muitas vezes, pela movimentação de outras pessoas. Esse incentivo pode ocorrer de diversas formas, pode estar na presença de estabelecimentos movimentados que atraiam mais pessoas, também na criação de oportunidades de espaços públicos através do desenho urbano, como um convite para os frequentadores, pois um espaço agradável, que estimule as relações, torna-se atrativo para os possíveis usuários (JACOBS, 1961). Tardin (2015, p.44), ao falar sobre os espaços sugere que:

O projeto de estradas poderia incluir, por exemplo, propor estradas com atenção a hierarquia de espaços (por exemplo, ruas de acesso principal, ruas de distribuição interna, estradas de acesso a edifícios), incentivando a coexistência entre veículos e pessoas, promovendo relações funcionais e espaciais entre assentamentos, incentivando o uso de meios de transporte alternativo público, propondo a criação de caminhos que penetram espaços naturais e conectam a rede de estradas rurais às estradas urbanas[...]

Uma cidade dinâmica e com vida tem ação direta do espaço público, pois espaços de qualidade convidam pessoas e estas se sentem seguras em espaços com muito movimento, usos e atividades diferentes. Uma cidade ou uma vizinhança precisa permitir que as pessoas se desloquem por curtas distâncias a pé e espaços públicos atrativos concentram uma variedade de funções urbanas, que atraem mais pessoas a se deslocarem por esse espaço (GEHL, 2013). Lerner (2003) lembra que a escala humana precisa estar priorizada, reavivando valores de certa forma esquecidos, na cidade como um todo.

Nesse contexto de espaços que estimulem as relações, podemos citar o contato no espaço público que é essencial para manter a confiança, a segurança, o respeito e o eventual apoio em uma vida em grupo, no coletivo. “A confiança na rua forma-se com o tempo, a partir de inúmeros pequenos contatos públicos nas calçadas.” (JACOBS, 1961, p. 60). Esses contatos se dão por consequência de uma rua segura, de pessoas que se relacionam, pois ruas com características impessoais acabam por gerar pessoas anônimas, desconhecidas e algumas vezes até mal intencionadas. E quanto mais sujeitos anônimos, menor a compreensão da identidade pública dessas pessoas, que é gerada no espaço público da convivência, relação. Pois segundo Lerner (2003), a tendência do ser humano sempre foi a de se agrupar em

comunidades, e ao estimular a convivência no espaço público, com a qualificação ou ressignificação de espaços existentes ou criação de novos espaços, acaba por resgatar essa tendência humana que pode ter sido esquecida, fazendo com que o ser humano vivesse cada vez mais isolado.

3.3 O MODO DE VIDA DO CIDADÃO ALIADO AO ESPAÇO PÚBLICO

Atualmente, com o considerável crescimento da população, pode-se perceber que o sujeito está cada vez mais se sentindo solitário em meio a uma multidão de pessoas ou notícias (JUNG, 1977). O sentimento de que se é apenas mais um ser humano em meio ao universo toma frente em meio a tantas informações, comunicações, circulações e relações da vida social coletiva. O que reforça a teoria de Sennett (2003, p.214) que relata que “o movimento autônomo diminui a experiência sensorial, despertada por lugares ou pessoas que neles se encontrem. Qualquer forte conexão visceral com o meio ameaça tolher o indivíduo”, que nesse contexto se trata do sujeito moderno.

O ser humano, por sua vez, busca em sua estrutura social, satisfazer seu bem estar individual e coletivo, criando melhores condições de vida para si e para o grupo (JUNG, 1977), que pode estar diretamente ligado ao inconsciente coletivo, que Jung (p. 107) relata ser “parte da psique que retém e transmite a herança psicológica comum da humanidade.” O que faz muitas atitudes culturais comuns à população de determinado local, pois essas memórias estariam guardadas no inconsciente, o que muitas vezes faz pessoas de um mesmo local reproduzirem ações muito parecidas por longas décadas.

3.3.1 O espaço público como palco das relações humanas

Por muitos anos, a dimensão humana nas cidades foi deixada em segundo plano no planejamento urbano. Isso fez com que, naturalmente, fossem se abrindo mais corredores para veículos e diminuindo as calçadas e espaços de encontro. Com o movimento moderno na primeira metade do século XX, que teve seu reflexo principalmente nas áreas culturais, buscava-se a mudança do que era “ultrapassado”, criando uma nova cultura, priorizando a escala do edifício e deixando em segundo plano o espaço público. Dessa forma, as moradias começaram a voltar-se para si mesmas, fazendo com que ficassem cada vez mais isoladas e promovessem somente seu espaço comum como “espaço público”, afastando as pessoas das ruas (GEHL, 2013). Isso pode ser chamado de arquitetura do isolamento (ROLNIK, 1995), que fez com que muitos substituíssem a convivência no espaço público pela convivência nos

seus salões de festas e grandes salas de receber visitas – no caso da população com maior poder aquisitivo.

A cidade de Brasília é um exemplo de planejamento urbano com base no movimento modernista, em que há uma boa perspectiva para quem olha a cidade de cima – de dentro de um avião, por exemplo – porém, na escala humana tende ao fracasso. A escala humana na capital do Brasil é deixada de lado, criando um isolamento cada vez maior entre as pessoas e fazendo com que os grandes espaços livres sejam subutilizados, dando lugar ao vazio (GEHL, 2013). Uma cidade que inclusive tem suas funções muito definidas, separações entre elas e, por isso, acaba por gerar bairros dormitório (ROLNIK, 1995) segregando a área de trabalho do espaço de lazer, ou encontro, formando uma cidade com espaços muito adensados em determinados momentos e muito vazios em outros. A mistura de funções, segundo Lerner, (2003) é fundamental, pois gera continuidade nos espaços, que é um processo importante da vida urbana, bem como a vivacidade e a coerência da imagem ambiental, dito por Lynch (2017), que por sua vez geram condições importantes para o bom uso de uma cidade. Ressaltando que esta imagem ambiental é um processo mútuo entre observador e espaço observado.

Giddens (1991) argumenta que estamos vivendo um período de consequências da modernidade e não exatamente a pós-modernidade e, segundo ele, o movimento moderno acabou por trazer descontinuidade no modo de vida da sociedade e, em consequência, o desconectou dos estilos tradicionais de ordem social. O movimento pós-moderno trouxe o que Giddens (1991, p.12) se refere como um “deslocamento das tentativas de fundamentar a epistemologia e da fé no progresso planejado humanamente”.

Canclini (1991) afirma que é principalmente nos meios de comunicação e espaços específicos (shoppings, cinemas, bibliotecas) que se desenvolvem os espaços públicos para a população atualmente, pois os circuitos midiáticos ganham maior importância frente aos locais tradicionais de trocas de informações. Os shoppings centers estão, cada vez mais, tomando o lugar do próprio espaço público em relação ao gasto do tempo livre, que fica completamente relacionado ao consumo. Por isso, se faz necessário e de extrema importância qualificar os espaços públicos e suas conexões, para que, mesmo que não seja no tempo livre, mas no tempo de transição ou mobilidade entre casa e trabalho, por exemplo, o usuário possa usufruir do espaço público e seus benefícios para a saúde física e mental. Para Aulia e Zahara (2018), a qualidade dos espaços públicos tem relação direta com elementos únicos,

interligados e conectados, encontrados nesses espaços e por sua vez é o que faz esse espaço aberto obter sucesso e ser bem utilizado pela população.

Na mesma linha de pensamento, os parques saudáveis são aqueles que possuem grande circulação de pessoas, uma vida pública ativa e movimentada que garanta a segurança e o cuidado com as crianças da cidade, pois não são os espaços que cuidam das pessoas e das crianças, mas sim as próprias pessoas. Dessa forma, desde o início da vida coletiva a criança já consegue ter a percepção de cuidado mútuo e responsabilidade pela vida do próximo, pois vê os adultos tratando dessa forma em uma vida pública saudável e a criança tem a prática natural de imitar o adulto (JACOBS, 1961). A diversidade de gênero, faixa etária, atividade e objetivos das pessoas encontradas nas calçadas e ruas, faz com que a criança cresça em um ambiente diversificado e respeitando as diferenças, entendendo que há uma responsabilidade mútua pela vida social e pelo espaço público em que se encontra.

Vale ressaltar que a vida pública acontece no próprio espaço público - coletivo - com conhecidos e desconhecidos e não por meio de festas, jogos organizados, atividades em grupos, reuniões, etc., essas atividades são definidas por Jacobs (1961) como uma ampliação da vida privada.

A vida pública ou estrutura social desta ocorre muitas vezes com a presença de uma figura pública (JACOBS, 1961), a qual pode ser definida como um sujeito que tem ampla relação com as pessoas, sendo estas conhecidas ou não, e na maioria das vezes se dá por alguém que fica em locais de acesso do público, como bares, lojas, restaurantes, livrarias, mercados, etc. Essas figuras auxiliam na criação de uma identidade social da rua e inclusive na reafirmação da identidade das pessoas que ali frequentam e se relacionam, aumentando o contato entre elas. E uma rua que mantém contato constante naturalmente se torna mais segura e vice-versa. Nem todas as calçadas e ruas possuem essa vigilância constante, e isso, afirma Jacobs (1961), é um problema que o planejamento urbano deveria corrigir, atentando para a rua como espaço público. Que conforme relata Sennett (2003, p.18) não é o que tem acontecido nas cidades:

De fato, à medida que as vias são cada vez mais expressas e bem sinalizadas, o motorista precisa cada vez menos dar-se conta das pessoas e das construções para prosseguir no seu movimento. Os deslocamentos são mais rápidos num meio ambiente cujas referências tornaram-se secundárias. Assim, a nova geografia leva mais água para os moinhos dos meios de comunicação. O viajante, tanto quanto o telespectador, vive uma experiência narcótica; o corpo

se move passivamente, anestesiado no espaço, para destinos fragmentados e descontínuos.

Muitas famílias hoje preferem passeios em shoppings centers, com o foco direto no consumismo e segregação social muito clara, do que passar um tempo em um legítimo espaço público. Talvez esse resultado seja devido ao sujeito ter pouco acesso a esses espaços e à importância deles e também pode ter se dado pelo medo que assola a população, de uma violência urbana que cresce desenfreadamente e assusta os usuários da cidade. Muitas pessoas hoje escolhem andar de carro a andar a pé, pois a segurança que o automóvel pode proporcionar mantém na mente das pessoas uma ideia de conforto. Mas, essa cultura do automóvel ocorre devido à grande influência do setor automobilístico e ao pouco investimento em alternativas de mobilidade que privilegiem o pedestre ou um transporte mais “sustentável”. Algumas mudanças nesses paradigmas iniciaram no século XXI, quando começou uma preocupação maior com a cidade na dimensão humana. Algumas pessoas que utilizam a cidade na dimensão de andar, caminhar pelas ruas, são atormentadas todos os dias por ela através dos ruídos, obstáculos, falta de acessibilidade, risco de acidentes, poluição, diminuição do espaço público para o pedestre, entre outras questões. Dessa forma, o conceito de cidade como local de encontro foi quase que esquecido (GEHL, 2013).

Espera-se, de certa forma, que em uma democracia haja menor isolamento, maior desenvolvimento do sujeito e maior comunicação entre diferentes grupos na cidade (LYNCH, 2017), e isso pode ser estimulado no espaço público, que é como palco de relações interpessoais.

Pereira (2015) afirma que o ser humano é o ator principal dos espaços públicos, pois ele tem a capacidade de ressignificar e atuar sobre esse local, podendo ser de forma coletiva ou individual, pois cada pessoa tem um significado internalizado sobre determinado espaço e relação, embora muitas vezes esse significado não esteja tão exposto para ele, é ele que gera condições para o verdadeiro significado de espaço público. Para uma análise sobre o ser humano como ator social é necessária uma reflexão primeiramente filosófica, pois a filosofia permite entender como o ser humano se compreende e tem suas relações a partir de um determinado tempo ou espaço (PEREIRA, 2015).

O espaço público como um espaço físico mostra significados de partilha, de que ao mesmo tempo em que podemos ser responsáveis e donos desse espaço, ele é compartilhado, é onde ocorrem as relações, onde se pode sentir pertencente àquele lugar ou não. A reflexão

sobre os espaços públicos pode nos fazer sentir que não somos somente mais uma peça na construção da sociedade moderna. Ela pode nos fazer pensar que estamos em constante evolução através dos relacionamentos, trocas e ressignificações de quem somos e na busca constante da sabedoria e de qual o nosso papel no ambiente em que estamos, seja ele público ou privado (PEREIRA, 2015).

O direito de ir e vir é fundamental e primordial para qualquer cidadão, sendo que garante a igualdade, neste caso tendo como palco de estudo os espaços públicos (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2010). Todo e qualquer espaço público deve ser de livre acesso a todos, sem privilegiar um grupo por sua classe, capacidade de se locomover ou qualquer outro tipo de diferença. Com isso, todo o espaço público se torna educativo, pois tem a capacidade de colocar, em um mesmo lugar, sujeitos que talvez nunca se encontrem em outra situação e que ali são convidados a se relacionar, sendo, dessa forma, um espaço de grande capacidade social e psicológica de educação (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2010). E assim ressalta Furtado (2010, p.39-40):

Garantir fluidez para que as pessoas possam usufruir da própria cidade e, evidentemente, este não é o único problema. Eu preciso garantir que ele também frequente o parque sem ser discriminado pelos seus habituais frequentadores, que ele tenha condições de comprar o balão, o sorvete e a pipoca para seu filho. Tudo isso precisa ser garantido.

O dilema do espaço público muitas vezes se dá devido ao fato de nós brasileiros, culturalmente não sabermos lidar com os limites, relações e ações no espaço público e privado (OLIVATO, 2010). Em muitas situações, os bens públicos são usados como bens privados, pois o cidadão se sente no direito de abusar ou tirar certa vantagem de um determinado espaço por ele ser simplesmente comum a todos. Essas questões de como os seres humanos se sentem no direito de utilizar um bem público, acabam por gerar o sentimento de dominação sobre aquele espaço, como se ele estivesse disposto a nos servir, esquecendo-nos muitas vezes que possuímos também, e principalmente, deveres sobre ele. A noção de bem comum do brasileiro é muito frágil, não há uma clareza e respeito - culturalmente falando - sobre o espaço comum, que é de domínio público, pois a individualidade predomina na nossa sociedade, e o que vemos naturalmente é um egoísmo gerado por esse comportamento individualista, que cuida daquilo que é privado e não tem uma relação semelhante no espaço que é compartilhado, público (OLIVATO, 2010). A questão da sobreposição do espaço público e privado é o que ocorre todos os dias no trânsito das cidades, onde o espaço das vias é compartilhado entre diferentes modais e pedestres e da mesma forma que esse espaço é

público, o sujeito está dentro de um automóvel que é considerado privado. Isso gera, de certa forma, uma prepotência no sujeito de poder fazer algumas coisas que julga serem corretas, pensando no próprio benefício, mas sobre um espaço público compartilhado que deveria ser igualitário. Esse tipo de atitude ou relação ocorre há décadas, devido ao fato de uma valorização cultural do nosso país pelo motorista e pelo automóvel individual, pois a direção ou um carro traz consigo o sentimento de poder e dominação e isso tudo vêm, também, de encontro a nossa noção de cidadania precária (OLIVATO, 2010). Quando não possuímos esses conceitos culturalmente enraizados, a noção de espaço público acaba sendo prejudicada, pois um espaço que serviria para o bem comum, de todos, acaba sendo entendido como um local onde exercemos nossos direitos individuais e não nossos deveres.

Ao longo da evolução das cidades o espaço público foi sendo tomado pelo espaço destinado aos transportes. Com o desenvolvimento do país, a evolução tecnológica e a acessibilidade de possuir um automóvel, o transporte tornou-se prioridade nas construções, planejamento e estruturas urbanas, tomando lugar e apropriando-se do espaço público que é a via. Hoje, podemos dizer que a grande maioria da população tem em mente que as vias são de prioridade dos automóveis e não dos pedestres, ou da mobilidade no geral – podendo se dar de outras maneiras. A cultura do veículo automotor é muito forte no nosso país, em que os pedestres e ciclistas precisam se adaptar ao espaço que sobra para exercer sua mobilidade, ou seja, o espaço público da via que deveria ser de posse de todos, é tomado por veículos privados conduzidos por cidadãos que ora podem ser pedestres, ora podem ser motoristas (MORETZSOHN, 2010). Esses espaços determinados por espaços públicos não deveriam gerar desigualdade ou segregar os cidadãos ao acesso livre para ele, mas, por possuírem uma ordem determinada, acabam por determinar limites à ordem social desses espaços. Conforme salienta em suas reflexões, Moretzsohn (2010, p.68):

[...] uma ordem social democrática e plural com qualidade de vida para todos é aquela que possibilita acesso aos bens e serviços, independente dos lugares ou extratos sociais que possibilita mobilidade, pelos diversos lugares instituídos, que consideram todos os lugares valorizados e com conexões entre eles.

Esse pensamento é o que herdamos da nossa sociedade e, infelizmente, ainda estamos enraizados a ele. Dessa forma, também acontece com os gestores das cidades que são responsáveis pelas tomadas de decisões em relação ao planejamento, ou seja, é necessária uma mudança de paradigma para que nós, como cidadãos, demos o real significado ao espaço público, incluindo a via (SANT'ANNA, 2010). Pois o espaço público, que é fruto de um planejamento urbano que contempla tanto o transporte quanto as pessoas, é um espaço de

direito de todos, igualitário. Um espaço público de qualidade e um transporte público qualificado estão do mesmo lado e quanto maior a qualidade de um espaço urbano, mais vida tem a cidade. Ao melhorar as condições de caminhabilidade para os pedestres, não se está somente reforçando e incentivando a circulação a pé, mas também as relações sociais na cidade (GEHL, 2013). E este pode ser visto como um fenômeno social, pois nele acontecem as relações, trocas, representações e convivência de uma sociedade, de pessoas. E por contemplar a convivência das pessoas, onde cada um já possui internalizado o significado de se relacionar, é que ele se torna um ambiente complexo e representativo, pois deve buscar contemplar a qualidade de vida dos sujeitos e o convívio e acesso democrático (SANT'ANNA, 2010).

As políticas públicas procuram atender as demandas sociais de um modo geral, mas da mesma forma em que foi citado sobre o planejamento da mobilidade, o planejamento das políticas públicas tem voz ativa dos cidadãos? A determinação de prioridades e sobre qual forma será feito é dada por um grupo que, muitas vezes, não trata de questões sob outros olhares, de forma interdisciplinar (MORETZSOHN, 2010). Escutar o ser humano, suas necessidades e sua mobilidade, faz parte da construção de um espaço público de qualidade, para o fazer falar. Tudo isso, muitas vezes acaba esbarrando no próprio ser cidadão das pessoas, pois uma grande parcela da sociedade que possui emprego e se locomove de um lado a outro da cidade todos os dias - algumas vezes esperando horas para chegar a determinado local, quando chega a seu trabalho pesado - trabalha, e não tem tempo para analisar, refletir e ser crítico com a situação em que vive. O momento em que chega em casa para o seu descanso – quando tem – é absorvido pelo cansaço e pelas mídias, que não conferem um tempo livre para questionamentos sociais do cidadão, sobre a situação em que se encontra (MORETZSOHN, 2010).

Os espaços públicos das praças e parques são considerados comumente como presentes para uma determinada população. E se pensarmos ao contrário, na questão de que a população é uma dádiva para esses espaços? Porque de fato, não há vida em um espaço público sem a ação direta das pessoas e sua presença nesses locais. Como afirma Jacobs (1961), a população é o que dá a vida à praça, à rua, aos parques; e por outro lado também pode levá-los ao fracasso ou desuso. Muitos planejadores acreditam que áreas verdes e espaços livres para a população de determinada área e também na escala da cidade, sejam uma solução para um planejamento urbano de sucesso, mas pode-se dizer que nem sempre é

esse espaço que vai atender a um planejamento urbano de sucesso e as necessidades de determinado grupo ou população. Pois, cada localidade tem as suas particularidades e não se pode generalizar a necessidade e a ação de uma delas como modelo para a implantação e uso em outras áreas de parques ou praças na cidade.

Uma cidade é constituída por espaços físicos e relações sociais e, sobre essas duas vertentes, têm o cidadão agindo diretamente nesses espaços físicos. Neles, o sujeito pode exercer seus direitos sobre o espaço público, que deve ser utilizado e acessado igualmente por todos, e é onde podemos definir, além do espaço físico, como o espaço onde se vive o tempo humano e social de um cidadão. Camba (2010) afirma que, além de o espaço público ser constituído por tempo e espaço, ele também faz parte de uma história, tanto do que já existiu, quanto do que está acontecendo e o que está por vir. Além disso, o espaço público também tem ligação direta com o significado de lugar, que Montgomery (1998) ressalta que um lugar possui uma identidade, que trata do que o lugar realmente é, como significado objetivo, e possui também uma imagem, que é uma junção da identidade com a forma com que o ambiente é percebido pelo usuário.

Por isso, essa relação entre espaço físico e as relações sociais são muito intensas, devido ao fato de que um depende do outro, tanto como palco de relações, quanto como atividade exercida sobre eles, e isso é o que buscamos atingir como uma definição clara do que é espaço público. Pois isso tudo tem a ver com a cidadania e aquilo que os cidadãos, automaticamente, buscam obter e sentir para viver com qualidade de vida, segurança, justiça e educação, em um espaço dinâmico e com uma identidade qualificada no imaginário.

3.4 MOBILIDADE E DESENHO URBANO

Para Sennett (2003, p.213) “o homem moderno é, acima de tudo, um ser humano móvel”. Ao tratar de espaço público também deve ser levada em consideração a mobilidade que ocorre sobre este, pelo fato de que a mobilidade humana é um fator básico para qualquer sujeito e pode ser comparada com a procura por alimentação e outras necessidades fisiológicas, pois - inclusive historicamente -, sem a mobilidade o ser humano não consegue obter comida e atender às suas necessidades básicas (GUNTHER, 2010). Há, de certa forma, uma preocupação a respeito da mobilidade urbana no mundo atual, principalmente em relação ao aumento desenfreado do uso do automóvel particular, trazendo alguns problemas urbanos. Kim e Yang (2017, p. 1), comentam:

Em cidades orientadas para carros, os problemas ambientais causados pelo consumo de energia fóssil, o aumento dos custos sociais devido ao congestionamento de trânsito e problemas de saúde pessoal, como doenças adultas causadas pelo uso prevalente de veículos particulares e um estilo de vida sedentário, estão se tornando comuns. Para resolver um problema tão urbano, as cidades ao redor do mundo estão considerando várias políticas que incentivam caminhadas e ciclismo e que tornam as ruas melhores para caminhadas do que dirigir.

Sem a mobilidade não vamos muito longe, pois com o controle desta dominamos o ato de nos movimentarmos, que na maioria dos casos ocorre sobre os espaços físicos destinados ao público e compartilhados. O planejamento da mobilidade e do traçado urbano nas cidades se dá a partir de estudos técnicos de profissionais experientes e que tem domínio sobre o tema. Mas, em que momento se pode ver esse planejamento ter a participação da sociedade civil? Muitas vezes a inclusão do cidadão não é participativa, não há voz ativa. Mas a pergunta que fica é, a quem se destina o espaço público? Ele não é destinado a um desenho técnico, nem a um determinado grupo de pessoas, ele é o espaço comum destinado a todos, um espaço onde podemos exercer a nossa cidadania, que possa ser justo e igualitário (MORETZSOHN, 2010). As vias públicas que determinam o traçado e a mobilidade humana de uma cidade priorizam o automóvel. Para uma cidade sustentável, é necessário que o sujeito faça a maior parte da sua locomoção por meio da “mobilidade verde”, que se dá através do transporte público, da bicicleta ou a pé, os quais geram benefícios, tanto à economia quanto ao meio ambiente (GEHL, 2013).

O espaço público da rua atende a diversos fins relacionados à mobilidade, muito além somente de servir a veículos no leito carroçável ou aos pedestres nas calçadas, a rua está relacionada à circulação, por isso pode ser comparada e intitulada como o órgão vital da cidade (JACOBS, 1961). Podemos ver, no desenho urbano de qualquer cidade que conhecemos, a força e a vitalidade que as ruas possuem, elas têm um elo de ligação com toda a cidade e geram a conexão de todo o território. As ruas fazem a ligação de toda a cidade, tanto na escala do automóvel ou transporte coletivo, quanto do pedestre, através das calçadas que estão vinculadas a ela. Essas calçadas ou circulações, por sua vez, só possuem significado quando estão junto com edifícios, espaços livres e outros elementos que compõem o urbano (JACOBS, 1961), pois o sentido de conexão e continuidade só se dá quando um sujeito circula livremente por esta, pretendendo chegar ao seu destino ou simplesmente pelo prazer de transitar naquele local. A rua é órgão principal quando pensamos a cidade, pois se a rua é violenta, a cidade também é, se a rua é interessante e dinâmica, a cidade é igualmente assim.

Dessa forma, torna-se essencial manter a segurança e a mobilidade nas ruas e calçadas, para que a cidade seja segura e acessível para todos.

Supõe-se que o espaço urbano, no caso a cidade, é formado por uma “rede de redes” (PINTO; REMESAR, 2012), a qual deve ser estruturada como rede local na escala do bairro e uma rede na escala da cidade, todas interligadas através da mobilidade e atrativos que garantam a vivência e a vida social no espaço público. Pois, formar uma rede coerente e coesa de elementos urbanos com espaços públicos é também criar uma rede de continuidade e acessibilidade local e global, permitindo novas abordagens de uso e conexões a estes espaços públicos. Agregar essa rede em diferentes escalas significa contribuir para uma abordagem diferente e nova de espaço público, principalmente em áreas periféricas, que muitas vezes não têm acesso a um espaço público de qualidade e sofrem com problemas urbanos em escala maior do que regiões centrais da cidade (PINTO; BRANDÃO, 2015). O espaço público tem papel fundamental na qualificação urbana frente aos problemas urbanos que temos enfrentado na atualidade. Ele pode auxiliar, como afirmam Pinto e Brandão (2015, p.177), quando:

[i] promover continuidade, melhorar a mobilidade e as condições de acessibilidade no tecido urbano; [ii] co-produzindo fortes dinâmicas sociais e culturais; e [iii] ajudando a estimular atividades econômicas.

Esses espaços públicos podem auxiliar também na dinâmica de determinado local, garantindo acesso a essas relações sociais que, antes da implantação de um espaço público ou um espaço âncora (PINTO; REMESAR, 2012) não existiam ou, se existiam, era em menor escala.

Algumas experiências de planejamento urbano foram projetadas e até testadas por urbanistas, planejadores e arquitetos e foram efetuadas algumas mudanças nas funções existentes na cidade. Essas experiências acabaram por separar, segregar as funções públicas, industriais, comerciais e residenciais, em alguns casos com princípios urbanísticos de aumentar a quantidade de espaços públicos, diminuir os conflitos entre funções e mobilidade. Porém, em muitos casos não foram estudadas as peculiaridades de cada local, das pessoas e da dinâmica que ali existe, dessa forma acabou por desrespeitar ou ignorar o espaço urbano que é único e, conforme comentado anteriormente, não deveria ser colocado como um padrão de planejamento, deixando de lado suas características mais importantes (JACOBS, 1961).

Essa padronização no planejamento urbano acaba por acarretar diversos problemas sociais relacionados à segregação, que é validada através do desenho urbano. Uma cidade

com o mínimo de cidadania, que agrega seus sujeitos, proporciona locais de qualidade, espaços públicos e mobilidade para quem ali vive, consegue atingir a dimensão humana de um território específico. Lembrando que o território de uma cidade ou área urbana não pode ser pensado separadamente, mas sim como um todo, trabalhando em diferentes escalas de intervenção.

3.5 O ESPAÇO PÚBLICO

A partir dos anos 80, o tema espaço público começou a ser trabalhado mais intensamente nas publicações e discussões sociopolíticas (ABRAHÃO, 2008), aumentando mais ainda nos anos 90 e segue até os dias atuais, pois sempre houve uma importância em preservar ou qualificar os espaços públicos da cidade, algumas vezes por interesses políticos ou mesmo sociais. Mas para Abrahão (2008, p.16), as definições de espaços públicos, que podem ser praças, parques ou ruas com suas calçadas, seguem com um significado de:

[...] espaços imprescindíveis ao exercício da cidadania e à manifestação da vida pública, lugares onde deviam estar assegurados os direitos do cidadão ao uso da cidade, a acessibilidade à memória, segurança, informação, conforto, circulação, além do acesso visual à arquitetura e à estrutura urbana.

O planejamento dos espaços públicos vai muito além de um desenho que compreenda o espaço urbano e sua funcionalidade. Conforme estudos de Whyte (1980), observar o comportamento humano nos espaços públicos é essencial para entender e atender às necessidades dos sujeitos com o objetivo de criar um espaço público de qualidade e efetivamente utilizado por eles. Lynch (1960, p.14) ressalta que “a imagem de uma dada realidade pode variar significativamente entre diferentes observadores”, por isso a importância de entender de certa forma a percepção dos sujeitos sobre determinados espaços na cidade, faz com que o planejamento de um local como esse atenda às necessidades dos usuários, pois a cidade não é formada por um espaço físico definido, mas sim pela imagem que cada usuário tem sobre ela, formando no seu imaginário uma ideia e gerando uma ação sobre aquele lugar (LYNCH, 2017).

Fazer do espaço público um reflexo de atividades cotidianas e essenciais de uma população é certamente a maneira eficaz de fazê-la agradável, aproveitada, segura e consequentemente sustentada pela sua população. E essa descoberta e percepção podem ser feitas através da observação das atitudes e ações corriqueiras dessas pessoas, pois um espaço público só funciona se for aliado dos seus usos reais (JACOBS, 1961). Lynch (2017, p.113) relata que:

De facto, a função de um ambiente visualmente bom pode não ser só a de facilitar os percursos ou manter significados e sentimentos já existentes. Igualmente importante pode ser o seu papel de guia e produtor de estímulos para novas explorações.

O espaço público em uma comunidade ou aglomeração que possua habitações e pessoas vivendo é de fundamental importância para Aulia e Zahara (2018), pois é essencial para a vida humana. Muitas atividades podem ser desenvolvidas no espaço público, e isso faz com que este seja um espaço de conexão e ligação física e social com os espaços que o circundam.

O espaço público é definido como elemento obrigatório para fazer o vínculo entre diferentes escalas territoriais na cidade (PINTO; BRANDÃO, 2015) e considerado um conjunto complexo de elementos relacionados e conectados de forma dinâmica (PINTO; REMESAR, 2012). Além disso, conforme Aulia e Zahara (2018, p.2) “o propósito do espaço público é a função social que quer ser formada”. Na perspectiva de Pinto e Remesar (2012, p. 16):

[...] é essa complexidade de espaços, conexões, dinâmicas, relacionamentos e complementaridades que compõem uma rede de espaços públicos e constituem a chave para o avanço da coesão urbana.

Pensando na cidade como uma rede, em que se pode caminhar e transitar livremente através dos espaços públicos e acessando os espaços públicos, quais seriam as formas de atrair os usuários para as ruas ou incentivar o uso dos espaços públicos? Quanto melhor a qualidade do espaço público na área urbana, mais pessoas são convidadas a circular e utilizarem esses espaços e quanto mais pessoas nas ruas, mais pessoas são incentivadas a fazer o mesmo por incentivo cultural e social de outras.

Andrade e Linke (2017) listam, em seus estudos sobre a caminhabilidade no Brasil, alguns conceitos que tem relação sistêmica direta com esse tema, são eles: a acessibilidade, densidade, atividades e movimento de pedestres. Todos esses conceitos carregam influências no modo em que as pessoas veem os espaços públicos e que relações possuem com ele. Quanto mais convergente o índice e a diversidade desses conceitos, mais pessoas e atividades se encontram nos espaços públicos, aliados à caminhabilidade, salvo a questão da densidade que pode ser avaliada individualmente, pois precisa de um equilíbrio maior dentro da área urbana. É claro que um padrão ideal para uma perfeita utilização do espaço público alinharia os conceitos de forma igualitária e equilibrada. Mas isso não acontece na realidade, pois são muitos fatores urbanos em constante mudança e seria quase impossível manter esse

alinhamento, pois a realidade urbana está em constante desalinhamento (ANDRADE E LINKE, 2017). Kim e Yang (2017) trazem em sua análise sobre a caminhabilidade, que o sujeito que somente percorre a calçada para determinado objetivo como fazer uma compra ou andar até o ponto de ônibus tem uma percepção diferenciada do sujeito que percorre as calçadas por lazer. O caminho percorrido por lazer faz com que as relações sociais na calçada aumentem e apareçam com maior facilidade, pois há um objetivo diferente de quem a percorre com um destino inicial e final pré-definido.

Há também a questão da continuidade e da mistura de funções (LERNER, 2003) que traz à realidade urbana um processo fundamental, garantindo vida à cidade, trazendo também uma função urbana que esteja em falta. Além desses conceitos, a questão da caminhabilidade traz à tona o estudo das duas escalas para uma qualidade do percurso nos espaços públicos, que é a dimensão local, responsável pela qualidade do espaço em que se caminha por atrair esses sujeitos e a escala global que fica responsável pela demanda de pessoas nas ruas, ou seja, pela distribuição de sujeitos nos espaços públicos da cidade.

Vale ressaltar, que cada vez mais a rede de espaços públicos de uma cidade será formada por pequenos espaços destinados a eles, pois com a intensa urbanização e ocupação do solo, o zoneamento da cidade acaba consolidando os espaços destinados ao público com pequenas “sobras” no território (WHYTE, 1980). E por sua vez, isso demonstra a importância de conectar esses espaços para que não sejam somente pequenas praças, mas que façam parte de um sistema interligado, onde o sujeito possa ter acesso a um determinado espaço próximo a sua casa para ir a pé, mas também que seja acessível para ir até qualquer outra praça ou parque de bicicleta ou através do uso do transporte público.

A praça de bairro é o tipo mais comum que vemos hoje no planejamento urbano e estas são utilizadas – quando bem aproveitadas - comumente como pátios públicos, uma extensão de seus pátios particulares como ambiente agradável de convivência. Um parque fracassado, por outro lado, sofre com os mesmos efeitos negativos das “ruas sem olhos”, pois se torna um espaço sem segurança e as ruas que o circundam ou estão próximas a ele também tendem a atuar dessa forma. Jacobs (1961) diz que “a variedade de usos dos edifícios propicia ao parque uma variedade de usuários que nele entram e dele saem em horários diferentes”. Por isso se torna importante ressaltar que essa variedade propõe uma diversidade funcional de usos, horários e usuários – econômica e social - é o que torna o parque vivo, dinâmico e com valor simbólico para quem o frequenta. Qualquer uso circundante à praça, que limite os

horários de uso a ela, acaba por despovoar a mesma fazendo com que se torne somente um local de passagem ou uso esporádico, deixando de lado a segurança que um local diversificado, povoado e vivo possui. Por isso, um dos maiores desafios do espaço do parque é manter uma vizinhança diversificada que seja capaz de mantê-lo vivo, pois esse espaço precisa ser um local de convergência agradável. Podemos dizer então que existem duas grandes dificuldades para um parque ou praça urbana, a primeira delas é a baixa diversidade de atividades sociais e econômicas que os circunda, e a segunda é a presença de outros elementos similares de áreas verdes – praças ou parques - próximas e dispersas. Com relação ao projeto do parque, Jacobs (1961, p.112) diz:

Certos traços do projeto podem também fazer diferença. Se o objetivo de um parque urbano de uso genérico e comum é atrair o maior número de tipos de pessoas, com os mais variados horários, interesses e propósitos, é claro que o projeto do parque deve promover essa generalização de frequência, em vez de atuar em sentido contrário. Parques muito usados como áreas públicas genéricas costumam incluir quatro elementos em seu projeto, que eu identificaria como complexidade, centralidade, insolação e delimitação espacial.

A complexidade está relacionada aos diversos motivos que o sujeito tem para frequentar esse espaço, de diferentes maneiras e em diferentes situações cotidianas. Um parque com diferentes sensações e espaços desperta a ação de atividades diferenciadas, alheias à repetição (Jacobs,1961). A centralidade tem a ver com uma definição de um elemento e local de destaque no parque que, reconhecido por todos, seja um local de parada, referência de centro. Já a questão da insolação refere-se ao próprio bem-estar do usuário do local em relação ao sol, pois no auge do verão é importante que, em determinados momentos do dia haja uma sombra, já no inverno é preferível que o sol incida quase que a todo o momento sobre a praça, para que os usuários a procurem como forma de se sentirem confortáveis. E a delimitação espacial tem a ver com o entorno e a dinâmica encontrada nas construções, como plano de fundo para o espaço do parque, e de que forma ele a faz mais interessante (Jacobs,1961). Um parque que não possui essa vivência e diversidade natural precisa de um elemento que seja necessário aos usuários, onde o espaço não seja só uma área verde e bela, mas sim algo útil que as pessoas procurem. Como exemplo, pode-se citar as quadras para prática de esportes ou atividades esporádicas promovidas, como apresentações, shows, feiras; pois esses elementos atrairão, usuários e frequentadores em alguns momentos ao local, não atraídos por ele, mas pela atividade em si, que, de certa forma acaba por dar vida e trazer vivências a esse espaço. Assim, pode-se dizer que espaços com atrativos para pessoas poderiam ser potencializados, por exemplo, em regiões escolares com quadras, campos ou

espaços para skate, apresentações, ao invés de funcionar somente para atender aos usuários específicos - alunos - atender a comunidade como um todo.

3.5.1 Intervenções no espaço público

Tardin (2014) argumenta que os espaços públicos que são efeitos ativos de uma coletividade se tornam paisagens únicas com a ação humana, pois a paisagem agindo sobre o sujeito e sobre o coletivo, acaba gerando uma maior interação homem natureza – aqui entendendo natureza não só como um espaço físico natural. Dessa forma, o espaço coletivo que alcança a ação individual e coletiva do homem é capaz de se transformar através do tempo. Essa relação espaço-tempo é um resultado da ação coletiva humana sobre determinado local e essa relação dinâmica do tempo se dá tanto por uma sucessão dos usuários desse espaço quanto por uma mudança de gestão ou fenômenos físicos que alteram a paisagem (CADENASSO e PICKETT, 2008).

Em suas experiências na cidade de Curitiba, estado do Paraná, Lerner (2003) propôs intervenções urbanas onde foram transformadas ruas de baixo fluxo em espaço para recreação e livre circulação de pedestres e também propôs a reabilitação de pontos de encontro (espaços livres e públicos) nas áreas centrais da cidade, atuando como uma acupuntura urbana – que é o nome que o autor dá às suas ações na cidade, como uma metáfora.

Uma intervenção no espaço público atua como uma pedra inicial de uma melhoria e mudança para determinada população ou vizinhança, pois o espaço público age como um espaço atrativo e também como um lugar que escreve a história da cidade (ROLNIK, 1995) e, para isso, Lerner (2003, p. 7) trata uma intervenção na cidade com uma metáfora, onde diz que:

Sempre tive a ilusão e a esperança de que, com uma picada de agulha, seria possível curar doenças. O princípio de recuperar a energia de um ponto doente ou cansado por meio de um simples toque tem a ver com a revitalização deste ponto e da área ao seu redor. Acredito que algumas “magias” da medicina podem, e devem ser aplicadas às cidades, pois muitas delas estão doentes, algumas quase em estado terminal.

Além de intervenções na cidade, feitas pelo próprio poder público ou ação comunitária, também se pode citar as ações privadas, que alteram algumas vezes a função de determinado local e incentivam determinadas atitudes que podem beneficiar a sociedade como um todo.

Andrade e Linke (2017) ressaltam que, além da ação direta que a infraestrutura urbana causa no ato de percorrer a cidade através dos espaços públicos e suas redes, há outro fator que influencia diretamente a caminhabilidade nas cidades, que são as construções ou obras arquitetônicas existentes nas vias. Uma fachada, um desenho, projeto arquitetônico ou uma ocupação que esteja “conversando” com a rua é de extrema importância para o incentivo do uso dessas vias, calçadas e espaços públicos no geral. Inclusive, Jacobs (1961) fala em seus estudos sobre as janelas das ruas, que as janelas dos edifícios garantem, de alguma forma, a segurança do espaço público, há uma influência clara desses edifícios sobre o modo com que o pedestre vê a cidade e transita sobre ela. Algumas tipologias arquitetônicas podem favorecer a caminhabilidade mais do que outras e as relações sob os edifícios ou espaços livres públicos e semipúblicos, que acabam sendo uma extensão dos espaços públicos e uma área mais segura por ter olhos ativos dos moradores – nos casos de locais com maiores densidades.

Por sua vez, uma intervenção em espaços públicos ou edifícios públicos pode se tornar um dissipador da qualidade de vida urbana, através de um único ponto, conforme Lerner (2003, p. 47) relata:

Uma boa acupuntura é ajudar a trazer gente para a rua, criar pontos de encontro e, principalmente, fazer com que cada função urbana catalise bem o encontro entre as pessoas. Um terminal de transporte, por exemplo, não precisa se assemelhar a uma estação rodoviária. Ele também pode ser um bom ponto de encontro.

Entende-se que, quanto maior a quantidade de espaços públicos legítimos e acessíveis a toda a população, maior a possibilidade de as pessoas lotarem e usarem cotidianamente esse lugar, conforme cita Whyte (1980, p. 16) “[...]o fornecimento cria demanda. Um espaço novo cria um novo círculo. Isso estimula as pessoas a terem novos hábitos – como almoços ao ar livre - e fornece novos caminhos para o trabalho, novos lugares para pausar. Isso tudo se faz muito rapidamente”. É como uma intervenção de acupuntura urbana de Lerner (2003), onde um espaço pode ser capaz de trazer pessoas para as ruas criando pontos de encontro. Pois conforme Lerner (2003, p. 47) “são principalmente as pessoas que atraem pessoas”. E para isso, é necessário repensar a cidade e determinados espaços públicos com intervenções que auxiliem nesse processo, nesse efeito de ímã (ROLNIK, 1995).

Além de intervenções urbanas no espaço público e suas conexões, há uma importância em observar também tudo aquilo que envolve as praças, que são os entornos e espaços que conectam essas praças a outras praças e a outros locais, serviços ou transporte. Lerner (2003, p.85) expõe que:

Para uma praça você vai; num parque você se perde. Uma praça, às vezes, é para você ver o que está em volta; um parque é para você ver o que está dentro dele. Não é simples assim. Praças e parques são como quadros: dependem muito da moldura. É importante saber com qual trabalhar.

A dinâmica e a variedade de funções em determinado local também auxiliam na importância cultural e social que é verdadeiramente sentida, ouvida e pensada pelas pessoas nesses lugares.

As funções urbanas também estão relacionadas com a educação, que é por lei uma obrigação do Estado para com o cidadão, e esta, se estende não só à educação formal, que é executada pela escola básica, mas sim a uma educação de cidadania, para formar sujeitos mais humanos, com inteirações e valorização para com o próximo e com o próprio espaço em que está inserido. Dessa forma, podemos pensar na cidade e nos espaços públicos como elementos educadores, pois a educação ocorre em todos os lugares e contextos em que o cidadão se encontra e praticamente ninguém consegue viver isolado do mundo ao seu redor sem exercer interação com alguém ou algum espaço. E isso tem feito pensar em como valorizar o ser humano como agente educador através dos espaços e dessas relações sociais que o cercam, fazendo com que a educação seja um dever de todo e qualquer cidadão (CAMBA, 2010).

Na cidade de São Paulo foi elaborado um termo que afirma que a cidade, com todos os seus espaços públicos, edifícios públicos e planos diretores, deve ser tratada como um espaço de aprendizagem, aderindo ao compromisso de cidade educadora. Algo semelhante ocorre também em um bairro da mesma cidade, onde foi elaborado um projeto chamado Bairro Escola, através de uma ONG, que se chama Escola Aprendiz, juntamente com moradores do bairro e agentes das escolas. O bairro conseguiu gerar maior interação entre os moradores, diminuindo a desigualdade e a insegurança recorrente no local. Através de ações em conjunto, foi elaborado um projeto com pequenas intervenções, as quais misturam arte, espaço público, mobilidade e ação conjunta com escola e outras instituições públicas. Os moradores conseguem usufruir de espaços que antes eram destinados à escola e a escola consegue interagir dentro do bairro com a ajuda de seus alunos e colaboradores. O bairro se tornou uma grande escola a céu aberto, a quadra do colégio agora é utilizada por diversos moradores. O beco, que era marginalizado e alvo de utilização de drogas, gerando insegurança, agora é aberto, seguro e possui manifestações artísticas e inteirações sociais. As calçadas, que eram estreitas e diminuía a mobilidade das pessoas dentro do bairro, agora são maiores e mais seguras, otimizando o ir e vir do cidadão do bairro. As diferentes classes que se dividiam partindo para outros bairros, agora interagem em alguns espaços públicos e se conhecem.

Tudo isso acontecendo gera a interação entre o espaço privado, o espaço público e as relações sociais e faz com que o cidadão aprenda, ensine e tenha um ambiente de vida mais completo, mais humano. (CAMBA, 2010)

Nikšić e Watson (2017) dizem que a continuidade é um dos fatores mais relevantes dos espaços públicos em si, pois estes são também as conexões entre vários blocos privados. Se olharmos uma cidade de cima, podemos ver a infinidade de quadras ou blocos de um desenho urbano pré-determinado, e o que faz a conexão e a continuidade ficar clara entre esses espaços são os espaços públicos. A rua, a calçada, as praças, os parques e os edifícios de caráter público formam uma rede de espaços abertos que podem ser acessados por qualquer sujeito a qualquer momento. E o que faz essa mesma unidade ou continuidade que existe (se existir) no desenho urbano permanecer na mente do usuário, para que ele perceba e utilize esse espaço como um espaço estruturado, conectado e não disperso? Essa imagem do espaço na mente do sujeito pode estar estruturada ou dividida em subunidades. Nikšić e Watson (2017) explicam que essas subunidades na mente das pessoas podem ser chamadas de “microambientes perceptivos”, que podem ser definidos como espaços de percepção - pois cada um possui a sua visão sobre determinado espaço – por serem uma representação simbólica do que é determinado local na imagem mental do sujeito. Esse conceito é importante para que o cidadão, ao percorrer um caminho ou ir a determinado local, faça sua leitura do espaço e consiga definir de que forma vai chegar até ele, na sua prática interna, mental, como um mapa mental (LYNCH, 2017) criado por ele mesmo. A isso Gonçalves, Destro e Rocha (2009) chamam de sentido de destino e contingência de continuidade - a calçada, nessa perspectiva assume um papel importante. Por isso, esses símbolos que são percebidos no ambiente público, acabam por auxiliar na tomada de decisões do usuário para escolher se vai ou não utilizar determinado local ou caminho.

3.6 A IMAGEM MENTAL DOS USUÁRIOS SOBRE O ESPAÇO

Em toda a história do homem houve muita preocupação com a investigação da natureza e suas descobertas, bem como das funções conscientes do ser humano, e por sua vez a investigação sobre a essência do ser humano foi deixada em segundo plano. (JUNG, 1977)

A forma de expressão ou linguagem do ser humano envolve diversos símbolos, imagens e até sinais, para uma fala ou descrição de algo (JUNG, 1977) e com estes sinais é possível descrever algo utilizando uma ou mais dessas linguagens. A todo o momento o ser

humano está se comunicando ou descrevendo algo que está na sua mente, e essa ação acontece de forma automática, como uma ligação da realidade com o inconsciente, relacionando os dois mundos.

O ser humano nunca consegue compreender ou perceber algo por completo, ele possui sua visão diferente de outro, e toda essa relação depende do nível dos sentidos desse sujeito (JUNG, 1977) e também de qual escala de visão ou sentido esse sujeito está vendo determinada situação ou coisa. E esta forma de percepção além de estar ligada com o mundo real, tem uma impressão no inconsciente, reagindo na forma ação ou decisão na realidade.

Essa impressão inconsciente no mundo real possui relação direta com ações ou decisões do sujeito, sendo um resultado da mente de diferentes formas. Essas decisões tomadas pelos seres humanos podem acontecer tanto de forma consciente em seres humanos dados como civilizados, quanto de maneira espontânea, sem passar pelo momento de decisão, ou mesmo contra a intenção humana (JUNG, 1977).

Por isso, os elementos do inconsciente têm influência direta no ser humano e suas atitudes (JUNG, 1977), o que torna essencial a interpretação e leitura através de símbolos e ferramentas adequadas, fazendo uma análise de comportamento como um todo do sujeito mais completa em sua totalidade.

Tuan (1983) fala sobre os símbolos de determinado lugar como um reflexo do sentimento que o sujeito tem em relação a este espaço, pois não há memória sem experiências e com as experiências surgem os sentimentos, o conhecimento e o pensamento dentro do imaginário de cada um. O autor define o lugar como segurança e o espaço como liberdade onde, de alguma forma, estaríamos fixos no lugar, na segurança e desejando o espaço, a liberdade, onde para ele a cultura de determinado grupo ou espaço também influencia no entendimento destes sobre o espaço e o lugar.

Lynch (2017) relata que a cidade não é como uma “coisa”, um resultado físico, ela é o que cada sujeito percebe. E cada pessoa pode percebê-la de diferentes formas, além das mudanças que ocorrem na cidade todos os dias, também a maneira de vê-la pode mudar através do tempo, formando também uma relação espaço-tempo. O homem é que dá vida e transforma o espaço, atribuindo significados a estes (SANTOS, 1997), pois um espaço ou paisagem sem significado são somente formas, o que os muda é o conteúdo social e o significado dado a este, como lembra Santos (1997, p.18) que propõe “que o espaço seja

definido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações”. Sendo então o espaço urbano como um espaço de significação, dado por interpretação individual (ORLANDI, 2001).

Para Tuan (1983), o espaço se torna lugar para cada sujeito, após ser dado a ele significado e valor. Quando uma criança percebe uma cidade, ela a vive de forma diferente de quando vai crescendo e se tornando adulto, toda a percepção vai alterando, bem como suas formas de usá-la e mesmo assim as memórias da cidade ainda continuam no imaginário humano desde a infância, por exemplo, o que altera são os modos atuais de percebê-la e usá-la. Existem também diferentes formas de perceber um ambiente utilizando as sensações, movimentos e outras dinâmicas encontradas na cidade, conforme descreve Lynch (2017, p.11):

Estruturar e identificar o meio ambiente é uma actividade vital de todo o animal. São muitos os tipos de orientação usados: a sensação visual da cor, da forma, do movimento ou polarização da luz, assim como outros sentidos, tais como o cheiro, ouvido, o tacto, a cinestesia, a noção da gravidade e talvez as de campos magnéticos ou eléctricos.

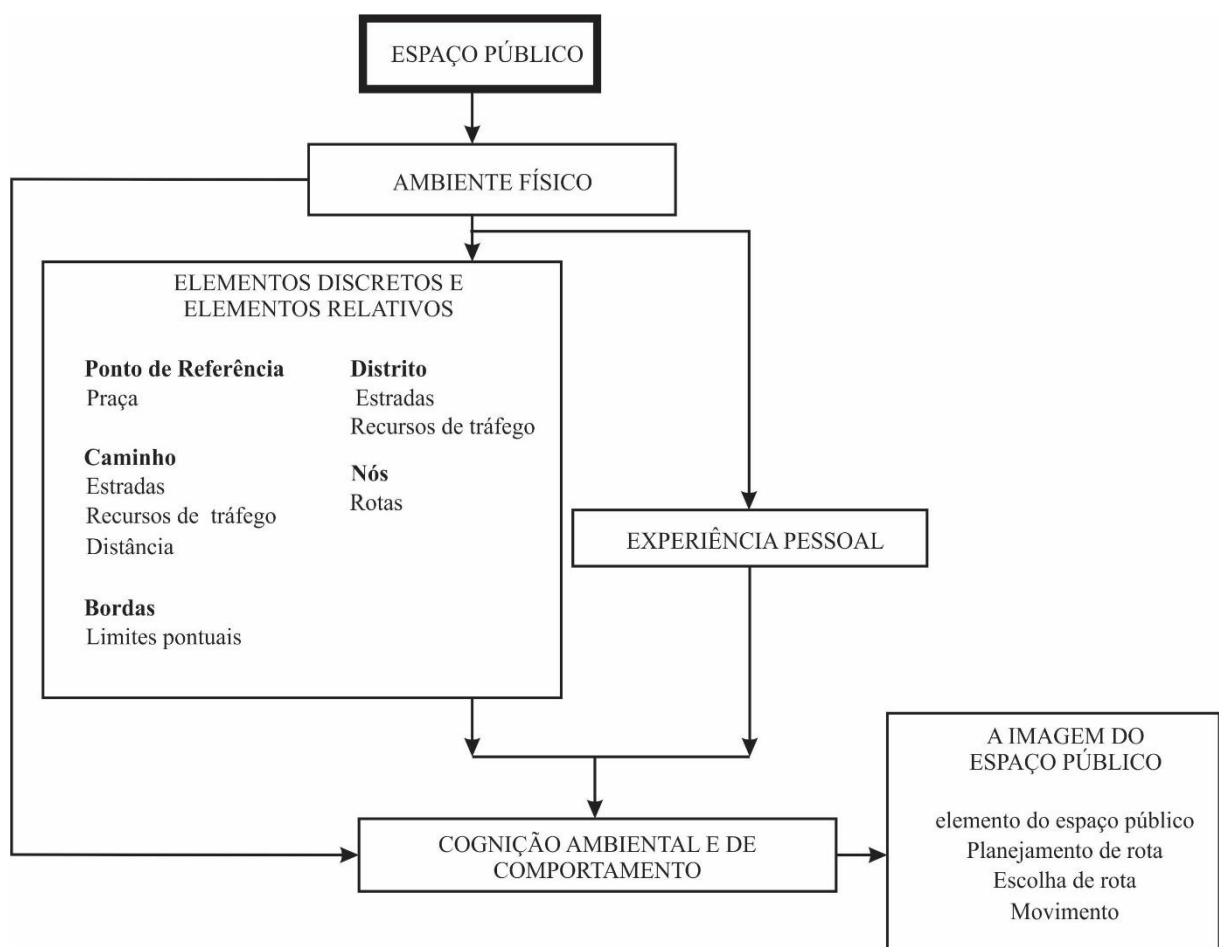
Uma imagem mental é utilizada pelo usuário para tomar decisões e atua diretamente na ação do sujeito sobre determinado espaço, por isso Aulia e Zahara (2018) definem que um mapa mental, por exemplo, se torna útil para demonstrar como o sujeito interage e se conecta com determinado espaço físico. Um planejamento de rota, a partir de uma posição em que o sujeito se encontra, é uma junção de diversos elementos, que o faz tomar uma decisão e participar de certa forma interagindo em determinado espaço (AULIA; ZAHARA, 2018) e quanto mais clara a imagem que um sujeito tem de determinado local, maior a possibilidade de tomar decisões rapidamente e mover-se rapidamente (LYNCH, 2017). Um espaço ordenado dentro da cidade, por sua vez, pode gerar no sujeito a melhor clareza quanto a sua interpretação e fazer com que este crie uma base útil para o crescimento individual (LYNCH, 2017).

Há uma necessidade crucial, segundo Lynch (2017) do sujeito de ter uma imagem formada do mundo interior, que se trata de uma junção das memórias do passado – recente ou longínquo – com as sensações imediatas, e assim são utilizadas para interpretar o espaço e definir as ações humanas sobre ele, bem como a forma de definir o próprio espaço (Tuan, 1983). Essa imagem ou conhecimento internalizado de determinado espaço pode levar algum tempo para ser reconhecida como lugar para o sujeito, pois o conhecimento tem relação direta com as experiências, com o sentir o lugar. Sentir ou conhecer de fato o lugar, segundo Tuan

(1983), demanda muito mais tempo do que apenas reconhecê-lo ou vê-lo, o sentir é feito de efeitos visuais, sons e cheiros, trabalhando o corpo e alma com aquele determinado lugar, como um conhecimento formado no subconsciente.

Dessa forma, a pesquisa que relaciona a imagem mental do usuário sobre determinado espaço, tem relação direta com as decisões que este toma para agir nele. Para isso, Aulia e Zahara (2018) definem como método de pesquisa de acordo com uma imagem mental já obtida pelo usuário, tendo como unidades de pesquisa os elementos físicos, relacionados com experiências pessoais e comportamento no ambiente, onde assim gera uma imagem real do espaço público para cada usuário. Relacionando como ponto de decisão em determinado espaço as observações pessoais e o ambiente físico, gerando assim um comportamento e uma imagem do espaço público pessoal, definindo assim, rotas, planejamentos, movimentos e relações no espaço público, conforme mostra a figura 2.

Figura 2 - Método de Pesquisa de Aulia e Zahara (2018).



Fonte: Aulia; Zahara (2018).

Esse método que relaciona o ambiente físico e suas características com as experiências pessoais do sujeito nesse espaço faz com que isso seja refletido cognitivamente no comportamento e ação do sujeito no espaço, resultando assim nas experiências e imagem que este tem do espaço público (AULIA; ZAHARA, 2018). Essas experiências são definidas por Tuan (1983, p.9) como uma junção de sentimento e pensamento, definido por:

[...] um termo que abrange as diferentes maneiras através das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade. Estas maneiras variam desde os sentidos mais diretos e passivos como o olfato, paladar e tato, até a percepção visual ativa e a maneira indireta de simbolização.

Essa análise de decisão de movimento do sujeito, relacionada com sua experiência, é importante para que se possa analisar como este percebe espaços conectados e espaços dispersos, mesmo tendo características semelhantes físicas ou até por semelhança social, cultural, biológica, comportamental, entre outras.

Kitchin (1994) afirma que adultos e crianças também podem observar um ambiente e reconhecê-lo de maneiras muito distintas e, por consequência disso, sua ação nesse espaço também é diferente, pois a forma com que um sujeito enxerga o espaço, afeta diretamente no seu comportamento. Além da faixa etária diferente uma da outra, outros parâmetros podem diferenciar, e muito, a forma com que determinada população age no espaço ou pensa nele. Uma experiência longínqua em determinado lugar pode não ser tão boa quanto uma experiência em um curto espaço de tempo. E o mesmo tempo de relação com determinado lugar para uma criança e para um adulto possui significado completamente diferente, o que está diretamente ligado à relação espaço – tempo de uma criança e um adulto, neste caso (TUAN, 1983), pois a maneira de ver e sentir o tempo desses dois sujeitos, de idades diferentes, jamais será igual.

Por conta dessas diferenças e relações é que se torna necessário ouvir pessoas que tenham relação com determinado lugar, mas que sejam de diferentes realidades culturais, sociais, de gênero, entre outros parâmetros, para que a pesquisa consiga agregar diferentes informações e ações nos espaços públicos como uma rede. Para que assim, um planejamento de espaços públicos em rede, consiga conectar com qualidade maior parte da população que utiliza o espaço da cidade. Mesmo cada sujeito possuindo uma determinada imagem de um espaço ou lugar, de alguma forma há uma imagem comum a membros de um mesmo grupo, ou aglomeração. E são essas imagens mais comuns que são importantes para o planejamento da cidade ou de um local determinado, por isso o estudo de um espaço comum deve deixar de

lado algumas divergências individuais e concentrar em uma figura chamada imagem pública (LYNCH, 2017) que são as imagens semelhantes que os habitantes de um lugar possuem.

Lynch (2017) afirma que um espaço físico integrado e vivo, dinâmico, oferece aos sujeitos que o utilizam como uma matéria-prima para a significação desse espaço na imagem internalizada deste, tanto de maneira individual quanto em grupo, estimulando também a comunicação e segurança emocional. São divididos em três os componentes que analisam um espaço para cada sujeito, e são eles: identidade, estrutura e significado (LYNCH, 2017). A identidade remete a que todo lugar ou objeto precisa de uma identificação dada pelo usuário, algo único dentro do imaginário individual, mas que possua identidade. A estrutura é a relação que aquele determinado objeto ou espaço tem com outros e com o próprio sujeito observador. Já o significado é algo que pode ser emocional ou prático, mas, diferente da relação espacial, é algo individual e único. E essas três análises devem fazer parte de uma pesquisa que envolva a significação de um lugar, com a imagem de um sujeito sobre este, pois esses componentes aparecem sempre juntos.

Um espaço percebido como contínuo ou fragmentado na imagem mental do usuário, pode ser definido por ele tanto por seus limites quanto por algumas fronteiras existentes entre duas áreas de características diferentes (LYNCH, 2017), mas não intransponíveis, pois muitas vezes os limites podem se dar pela união de diferentes áreas, ou como uma costura urbana, fazendo parte do todo que é a cidade, e esses elementos que definem limites podem ser percebidos diferentemente pelos usuários, mas mesmo assim prevalecer com a característica principal de limitação.

4 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada na modalidade qualitativa, utilizando o método de estudo de caso e se dá com a estratégia metodológica descrita a seguir. Tem-se como principal método de coleta de dados a entrevista semiestruturada com usuários e também a observação sistemática em local determinado. Para atingir aos objetivos propostos foram realizadas as seguintes etapas metodológicas:

1. A escolha do local da pesquisa

Baseou-se no conceito de centralidade e espaços que possuam uma diversidade de funções, e que seja facilmente reconhecido por qualquer sujeito da cidade.

2. Estruturação do trabalho de campo

Estruturação das entrevistas baseado na metodologia de Nikšič e Watson (2017).

3. Pesquisa de campo

Com as observações sistemáticas e a realização das entrevistas semiestruturadas.

4. Organização dos dados

Organização de dados de campo e observações feitas *in loco*.

5. Análise e discussão dos dados

Análise e discussão dos dados coletados relacionados com as informações e técnicas agregadas à pesquisa, gerando mapas resultantes.

4.1 LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A pesquisa foi realizada em Criciúma, estado de Santa Catarina, uma cidade com pouco mais de 210 mil habitantes (IBGE, 2017), com atributos de uma cidade que possui diferentes tipos de colonizadores, muitos destes imigrantes vindos da Europa (GOULARTI FILHO, 2004) e marcas históricas fortes que identificam uma trajetória marcada pela implantação de indústrias carboníferas. Indústrias estas que trouxeram a “modernização” e a “exploração” (GOULARTI, FILHO, 2004) para a localidade durante muitas décadas, alterando o espaço até então ocupado economicamente pela agricultura local, dando lugar a um novo momento na história da cidade.

Figura 3 - Panorama da cidade de Criciúma.



Fonte: Prefeitura Municipal de Criciúma.

Conhecida como a capital do carvão, Criciúma emergiu uma nova realidade na primeira metade do século XX, efetivada pelo processo exploratório do carvão, tem sua história marcada por conflitos decorrentes de uma exploração do minério explicitada em sua paisagem natural e urbana atual e na cultura do seu povo, que carrega os traços de um período

que conflitava modernidade com dilemas urbanos, sociais, culturais e ambientais. (GOULARTI FILHO, 2004).

Além disso, muitos passivos ambientais foram deixados na cidade, decorrentes da exploração do carvão mineral. Esses passivos, que podem ser vistos na cidade até os dias atuais, são de vários âmbitos como, por exemplo, os ambientais, conforme se pode observar na figura 4, sociais, urbanos e psicológicos que se mostram no povo de Criciúma que guarda as marcas desse processo exploratório.

Figura 4 - Passivo Ambiental pela exploração do carvão no Rio Sangão em Criciúma.



Fonte: Carlos Rabello.

Criciúma, diferente da maioria dos casos das cidades no Brasil, não se desenvolveu somente a partir de duas áreas distintas, a área urbana e a rural. A cidade se desenvolveu, além da área urbana e rural, com a conformação das vilas operárias, que eram formadas no entorno das minas de carvão (GOULARTI FILHO, 2004). Isso gera uma conformação urbana diferente do que é chamado de centro e periferia, formado pelas áreas centrais e rurais, definindo assim na cidade um tecido de funções diferenciadas, com dinâmicas e morfologia urbana distinta, pois a cidade no seu espaço geográfico é marcada pelas etapas dos processos de trabalho e pelas relações sociais que nela se dão ao longo do tempo, tanto nas questões morfológicas, quanto das funções dos espaços (SANTOS, 1997).

De certa forma, como uma cidade que cresce por diferentes núcleos, gera um reflexo morfológico e social de espaços que se tornaram segregados, pouco conectados uns com os outros, gerando assim espaços públicos também pouco conectados e pouco entendidos como uma totalidade na cidade, mesmo quando a expansão territorial de um determinado espaço alcança outros tecidos urbanos.

O ponto de estudo, a Praça Nereu Ramos, é um local marcante para a história de Criciúma, pois foi onde tiveram início os primeiros comércios e o ponto de encontro entre a linha férrea e estradas importantes da época que ligavam localidades próximas, como pode ser visto na figura 5, onde também destaca o centro como bairro e o antigo centro que era chamado de “praça” (BALTHAZAR, 2001).

Figura 5 – Esquema de estrutura urbana da conformação inicial da Praça Nereu Ramos.



Fonte: Autora, baseado em Balthazar (2001).

Essa área se destaca no contexto urbano pelo fato de haver a concentração de diversos tipos de serviços, comércios, instituições financeiras, escritórios, alimentação, hospedagem, atividades culturais, etc. Sendo assim um lugar onde acontecem muitas trocas sociais (BALTHAZAR, 2001) e grande parte das funções urbanas (PINTO E REMESAR, 2015). Conforme é descrito por Balthazar (2001, p. 63) “junto à Praça Nereu Ramos e áreas

próximas está localizada a parte mais antiga da cidade. Ali se estabeleceu o vigor do comércio no início do século, expandindo-se para o restante da área”.

Dessa forma, a Praça Nereu Ramos é um local de identidade cultural, social e histórica muito relevante para os moradores da cidade e arredores, o que a torna essencial para o estudo de uma rede de espaços públicos, sendo este um dos principais espaços públicos reconhecidos na cidade. Sendo assim escolhida para o estudo por ser um espaço dinâmico, de fácil identificação dos usuários e com característica de centralidade na cidade, visto também que é possível encontrar maior diversidade de usuários neste local por ter uma grande concentração de comércio e serviços, atraindo a população da cidade e da região.

A centralidade determinada para a pesquisa foi definida com os critérios de: maior fluxo de comunicação e transportes nessa região, maior concentração de serviços de saúde, educação, comércios e espaços públicos, que definem por sua vez área central e de maior importância para a população.

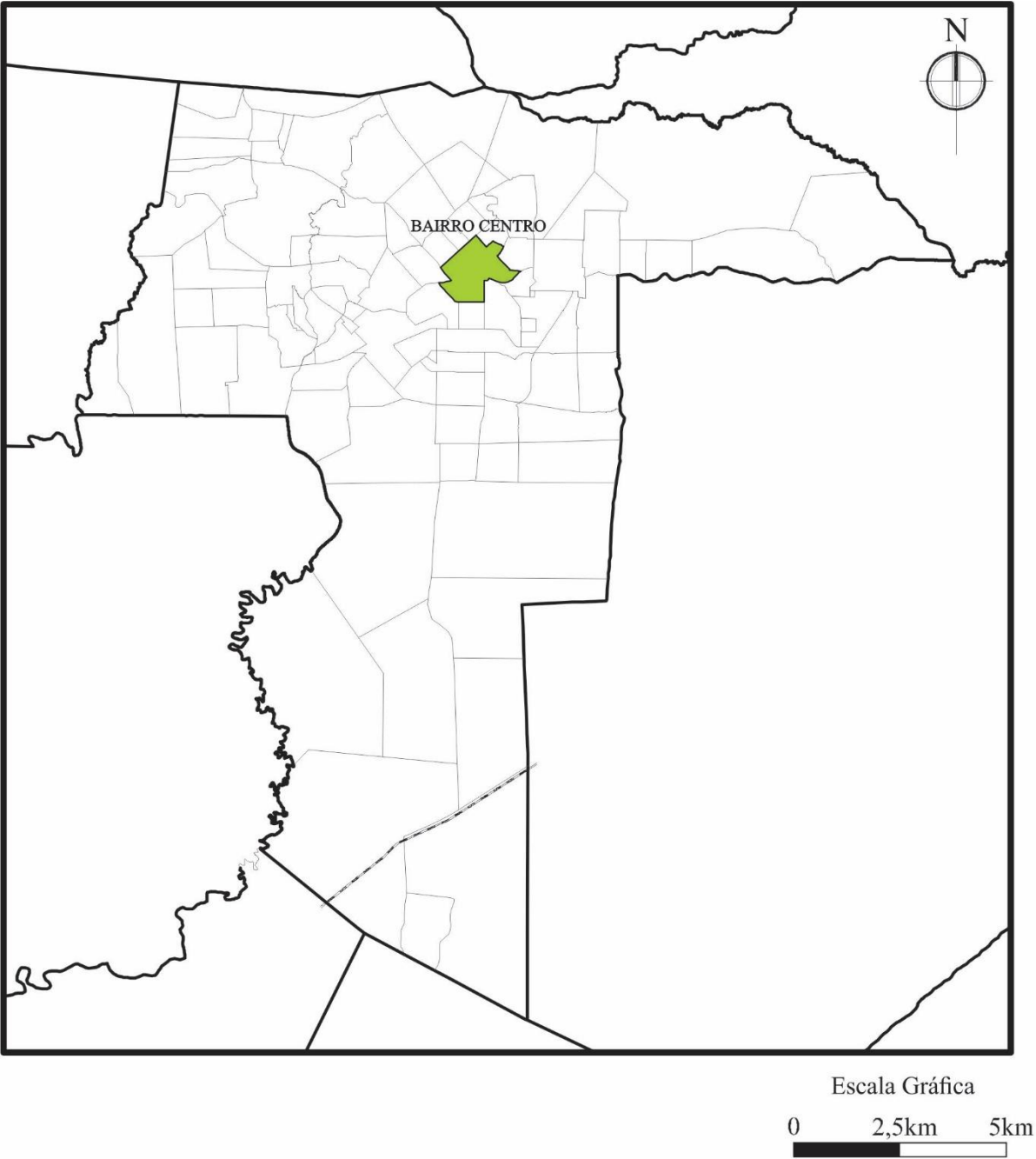
Figura 6 - Retrato tirado do centro da Praça Nereu Ramos, com a Catedral ao fundo.



Fonte: Autora.

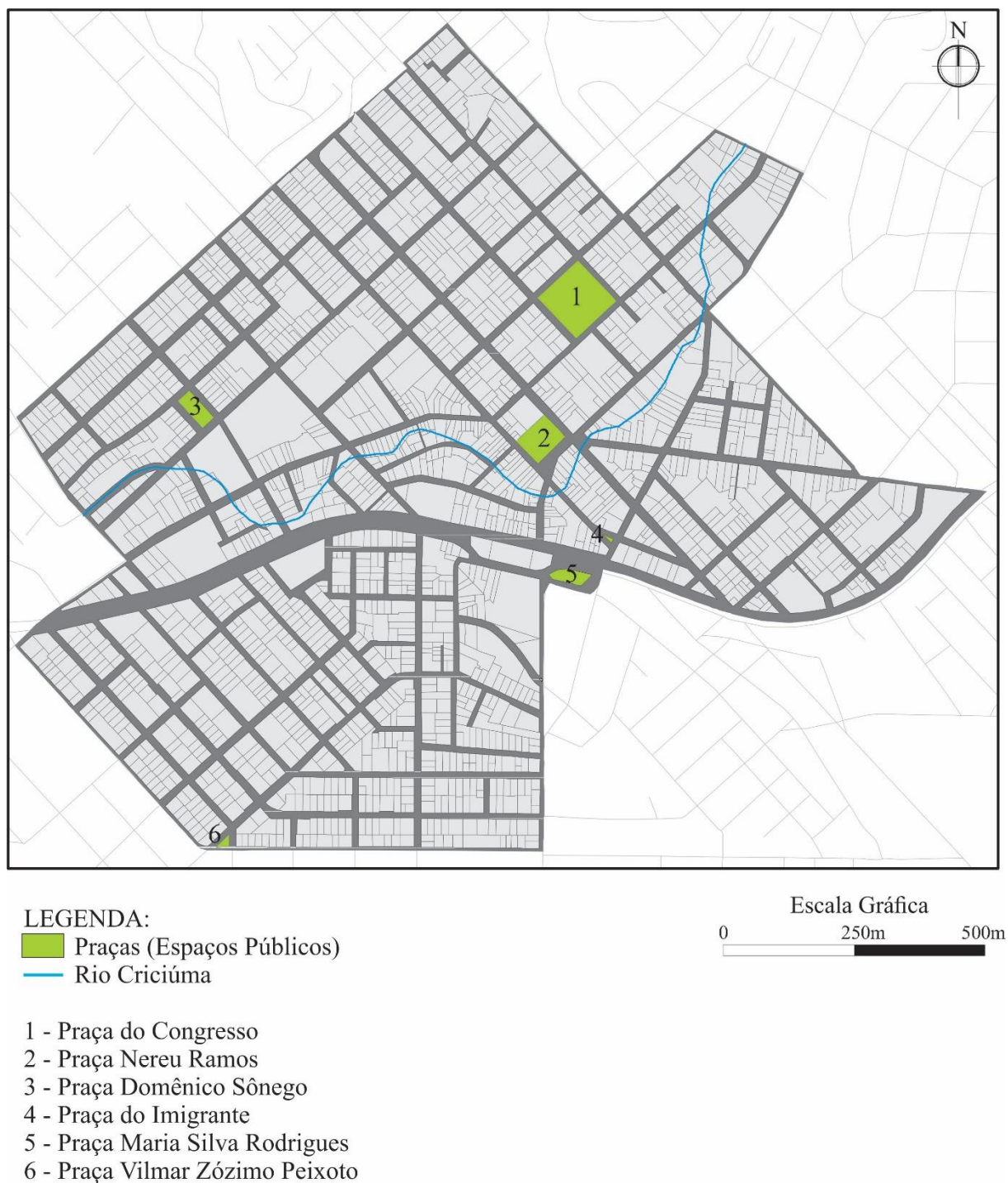
A pesquisa foi desenvolvida com entrevistas que agregam a visão do usuário da cidade de Criciúma, com a paisagem mais próxima à realidade mental deste. Na figura 7 tem-se a locação do Bairro Centro, onde se encontra o espaço público a ser estudado que é a Praça Nereu Ramos, delimitada na figura 8.

Figura 7 – Esquema da divisão dos bairros de Criciúma com destaque no Bairro Centro.



Fonte: Autora.

Figura 8 – Esquema do Bairro Centro com destaque nas praças e parques.



Fonte: Autora.

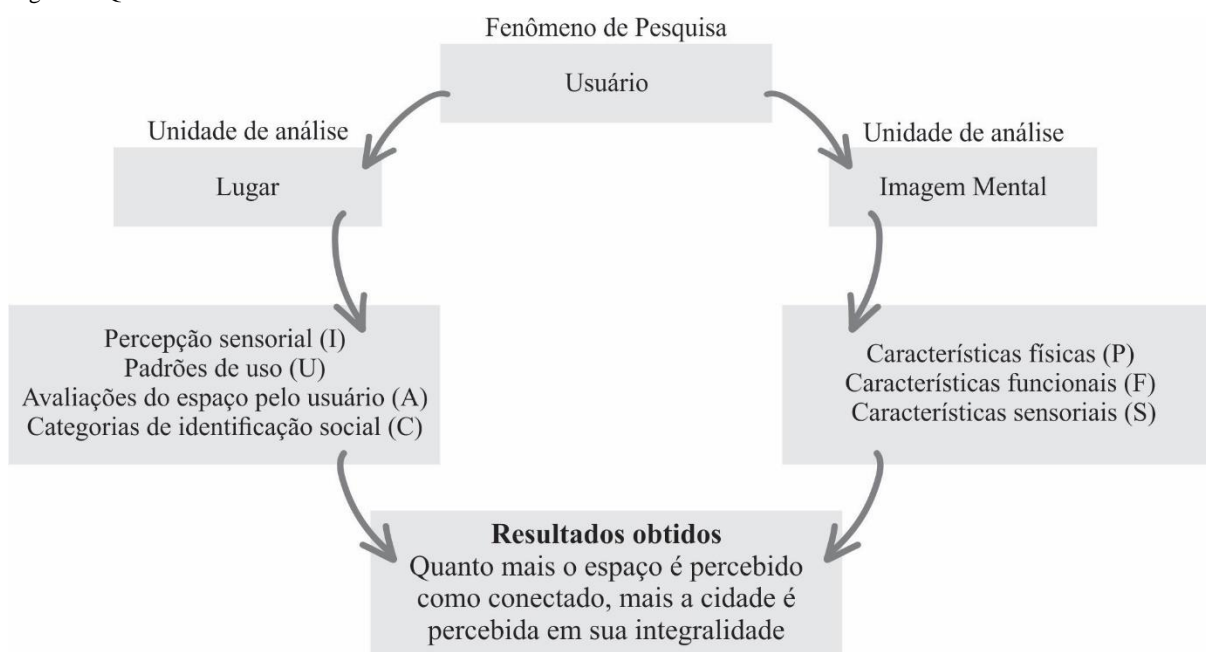
4.2 MATERIAIS E MÉTODOS

Os dados para a pesquisa são coletados com obtenção de dados primários e secundários. Os dados primários foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com os frequentadores da Praça Nereu Ramos e observações das dinâmicas neste espaço.

Os dados secundários foram pesquisados na Prefeitura Municipal de Criciúma e em bancos de dados especializados na temática da pesquisa. Foi realizada pesquisa bibliográfica em livros e base de dados virtuais através da bibliometria nas seguintes bases: Scopus, Science Direct, Web of Science e Scielo.

Para atingir o primeiro objetivo foi feita observação dinâmica do espaço onde os usuários foram entrevistados, durante o dia, transcritos em diário de campo, tendo como fenômeno de pesquisa o usuário e unidade de análise sendo o lugar com suas características citadas pelos usuários conforme a figura 9, baseada na metodologia de Nikšič e Watson (2017).

Figura 9- Quadro conceitual do estudo

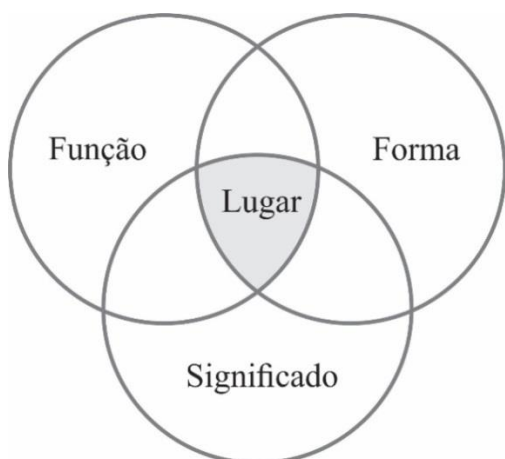


Fonte: Autora baseado e adaptado de Nikšič; Watson, 2017.

Definindo aqui a função ou característica funcional do espaço, baseada no conceito de Montgomery (1998), pelas atividades ou usos de determinado local, a dinâmica destes e as atividades ali exercidas. A forma ou a característica física do espaço é entendida baseada em Sennett (2003), onde os espaços físicos são definidos pela morfologia destes, pelo traçado urbano, as edificações, a paisagem natural, os caminhos, as ruas e espaços públicos. Já o significado ou as características sensoriais estão ligados a questões de atribuição pessoal ou coletiva de determinado espaço através da significação.

A estrutura utilizada para análise de lugar, que compreende as características físicas, funcionais e sensoriais, baseia-se em Montgomery (1998), onde um lugar é formado por três grupos de análise citados anteriormente, conforme figura 10.

Figura 10 - Diretrizes políticas para promover o senso de lugar (ou local).



Fonte: Autora, baseado em Montgomery (1998).

Explicitando aqui o fenômeno de pesquisa - o usuário - como um sujeito que possua uma experiência com o lugar a ser analisado, sendo a experiência dita como maneiras diferentes das pessoas enxergarem a realidade, variando conforme os sentidos particulares dos sujeitos (TUAN, 1983).

A imagem mental, aqui se define como uma imagem formada no mundo interior, que se trata de uma junção de memórias com sensações do sujeito (LYNCH 2017) e, assim, é utilizada para interpretar o espaço e definir as ações humanas sobre ele, bem como a forma de definir o próprio espaço (TUAN, 1983), sendo uma forma de interpretação pessoal (NIKŠIČ E WATSON, 2017).

A percepção sensorial trata da forma com que o indivíduo sente ou entende determinado espaço, que pode emergir de diversas maneiras para os sentidos humanos. Os padrões de uso aqui se entendem pelas atitudes e atividades exercidas pela maioria da população, por aspecto determinado de alguma característica do lugar que pode ser observado através das entrevistas realizadas com os usuários. As avaliações do espaço são analisadas a partir da perspectiva do usuário, como este avalia o local, gerando avaliações de resultados positivos e negativos. Já a categoria de identificação social toma por base as informações que definem o usuário demograficamente (NIKŠIČ E WATSON, 2017), como gênero e idade, entre outras, que podem justificar ou exercer influência sobre as percepções deste.

Para atingir o segundo objetivo foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com estruturação, conforme figura 9, tendo como fenômeno de pesquisa o usuário e como unidade de análise sua imagem mental, baseada na metodologia de Nikšič e Watson (2017).

Para responder ao terceiro objetivo, na avaliação da rede, foi utilizada como base a metodologia de Nikšić e Watson (2017), em que são tabelados os itens de unidades que identificam o espaço citado pelos usuários, tendo como ponto base de lugar a Praça Nereu Ramos, conforme tabela 1, para que se possa perceber quais características, na perspectiva do usuário, levam um espaço a ser mais conectado na formação de uma rede de espaços públicos.

Tabela 1 - Quadro conceitual de avaliação dos espaços pelo olhar do usuário

	Características físicas (P)	Características funcionais (F)	Características sensoriais (S)
Fatores que tornam esse espaço <u>entendido ou não</u> como uma rede	Itens citados pelos usuários	Itens citados pelos usuários	Itens citados pelos usuários

Fonte: Autora, baseado em Nikšić; Watson, 2017

4.3 A PESQUISA DE CAMPO

Assim, através da observação em campo e das entrevistas realizadas com os usuários em um espaço público foi efetuada a análise de como esses usuários percebem esse espaço como conectado e quais são esses elementos, com o auxílio da psicologia ambiental, que trata do ser humano em seu contexto, incluindo as inter-relações entre ele e o espaço em que está inserido (MOSER, 1998) e por isso é essencial para compreender de que forma o sujeito se percebe nesse espaço.

A observação sistemática seguiu a seguinte dinâmica: durante o período de cinco dias o pesquisador envolveu-se no principal espaço público pesquisado, ou seja, a Praça Nereu Ramos no centro da cidade. A observação deu-se pelo caminhar, pelo sentar-se no banco da praça e observar, objetivamente e intuitivamente tudo o que ocorria naquele espaço. Observando assim as construções, as pessoas, os passantes, os que ficavam os e que interagem, e a relação desses com os equipamentos sociais como a igreja, o shopping, o terminal central, as ruas e, principalmente atenção às falas das pessoas durante a observação e no intervalo das entrevistas. Procurando sempre aproximar-se da dinâmica que acontecia no local, para melhor relação com as pessoas que ali estavam.

O coletivo da pesquisa será composto inicialmente por 20 pessoas, maiores de 18 anos que estejam circulando na praça, usufruindo do ambiente ou passando e que queiram colaborar com a pesquisa. A abordagem será feita seguindo os princípios do Comitê de Ética da UNESC/PLATAFORMA BRASIL. Este coletivo poderá ser aumentado dependendo do

nível de saturação, este nível é entendido quando as respostas das perguntas começarem a ser repetitivas. Isto vai garantir, segundo Trujillo (2001), a representatividade da amostra.

Como a pesquisa se dá em maior parte pela imagem mental dos usuários, é necessário que os sujeitos entrevistados possuam essa imagem mental dos locais que serão citados por eles, para que possam descrever sem mesmo ser necessário estar no local.

O critério para a determinação do coletivo da pesquisa segue as recomendações da pesquisa qualitativa, em que a representatividade não se dá por percentual estatístico, mas pela homogeneidade da população pesquisada, segundo os atributos de determinada população que guarda certa homogeneidade (BAUER; GASKELL, 2005). Os autores Bauer e Gaskell (2005), ao invés de falar de amostragem na pesquisa qualitativa falam em *corpus* da pesquisa, o que vale dizer que, para eles “a construção de um corpus tipifica atributos desconhecidos, enquanto a amostragem estatística aleatória descreve a distribuição desses atributos no espaço social” (BAUER; GASKELL, 2005 p. 40). Segundo Thirycherques (2009, p.21):

A saturação designa o momento em que o acréscimo de dados e informações em uma pesquisa, não altera a compreensão do fenômeno estudado. É um critério que permite estabelecer a validade de um conjunto de observações.

Sendo assim, quanto mais homogênea for a amostra em relação à população estudada, a saturação se dará mais facilmente. E por conta dessa amostra os 20 entrevistados atingem o objetivo de saturação da pesquisa.

A importância de entender como o usuário percebe as conexões de determinado espaço é essencial para a pesquisa sobre uma rede de espaços públicos, pois assim se pode determinar quais os elementos principais percebidos de uma conexão urbana entre espaços públicos. Para entender a identidade e as características de um lugar, é importante definir de que forma as fronteiras imaginárias vão influenciar na conexão dos espaços públicos, formando ou não uma rede de espaços na imagem mental do usuário (NIKŠIČ; WATSON, 2017), por conta disso, é necessário compreender quais são os elementos ou características dos espaços públicos que fazem os usuários entenderem como conectado. Dessa forma, podendo relacionar a imagem mental dos usuários, com o contexto e as características do espaço em que estão inseridos (NIKŠIČ; WATSON, 2017) na visão deles.

Nikšić e Watson (2017) discutem outras questões sobre a determinação imaginária dos espaços, de como eles são percebidos fora da percepção humana. Como as subunidades determinadas no imaginário de um sujeito conseguem se conectar e quais relações são necessárias para isso? E essas determinações são dadas por quais impulsos do sujeito sobre o espaço e sua utilização particular? Toda a reflexão acerca dessas questões pode auxiliar na construção de um entendimento sobre a conexão dos espaços públicos e como estes são percebidos e integrados através das imagens mentais, fazendo com que sejam percebidos como uma rede, logo serão utilizados como tal. Para avaliação das imagens mentais de como um espaço é percebido como conectado, pela perspectiva do usuário, é necessária a utilização de entrevistas com questões estruturadas de acordo com a técnica utilizada por Nikšić e Watson (2017), conforme figura 9.

Nas entrevistas foram utilizadas três linhas de questionamentos para responder as perguntas da pesquisa, e dentro dessas linhas, foram elaboradas as perguntas ao usuário. A entrevista foi então estruturada conforme as seguintes perguntas de pesquisa, baseada em Nikšić e Watson (2017), efetuada em usuários do espaço público conforme amostra de pesquisa adotada:

- Onde o usuário percebe o limite do espaço público em que ele está situado?
- Qual é a relação dos espaços circundantes e de que forma são percebidos como conectados com outros?
- Como as avaliações pessoais do espaço, padrões de uso e percepções sensoriais percebidos influenciam as hierarquias percebidas entre espaços na imagem mental? As características pessoais do observador (sexo, idade) desempenham algum papel?

Sendo uma entrevista semiestruturada, busca-se a resposta para as três linhas de questionamentos, utilizando algumas perguntas para gerar aproximação do entrevistador com o entrevistado, bem como também gerando perguntas adicionais conforme o andamento da conversa, e por se tratar de uma pesquisa qualitativa, todos os dados mencionados nas falas acabam sendo importantes para os resultados obtidos. Fazendo com que sejam efetivadas uma série de perguntas estruturadas dessa forma:

1ª unidade – Percepção do Espaço Público

- Qual sua idade?
- Que bairro você mora?

- Há quanto tempo vive em Criciúma?
- Com que frequência você vem à Praça?
- Por qual motivo você vem à Praça?
- Você gosta dessa Praça? Por quê?
- E o que mais gosta?
- O que menos gosta?
- Para você, a praça vai até aonde?
- Por que a praça faz parte do seu roteiro?
- Qual seu caminho mais comum por aqui?
- Você se sente seguro andando aqui?

2ª unidade – Relação dos espaços circundantes

- Qual espaço aqui ao redor, que você acha ser mais fácil de ir? Por quê?
- E qual espaço aqui próximo você menos gosta de ir? Por quê?
- Onde você mais gosta de ir na cidade? Por quê?
- Fica próximo à sua casa?
- O que você mais gosta nesse espaço que você mais gosta de ir?
- Qual a praça ou parque que você mais gosta na cidade?
- E qual que você mais frequenta?

3ª unidade – Percepções do usuário

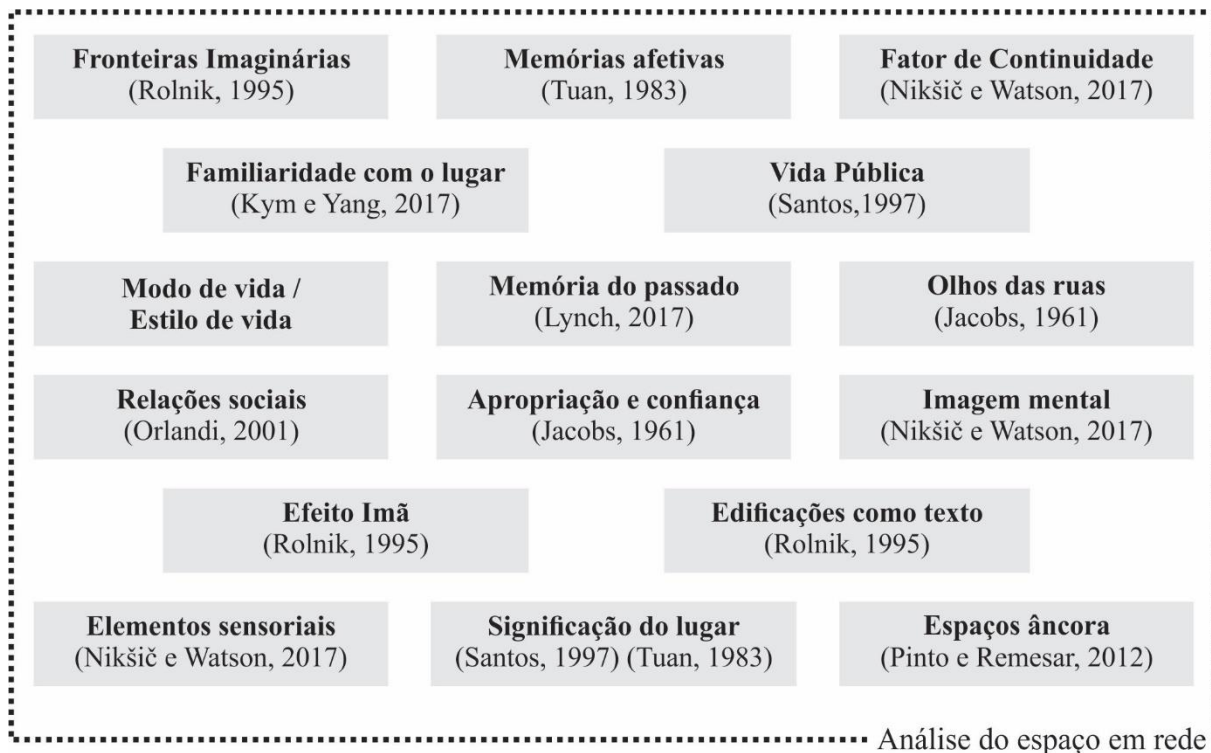
- Onde você passa a maior parte do seu tempo?
- E aqui na praça, onde você passa a maior parte do tempo?
- Aqui onde estamos agora, se você fosse tirar uma foto, do que, ou qual posição seria essa foto?
- Aqui onde estamos agora, qual som você mais escuta?
- E se você estivesse no lugar que mais gosta qual som você mais ouve lá?
- E qual cheiro você sente aqui na praça?
- E se você estivesse no lugar que mais gosta qual cheiro você sentiria lá?

4.4 ANÁLISE DOS DADOS

As respostas verbais foram transcritas e colocadas na ferramenta Word para análise de dados comuns e melhor manuseio das informações e possíveis estatísticas em ferramenta

Excel (NIKŠIČ; WATSON, 2017). Para a análise foi elaborado um mapa conceitual, de autores que tratam as questões descritas no referencial teórico, que auxiliem a compreensão de alguns parâmetros analisados. Sendo assim além de observar onde cada usuário percebe o espaço da praça, se torna imprescindível entender quais são os elementos que o levam a tal percepção, utilizando então os conceitos conforme figura 11.

Figura 11 - Quadro conceitual para análise dos dados coletados através das entrevistas.



Fonte: Autora.

Sendo assim cada uma das entrevistas estando transcritas, e conforme os conceitos, extraída das respostas os parâmetros que levam cada usuário a entender o espaço conectado ou não. Foi utilizada também a ferramenta CAD em alguns casos, conforme espaços citados pelos usuários, para sobreposição de informações obtidas ou informação individual facilitando a geração de mapas. As observações feitas no local foram colocadas no diário de campo para que se possa relacionar com os resultados e possíveis questões para discussão. Com base nestas análises, através da semelhança de percepções, foram geradas algumas imagens comuns de rede de espaços públicos na imagem mental dos usuários com suas características.

5 ANALISANDO DOS DADOS

5.1 A PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS SOBRE O ESPAÇO PÚBLICO

A partir dos dados coletados no local, que é a Praça Nereu Ramos, conforme metodologia aplicada, foram feitas análises das percepções do usuário em relação ao espaço conectado. Dessa forma, as entrevistas foram realizadas durante três dias não consecutivos na Praça Nereu Ramos com o universo de 20 pessoas que, ao serem abordadas e esclarecidas do objetivo daquela conversa, se propuseram a responder alguns questionamentos sobre sua visão e memória da Praça Nereu Ramos, conforme estruturado no Apêndice A.

As percepções dos usuários são divididas em três linhas de avaliação, conforme metodologia aplicada, sendo elas sobre as características físicas, funcionais e sensoriais (NIKŠIČ; WATSON, 2017) extraídas das falas dos usuários do espaço público. Essas informações são analisadas pela percepção deles sobre o espaço público em que estão e sobre outros espaços que têm em sua memória, procurando entender quais são os elementos que possibilitam que o espaço público seja entendido como conectado com outros.

Na percepção de como o espaço da Praça Nereu Ramos é entendido como conectado, foram listadas diferentes maneiras em que foram entendidos os limites dela, conforme tabela 2 e figura 12.

Tabela 2 - Percepções dos limites da Praça Nereu Ramos

Limite na quadra da Praça, área com vegetação e edifícios ao seu redor	12
Limite na quadra da Praça e alguns elementos a mais fora dela	5
Limite mais abrangente que não corresponde a estrutura morfológica da Praça	3

Fonte: Autora, baseado na metodologia de Nikšič e Watson (2017).

A proporção do limite da Praça como sendo a própria quadra dela e seus edifícios como limites chega a ter uma proporção de 4: 1,6 :1 em relação a outras respostas dadas.

Percebe-se que o limite observado pelos usuários corresponde em mais da metade das respostas ao quadrado da Praça, onde existe a maior quantidade de vegetação, mobiliário urbano, calçamento contínuo, sombra, entre outros elementos comuns às respostas dos entrevistados. As fachadas dos edifícios que estão ao redor da Praça estão compreendidas também nessas respostas, criando como um círculo em volta da área verde, sendo citadas algumas vezes as esquinas, com referência aos seus edifícios comerciais existentes hoje e há um tempo atrás, bem como a Catedral São José como um limite importante e, em algumas

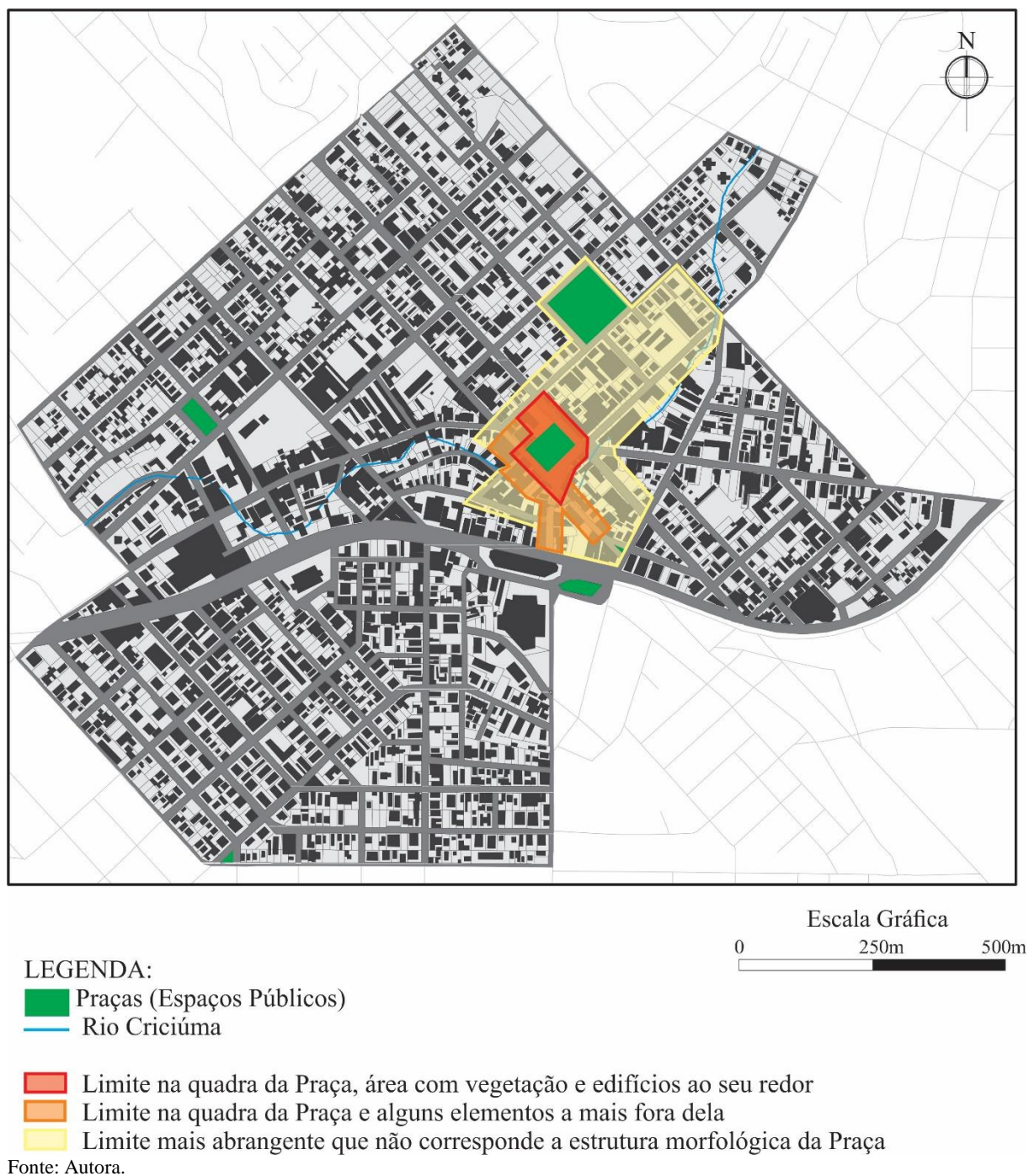
vezes como se a Praça acontecesse ao redor da igreja. O que reforça a questão de que cada espaço tem uma característica, formando fronteiras imaginárias (ROLNIK, 1995), de acordo com uma significação particular a cada usuário, dada pelas experiências individuais (TUAN, 1983) que ali teve. De certa forma, se pode afirmar o quanto são importantes as molduras (LERNER, 2003) que acontecem ao redor da praça, como elementos que se destaquem e criem memórias afetivas aos usuários que utilizam esse lugar e o significam.

O que foi demonstrado nas respostas em relação ao segundo item que compreende a Praça e alguns elementos a mais, é que estavam todos eles diretamente relacionados a prioridade do pedestre, ao calçamento que existe no local. Sabendo que o fator de continuidade (NIKŠIČ; WATSON, 2017) é um elemento importante para que o usuário perceba a conexão do espaço público, nota-se que além do quadrado da Praça estar limitado aos edifícios ao seu redor, muitas vezes era citado também que talvez esse limite fosse dado pelo calçamento.

No terceiro item, que não tem relação direta com a estrutura morfológica da Praça ou do próprio calçamento, percebeu-se uma conexão dada por eles com edifícios comumente utilizados pelos usuários. E, na maioria delas, agregam edifícios públicos e Praças próximas como limites da Praça Nereu Ramos, bem como elementos de barreira física, como a Avenida Centenário, em todas as respostas.

Essa questão da Praça Nereu Ramos não ser vista como conectada com a Praça do Congresso, é algo que intriga o pesquisador, devido ao fato de que a proximidade entre as duas ser muito clara, e por se tratarem de dois espaços públicos relativamente antigos, e facilmente reconhecidos pela população. Essa diferenciação pode se dar devido a questões dos próprios usos dados pelas molduras dessas praças, trazendo uma dinâmica totalmente diferente, associada a questão social inclusive. A Praça Nereu Ramos é sentida por eles como um espaço reconhecido e de livre acesso, enquanto a Praça do Congresso se torna para os usuários um espaço de pouca aceitação, devido a questão da valorização imobiliária em seus arredores, trazendo uma classe social diferente daquela encontrada na Nereu Ramos. E a dinâmica diferenciada é o que trás vida ao espaço público, que no caso da Praça Nereu Ramos possui um apelo muito mais comercial e acessível do que na Praça do Congresso, que é uma área de comércio mais elitizados, escolas particulares e edifícios residenciais de luxo, em sua maior ocupação.

Figura 12 – Esquema do Bairro Centro com destaque nas áreas de percepção dos usuários dos limites da Praça Nereu Ramos.



5.1.1 Espaços percebidos como conectados na visão do usuário

Compreendendo a importância de identificar os elementos que fazem com que os usuários entendam um espaço conectado, na tabela 3, foram listados os elementos citados pelos usuários, podendo uma pessoa citar mais de um.

Tabela 3 - Fatores citados que tornam o espaço entendido como conectado na visão dos usuários

Características físicas (P)		Características funcionais (F)		Características sensoriais (S)	
Calçada com prioridade do pedestre;	13	Concentração de comércio define limites dos espaços;	4	Caminhos mais comuns das pessoas;	10
Vegetação define limites do espaço público;	12	Serviços próximos aos espaços públicos;	5	As conversas que ali acontecem;	4
Sombra nos caminhos e espaços;	6	O movimento e a dinâmica das pessoas;	13	Memória afetiva do espaço público;	11
Caminhos largos e confortáveis;	3	Bares e restaurantes com acúmulo de pessoas;	2	Apropriação dos espaços e sentir-se à vontade;	4
Presença de edifícios de serviços públicos marcantes;	6	Acesso facilitado pelo transporte público;	6	Estilo de vida;	7
Espaços mais amplos e abertos;	3			Ar puro e relação com a natureza	8
Presença do mobiliário urbano;	4				
Edifícios como limite do espaço público	3				
Características físicas (P)	50	Características funcionais (F)	30	Características sensoriais (S)	34

Fonte: Autora.

Um espaço percebido como conectado pelos usuários é mais representado por características físicas (P), seguido por características funcionais (F) e sensoriais (S) em uma proporção de 1,6 : 1 : 1,1, conforme respostas citadas na tabela 3.

5.1.1.1 Características físicas

Dentre as características físicas, a presença do calçada (figura 13), que é sinônimo de prioridade ao pedestre e do item que cita a presença de caminhos mais largos e confortáveis tem uma representatividade grande nas respostas dos usuários, sendo citada no total por 16 dos entrevistados, chegando a quase todos deles – de um universo de 20 pessoas. As falas demonstraram também que, na visão da maioria dos entrevistados, a parte onde começa a circulação de carros não é mais praça, sendo o calçada importante para a configuração dela e para definir por onde eles andam, dando sentido de continuidade (NIKŠIČ E WATSON, 2017), que é essencial na conexão de espaços. Dessa forma, é importante perceber o quanto o calçada e a prioridade dos pedestres e da escala humana (LERNER, 2003) configura o melhor caminho destes, bem como o lugar aonde vão, pois, o local onde fica mais fácil de

acessar e caminhar, é visto como conectado com a praça na visão dos usuários. E, além de suas características de praça, o calçadão forma fronteiras imaginárias (ROLNIK, 1995) de limite, por estar relacionado com a facilidade de se locomover sobre esse espaço sem barreiras físicas entendidas por eles.

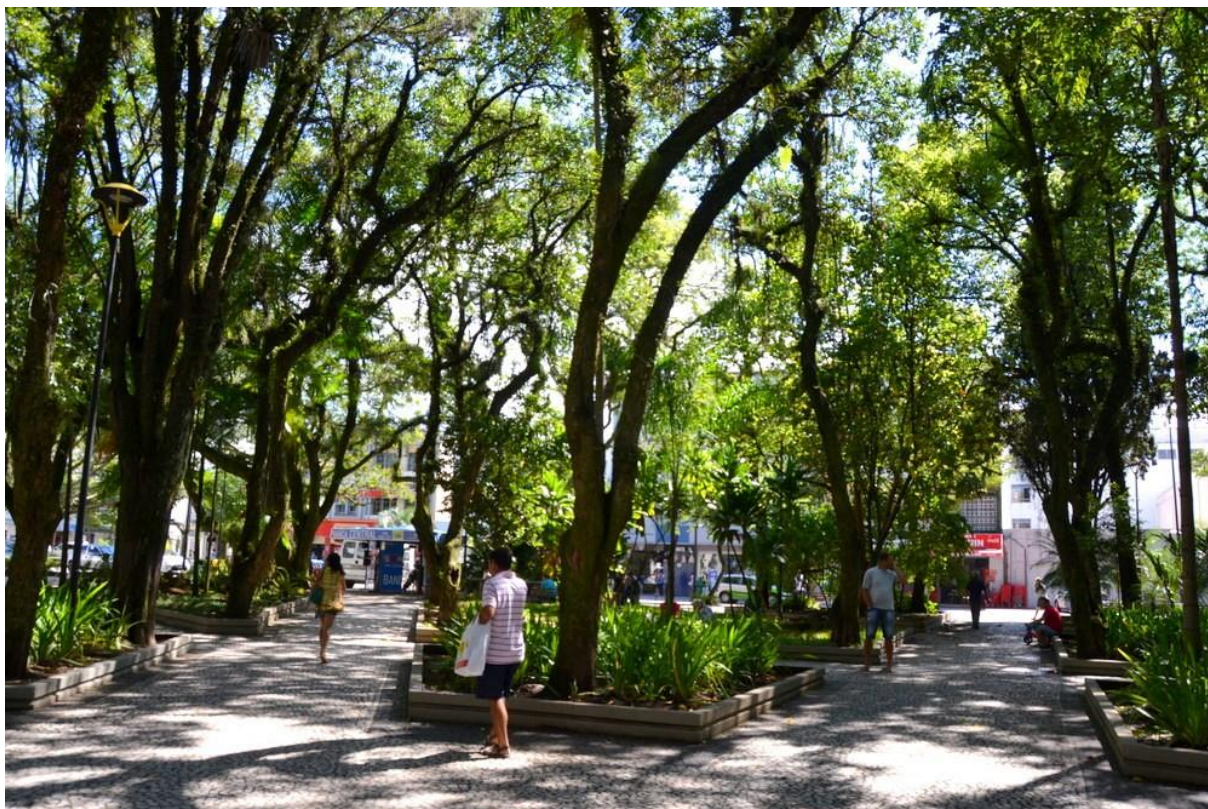
Figura 13 - Calçadão da Praça Nereu Ramos.



Fonte: Autora.

A vegetação, elemento que é percebido como conector de espaços formando a praça é, juntamente com a sombra das árvores, um dos itens mais citados pelos usuários, atingindo juntos perto de um terço das respostas citadas dentro do quesito características físicas (P). Em um universo de 20 entrevistados foi citada 18 vezes, atingindo assim quase todos dos entrevistados que possuem essa visão. O verde e as árvores são um ponto importante para chamar as pessoas à praça, como um efeito de imã (ROLNIK, 1995), pois é difícil na cidade um local como esse segundo relatos dos usuários, o que o torna único e atrativo (AULIA E ZAHARA, 2018) e que os faz sentirem-se bem e permanecer ali. E, além disso a vegetação age como um elemento que dá unidade a esse espaço da praça, pois muitos o consideram como toda a área que possui o “verde”, como se pode ver na figura 14.

Figura 14 – Vista do interior da Praça Nereu Ramos.



Fonte: Prefeitura Municipal de Criciúma.

Os edifícios públicos e de serviços são citados também como limites marcantes de um espaço como a Praça Nereu Ramos, bem como alguns edifícios de comércio mais antigos. A antiga Casa Londres, na figura 15- onde hoje funciona outra loja, mas mantendo suas características físicas - e a Catedral, na figura 16, são citadas pelos usuários como elementos marcantes e referências na praça, que descrevem a história daquele lugar (ROLNIK, 1995), e, inclusive, relatam durante as entrevistas fatos da forma original desses edifícios, enfatizando ainda que Criciúma perdeu muito sua cultura ao longo do tempo e que deveria ser preservada (ROLNIK, 1995) em relação a esses edifícios, como ressalta o entrevistado que diz: *“Eu gosto muito de foto antiga e quando eu venho aqui que eu vejo as fotos antigas, a mudança que teve, tipo a igreja continua, ali a casa Londres continua, certas coisas continuam, a Isa Modas ali. O que me chama atenção é a transformação né, e as árvores aqui (...)”* (Entrevistado 04). O que leva a afirmar que os edifícios que estão ao redor da Praça podem ser lidos como textos (ROLNIK, 1995) e também fazem uma relação espaço - tempo (CAMBA, 2010). Essa relação da memória e o espaço-tempo se pode perceber na fala do usuário que cita os limites da praça com nomes de estabelecimentos antigos, que já não existem há muitos anos, mas seus edifícios continuam ali, agora com uso comercial na maioria das vezes: *“limite na rua coronel Pedro Benedet, no café São Paulo, ali no café Rio e aqui na Fátima”* (Entrevistado 12). Outro item citado pelos usuários é a presença de um

quiosque no meio da praça que, em alguns casos, é algo que atrai para esse espaço, por ser um local tradicional de encontros, o que leva a refletir sobre um espaço símbolo (SANTOS, 1997) (TUAN, 1983) de um edifício que conversa (ANDRADE E LINKE, 2017) com o espaço público como um atrativo essencial de atribuição particular.

Figura 15 - Edifício da antiga Casa Londres, atualmente.



Fonte: Prefeitura Municipal de Criciúma.

Figura 16 - Catedral de Criciúma e parte da Praça Nereu Ramos, atualmente.



Fonte: Prefeitura Municipal de Criciúma.

Os espaços amplos e abertos podem estar relacionados como um elemento diferenciado em meio à cidade, como um ambiente com característica única (AULIA E ZAHARA, 2018), que chama atenção dos usuários, associando sempre a outros elementos físicos que dão essa sensação de amplitude também, como reforça um dos entrevistados “o que me chama atenção é a questão do espaço dela, ela tem um espaço grande efetivamente, tá? Eu acho ela um pouco mal aproveitada, nessa situação, mais a questão do espaço dela em si” (Entrevistado 07), é o que o encanta, enquanto observa a paisagem e relata o quanto gosta desses espaços amplos. O que pode estar relacionado também com o modo de vida atual, em que a cidade cresce e, cada vez mais, as pessoas vivem em menores espaços, como um efeito paradoxal (ACSELRAD, 2001) do crescimento urbano. “Então eu...passar dos anos a gente vai se confinando sabia, tu vai ‘ah vamos no shopping, ah vamos no mercado, vamos ali no outro shopping que tem ali, (...) isso é uma questão de hábito, tu fica preso” (Entrevistado 12). O que demonstra, de certa forma, que os usuários gostam de estar ao ar livre, de escutar o som das árvores balançando, que estão associadas a memórias do passado e a sensações imediatas (LYNCH, 2017) bem como foram citadas também manifestações e dinâmicas na praça e de seus atores (LERNER, 2003), e assim por diante.

A presença do mobiliário urbano também é citada como um elemento que conecta os espaços por poderem ser utilizados pelos usuários, que usufruem daquele espaço e, também, por de certa forma gerar uma identidade em todo o local em que o mobiliário urbano está inserido. Alguns dos entrevistados relatam gostar dos bancos e da sombra que as árvores proporcionam ali, mesmo alguns deles já relatando a falta de mobiliário urbano em alguns locais, relacionando também com características físicas da Praça. Esses elementos, em um espaço público, são o que os diferenciam de outros locais em que as pessoas ficam ou circulam, criando naqueles lugares alguns ambientes únicos (AULIA E ZAHARA, 2018) e atrativos a elas, pela imagem que trazem. Em alguns relatos, além dos bancos, foi citado o pergolado da figura 17, próximo à Catedral, como algo que as pessoas gostam de admirar, como um elemento diferenciado em relação ao restante da Praça e como uma característica particular dela (ROLNIK, 1995), formando fronteiras e conexões imaginárias na mente do usuário.

Figura 17 - Pergolado com a Catedral São José ao fundo.



Fonte: Blog vem que te conto – O que fazer em Criciúma.

5.1.1.2 Características funcionais

O comércio, que é significativamente presente nos arredores da Praça Nereu Ramos, conforme se percebe na figura 18, representa como que uma moldura (LERNER, 2003) do espaço público fazendo com que, algumas vezes, a praça seja citada pelos usuários como um espaço que está no meio do comércio, como se fosse uma consequência dele. Essa visão do

espaço da praça que está relacionada ao comércio vem desde o surgimento da mesma, quando eram feitos diversos tipos de trocas comerciais por se tratar de um ponto estratégico e centralizado a todos, e ela, por sua vez, é muitas vezes citada como um palco de acesso a outros locais, como se fosse um corredor, ou uma antessala, sem ter o significado de lugar (TUAN, 1983). O acesso aos comércios através da praça cria um espaço conectado na visão dos usuários, agregando tudo que está compreendendo aquela área comercial, com características comerciais, como se os próprios edifícios de comércio fossem os limites. Muitas vezes o comércio é citado como o principal motivo da vinda até a Praça, ressaltando também a periodicidade dessa dinâmica, que acontece somente no período do dia, à noite correspondendo a outra dinâmica, muito pouco movimentada. Alguns entrevistados até relatam ser um lugar inseguro quando o comércio está fechado, contrastando com a segurança que sentem durante o dia pela presença do comércio funcionando, demonstrando o quanto a mistura de funções (LERNER, 2003) em um espaço público é fundamental para que o espaço não fique subutilizado (GEHL, 2013) garantindo sempre os olhos das ruas (JACOBS, 1961). Em alguns casos, os entrevistados relatam como se o comércio fizesse parte do espaço público, atraindo-os algumas vezes para esse lugar, confirmando a teoria de Jacobs (1961), sobre edifícios que atraem ou repelem os usuários dos espaços públicos, seja qual for a motivação e também sobre edifícios que conversem com a rua (ANDRADE E LINKE, 2017), que são fundamentais.

Figura 18- Comércio nos arredores da praça e o quiosque no centro da foto.



Fonte: Autora.

Além do comércio, há um item importante que é percebido pelos usuários como um elemento que conecta o espaço público, que é a presença de edifícios de serviço próximos a estes. Os serviços citados como mais conectados ao espaço da Praça são o Hospital São José e o Terminal Central de Transporte Público de Criciúma, que pode ser visto na figura 19. Esses lugares, por sua vez, foram citados devido à necessidade dos usuários de andarem por esses caminhos muitas vezes, sendo assim um espaço comum a eles. Entendidos dessa forma na visão de alguns usuários como locais conectados e de fácil acesso a partir da Praça, reforçando assim a teoria de Lynch (2017) onde, quanto mais relações o sujeito tem com determinado espaço, mais ele se locomove e toma decisões sobre ele. O que acontece também em alguns casos com as agências bancárias que são citadas como o principal motivo da vinda até a Praça, inclusive associadas muitas vezes ao próprio trabalho que exige acesso às agências diariamente, o que ressalta a teoria de Kym e Yang (2017) sobre quanto mais uma pessoa anda em determinado espaço, mais se familiariza com ele.

Figura 19 - Vista da Praça Nereu Ramos em direção ao Terminal Central de Transporte.



Fonte: Autora.

O movimento e a dinâmica das pessoas na praça são vistos por grande parte dos usuários como um elemento que conecta os espaços. Mais da metade dos usuários entrevistados citam como um dos elementos mais atrativos e com função de conexão da praça e arredores essa dinâmica social, que para muitos é como palco de encontros, conversas e vida social, com grande parte de funções urbanas (PINTO E REMESAR, 2015) nesse espaço. Um dos usuários diz gostar tanto do espaço público da praça por perceber ali a vida em movimento, a dinâmica urbana e que é o lugar que mais gosta de ficar, depois da casa dele, sendo assim um lugar totalmente significado por ele (TUAN, 1983), conforme teoria de Santos (1997). É na região da praça que muitos vêm para trocar ideias, encontrar os amigos e rever pessoas que gostam, sem encontros marcados, somente deixando a vida pública acontecer (JACOBS, 1961). Um dos entrevistados relata gostar muito de observar esse movimento da praça e toda a dinâmica que ali se dá “(...) *onde aparece de tudo entendeu?*” (Entrevistado 05), o que leva a pensar que encontra ali um espaço atrativo pelas próprias pessoas que ali estão e, assim por sua vez, pessoas acabam atraindo outras pessoas (GEHL, 2013). Alguns entrevistados são encantados por esta dinâmica da praça, pelas conversas, o encontro e a vida ao ar livre. Alguns passam muito tempo nessa praça marcando encontros, reuniões, conversas, pois é como uma referência importante para eles, demonstrando apropriação e confiança (JACOBS, 1961) no local. Mas, essa dinâmica percebida pelos usuários, é relatada acontecer mais durante o dia enquanto o comércio está aberto, onde a praça é um lugar dinâmico, já a noite relatam ser um espaço vazio, pois não há a mesma dinâmica, o mesmo significado, ressaltando a teoria de Orlandi (2001), onde as relações sociais se sobrepõem ao espaço físico, dando sentido a ele. Sendo assim, conforme a teoria de Lynch (2017), a praça não é somente um espaço físico, mas sim a visão que as pessoas têm dele. A questão dos edifícios de serviço e públicos também tem relação direta com a dinâmica desse espaço, pois há muitos encontros e conversas - após o horário da missa, por exemplo - que ocorrem na praça em horários específicos desses estabelecimentos, que acabam influenciando na dinâmica desse espaço público em horários diferentes, alterando a função sobreposta (ORLANDI, 2001) nesse lugar.

Alguns usuários citaram bares e restaurantes, que são serviços particulares como elementos que conectam diferentes espaços próximos a praça e, inclusive, atraem pessoas para lá. Um deles relata que dificilmente viria à praça por outro motivo a não ser pelo bar que existe no centro dela, que pode ser visto na figura 20, e que se não existisse esse quiosque para ter encontros e conversas com amigos, conhecidos e desconhecidos, talvez nunca viesse

nela, o que leva a refletir sobre um espaço símbolo (SANTOS, 1997) (TUAN, 1983) de um edifício que conversa (ANDRADE E LINKE, 2017) com o espaço público na visão desse usuário, e que para ele o bar é o símbolo principal da praça, atraindo e conectando pessoas.

Figura 20 - Vista da Praça Nereu Ramos com o quiosque (bar).



Fonte: Autora.

O transporte público na cidade de Criciúma é citado algumas vezes como principal motivo de alguns usuários passarem pela praça ou permanecerem ali. Seja pelo horário de ônibus ou por ter acesso quase que direto ao espaço físico da praça, o transporte público faz parte da vida da maioria dos entrevistados que se encontram ali. O acesso ao terminal de ônibus é quase que envolvido pela descrição da maioria das pessoas como parte da praça, mas percebido como elemento conectado por poucas pessoas, o que demonstra, de certa forma, uma relação clara e cotidiana de alguns com esse serviço (LYNCH, 2017) e pouca significação por parte deles (SANTOS, 1997). Um dos usuários relaciona sua permanência na praça ao horário de transporte público juntamente com o horário do trabalho, onde sobraria um tempo nesses intervalos *“eu venho um pouco mais cedo, daí até dar o horário eu fico aqui na praça”* (Entrevistado 15). O que faz com que o terminal de ônibus seja um espaço que, de alguma forma, conecta os usuários a esse espaço, por também dar sentido de locomoção às pessoas que ali estão para voltar aos seus lares.

5.1.1.3 Características sensoriais

O caminho mais comum dos usuários é citado por metade deles como um elemento que, internalizado, faz com que percebam um espaço conectado com outros, e isso tem relação também com alguns itens citados nos parâmetros físicos (P) e funcionais (F), pois quanto mais uma pessoa circula por determinado local, (LYNCH, 2017) mais ela tem

segurança (KYM E YANG, 2017) sobre ele, e o percebe como conectado a outro espaço que ela também circula. Nas falas dos usuários, a maior parte deles relata ter sempre um caminho a percorrer sobre a praça, como um espaço já dominado por ele. Os caminhos já integrados ao imaginário do usuário estão agregados a sua imagem mental (NIKŠIČ E WATSON, 2017), e isso faz com que ele sinta a praça como um caminho de acesso a vários locais, sobrepostos sobre o espaço físico dela, que para cada um tem um limite e fronteiras diferentes em seu significado individual (SANTOS, 1997) (TUAN, 1983).

As conversas e, conseqüentemente, os encontros que acontecem no espaço da praça, fazem parte dos elementos sensoriais percebidos como conectores entre espaços públicos. Inclusive, uma das características citadas como uma função do espaço público é estimular esse tipo de relação, chamando mais pessoas (LERNER, 2003) para esses espaços. Entendendo o espaço da praça como além dos limites físicos visíveis que envolvem a parte “verde” do desenho dela, mas sim todo um significado abrangente da Praça como um lugar de encontro, onde tudo se conecta, na visão de alguns usuários. Percebendo aqui o quanto o espaço público não se trata somente de um espaço físico construído, mas sim da imagem que o sujeito tem dele (LYNCH, 2017), sobrepondo forma e função, assim um espaço nunca se torna vazio, mas sim é dado um significado particular a ele (ORLANDI, 2001). A praça é interpretada por muitos como um espaço onde seus limites são dados muito mais pelo significado e características vistas pelo usuário, do que por barreiras físicas, formando assim em seu imaginário as fronteiras (ROLNIK, 1995) do lugar.

A memória afetiva do que cada sujeito traz como significado de lugar é um dos itens que mais da metade dos usuários entrevistados deixaram claro ser o que entendem de um espaço como conectado. As lembranças de experiências (TUAN, 1983) vividas em determinado lugar trazem à memória seu significado individual, fazendo com que determinado espaço não seja somente uma forma física (SANTOS, 1997). Muitos relatam frequentar essa praça e arredores desde criança, o que faz com que a noção de espaço e lugar seja alterado ao longo do tempo e, mesmo mantendo seu desenho original como demonstra a figura 21, suas funções alteram também, mas o significado que possui internalizado aqueles lugares pouco se altera, conforme fala de um dos entrevistados: *“olha desde nova eu venho aqui no caso, aqui era o jardim e o centro de Criciúma era aqui né, sempre foi”* (Entrevistado 3), demonstrando o quanto a história traz consigo para ela o significado daquele espaço público e, da mesma forma, dos espaços que se conectam com ele.

Figura 21 - Praça Nereu Ramos nos anos 50, mantendo o mesmo desenho até os dias de hoje.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Pedro Milanez.

A apropriação dos espaços e sentir-se à vontade acontece por características de lugar já internalizadas no usuário onde alguns, em suas falas, relatam que a praça é como se fosse sua segunda casa, com um sentimento de cuidado também por ela. “*Mas, nasci aqui perto e a praça eu considero minha né*” (Entrevistado 12), é um dos relatos do quanto as pessoas que tem afeto a esse lugar, também enxergam ele de forma diferente. Para todos que citam a apropriação da praça, o perímetro de abrangência dela é muito maior pois, para eles, aquele espaço está totalmente significado (SANTOS, 1997). Ressaltando também o encontro com o outro e com o “eu” em que muitos relatam encontrar-se nesse lugar da Praça e arredores “(...) *muito bom, muito bom! Eu gosto de sentar, eu gosto muito de observar. E aqui é um lugar onde aparece de tudo, entendeu? Então assim eu gosto de observar, e é o lugar onde eu mais me encontro em Criciúma é na Praça!*” (Entrevistado 5). Sabendo que todos os entrevistados que citaram esse elemento tem idade superior a faixa dos 49 anos, percebe-se que a apropriação pode ter relação também com o tempo em que se vive essa praça, potencializando a função dela de espaço público, bem como de espaço abrangente como praça em si.

O estilo de vida é associado por um terço das pessoas entrevistadas como elemento que pode entender um espaço como conectado com outros. O dia a dia, os caminhos

percorridos e o que aqueles espaços oferecem como espaço público para os usuários são fundamentais para que eles possam frequentá-los. Grande parte dos usuários que frequentam a praça todos os dias é por motivos de trabalho, alguns trabalham perto e acabam associando a praça ao descanso em meio ao seu momento de trabalho, outros a percorrem durante a volta do trabalho e, alguns deles, fazem da própria praça o seu trabalho, utilizando o espaço público para encontrar clientes e até atender ligações, dentre outras coisas, como relata um entrevistado que diz usar a praça para “(...) *primeiro os clientes, depois a amizade(...)*” (Entrevistado 12). A faixa etária também revela que o estilo de vida de quem usa a praça e enxerga espaços conectados a ela são, em sua maioria, de pessoas que a utilizam como seu espaço no dia a dia. Essas pessoas são de faixa etária de mais de 49 anos e menos de 28 anos, que relatam ainda a praça ser como um espaço fundamental na sua rotina, sentindo-se como sendo eles atores dela (PEREIRA, 2015).

O modo de ver a natureza em meio à cidade encanta algumas pessoas e faz uma relação de conexão tanto com outros espaços que tenham o mesmo “verde”, quanto com espaços algumas vezes encontrados em suas memórias e experiências (TUAN, 1983), conforme um usuário relata “(...) *eu nasci aqui né, e essa coisa do verde né, das pessoas parece que elas estão mais aqui é... desarmadas. É não sei eu tenho esse, esse... essa sensação quando encontro alguém, tu conversa, acaba sendo uma coisa mais harmoniosa, não sei se isso é em função da natureza. É, isso de a gente estar mais próximo aqui*”(Entrevistado 19). A natureza para um dos usuários da praça é como uma conexão e de onde o ser humano depende e não entende que a natureza dependa do ser humano “*a impressão que eu tenho é que a gente acha que a gente é mais do que isso*” (Entrevistado 19), citando a natureza como uma das coisas mais importantes da vida humana, da qual todos fazem parte, o que remete a pensar que exista no entrevistado a noção do bem comum e de corresponsabilidade (ROLNIK, 1995) pelo espaço público que é de todos. Em alguns casos, os entrevistados citam a natureza, as árvores, cheiro de terra molhada, pássaros e alguns outros sons como o elemento mais importante para identificar aquele espaço público e assim entendê-lo com continuidade. A presença de uma área verde é um conceito fundamental para alguns dos usuários, onde alguns deles definem a praça como um círculo que tem verde e reafirmam contundentemente, sendo assim o verde o elemento que em sua imagem mental (NIKŠIĆ E WATSON, 2017) construída, delimita a Praça e suas possíveis conexões.

5.1.2 Espaços percebidos como não conectados na visão do usuário

Durante as análises percebeu-se também, dentre as falas dos usuários, elementos que não aproximam o espaço público de uma visão em rede, conectando com outros na visão dos entrevistados e esses elementos foram listados na tabela 4, conforme citado por eles. Podendo eles citar mais de um elemento diferente nas respostas de acordo com suas percepções.

Tabela 4 - Fatores citados que tornam o espaço entendido como não conectado na visão dos usuários

Características físicas (P)		Características funcionais (F)		Características sensoriais (S)	
Lugares com pouca mobilidade relacionada às calçadas;	2	Atividades ilícitas nos espaços;	3	Descuido com o espaço público	5
Ruas que passam perto ou em cima do espaço público da Praça;	3	Quantidade de pessoas desconhecidas nos locais;	6	Barulhos indevidos que contrastam com barulhos naturais (pessoas, vento, pássaros);	4
Barreiras físicas difíceis de transpor a pé;	5	Dinâmicas em horários específicos;	6	Medo associado a alguma situação já vivida no espaço público;	1
		Pouca variedade de usos nos edifícios próximos.	1	Espaço público como um corredor de passagem, sem apropriação.	6
		Circulação intensa de veículos ou pessoas;	8		
Características físicas (P)	10	Características funcionais (F)	24	Características sensoriais (S)	16

Fonte: Autora

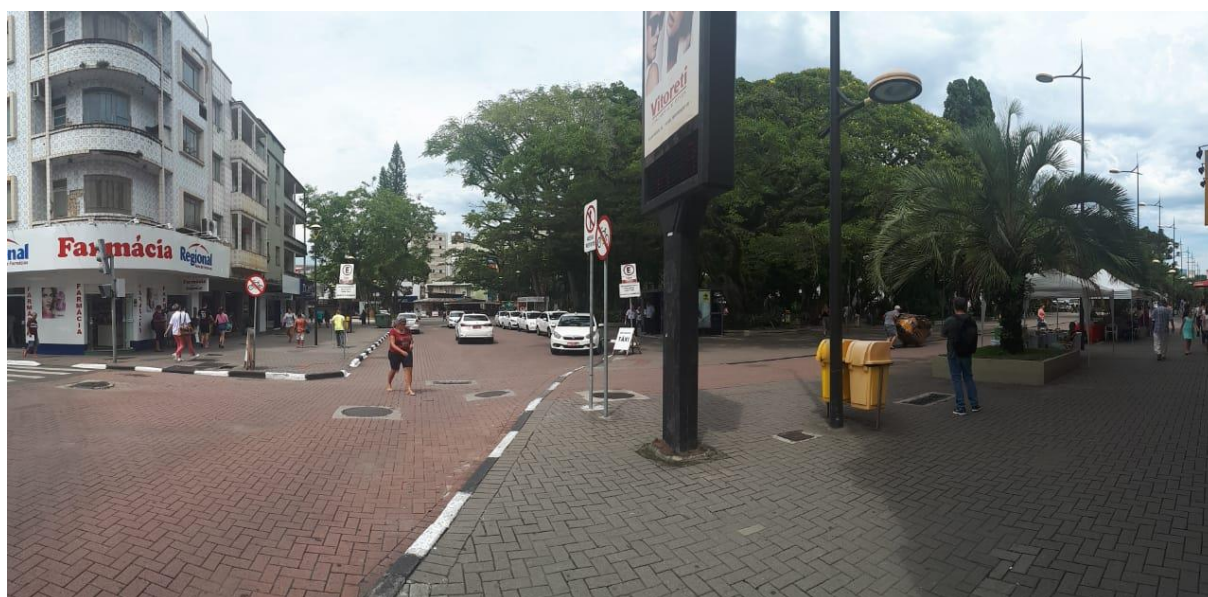
Um espaço público percebido como não conectado na visão dos usuários é significativamente mais representado por características funcionais (F), seguido por características sensoriais (S) e físicas (P) em uma proporção de 2,4 :1,6 : 1 respectivamente, conforme respostas citadas na tabela 4.

5.1.2.1 Características físicas

Os lugares com baixa mobilidade relacionada às calçadas acabam dificultando aos pedestres que utilizam o espaço público na percepção de um espaço como conectado com outros. E isso ainda é mais agravado quando existem pessoas portadoras de necessidades especiais, que não aconteceu nas entrevistas, mas é algo que também chama a atenção dos entrevistados pela necessidade de adaptação dessas pessoas àquele espaço, não se sentindo confortáveis com essa situação. Pois segundo eles, é necessário que haja em um espaço

público prioridade à escala humana (LERNER, 2003) e à mobilidade verde (GEHL, 2013) que incentive a caminhabilidade e a mobilidade através da bicicleta e transporte público, garantindo assim a melhora nas relações sociais, segundo Gehl (2013). E, talvez por ter sido citada a baixa mobilidade em relação a estrutura física das calçadas, alguns usuários até relatam percorrer distâncias que deveriam andar a pé, de automóvel, o que dificulta ainda mais o uso legítimo do espaço público por eles.

Figura 22 – Área da praça citada com baixa mobilidade em relação aos pedestres e veículos.



Fonte: Autora.

Quando há a presença de ruas ou pequenas vias que passam perto ou em cima do espaço público da praça as pessoas se demonstram assustadas, é como uma barreira física colocada em meio a um espaço que deveria ter prioridade ao pedestre “(...) a gente às vezes tá passando despercebido com alguma coisa na cabeça, o carro vem ali, no caso fizeram o calçamento, mas não era pra passar carro né” (Entrevistado 03), ressaltando o estacionamento que atualmente existe onde era calçadão, conforme figura 23. Essa circulação de veículos tem relação direta também com a questão que vai contra o sentido de continuidade (NIKŠIČ E WATSON, 2017) deixando algumas vezes o veículo como prioridade na via, sendo o espaço que resta da faixa de circulação dela para o pedestre, priorizando o automóvel, deixando que este se adapte ao espaço que lhe sobra (MORETZSOHN, 2010).

Figura 23 – Faixa vermelha para passagem de veículos locais e estacionamento no calçadão.



Fonte: Autora.

As barreiras físicas que dificultam a locomoção do usuário que anda a pé foram citadas por um quarto dos entrevistados como algo que desconecta os espaços, mas de certa forma pode estar relacionada com os outros itens citados como elementos físicos, pois entendem a prioridade do pedestre como não sendo eficaz, podendo assim atingir metade das respostas dos usuários. Entre as principais barreiras citadas está a Avenida Centenário, juntamente com o terminal de transporte público da cidade na figura 24, que na visão dos usuários é um lugar desconectado da praça, bem como uma separação entre os dois lados da Avenida Centenário, onde ele se encontra bem no meio. Quando o cidadão que utiliza o espaço público percebe que há em sua imagem mental continuidade (NIKŠIČ E WATSON, 2017) ou algo que desconecte aquele espaço de outro, possivelmente a tomada de decisões (LYNCH, 2017) sobre andar por determinado espaço ou caminho é influenciada. Isso auxilia no modo como o usuário se locomove sobre esse território, determinando suas fronteiras (ROLNIK, 1995). Sendo assim, elementos que existem já no inconsciente do usuário, influenciam diretamente nas atitudes desse (JUNG, 1977), como algo que já é internalizado.

Figura 24 - Terminal urbano de transporte público de Criciúma e Avenida Centenário.



Fonte: Canal catarinense.

5.1.2.2 Características funcionais

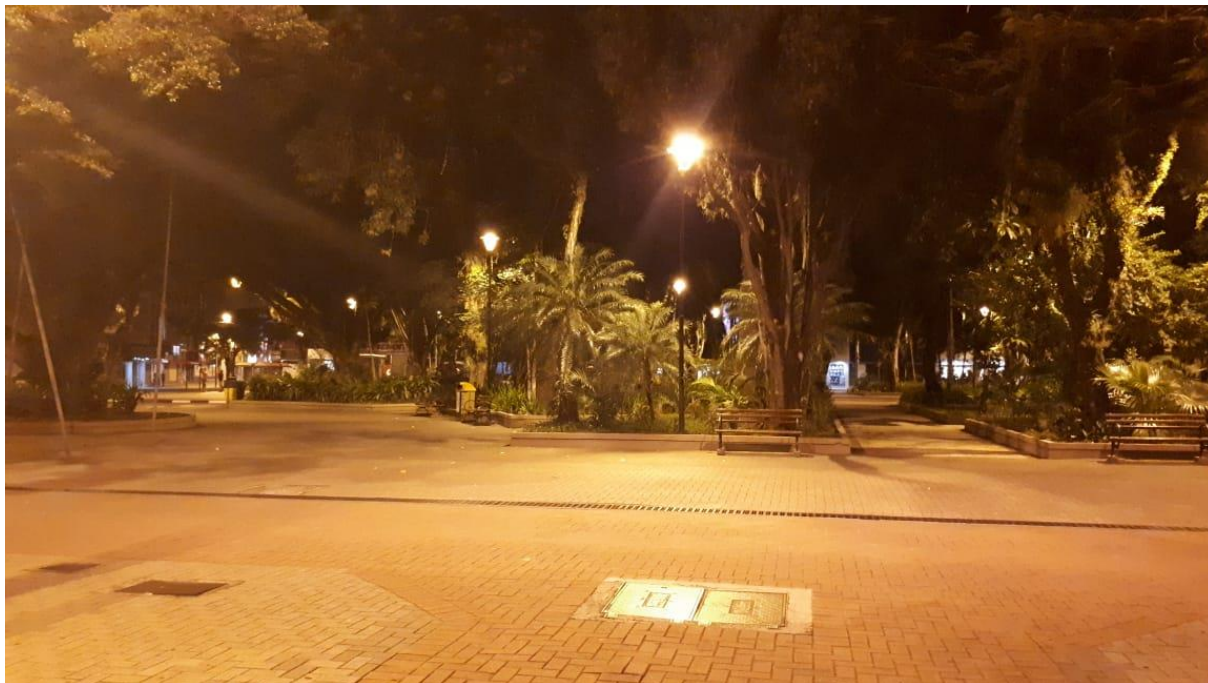
As atividades ilícitas que foram citadas por alguns usuários da praça como algo que desconecta esse espaço público em relação a outros e faz também sentir medo ou receio, são citadas por três pessoas entrevistadas e todas elas mulheres. A maioria delas relata já ter sido abordada algumas vezes por homens, que achavam que elas podiam ser prostitutas, o que as assustou e as deixou receosas com todos os tipos de abordagens, por existir certo repúdio por parte delas em relação a essas mulheres “(...) às vezes eu tenho até medo de sentar porque senta algumas moças pra fazer programa né (...) então a gente meio que fica assim né, não sabe onde sentar, vai que a pessoa confunda, pense (...)” (Entrevistado 17). E mesmo gostando de vir à Praça, todas elas relatam não se sentir a vontade ali, não se sentir incluídas na praça e sim ter somente o acesso garantido, que é o que ressalta Furtado (2010) ser essencial a um espaço público, a inclusão. E lembram também de momentos em que isso não acontecia e como ficavam mais tranquilas em relação a essa situação na praça: “ela já foi melhor, hoje não né, hoje ela já é assim povoada assim mais pra prostituição né, aqui pra dentro né (...)” (Entrevistado 06).

Alguns usuários citam as pessoas desconhecidas nos espaços públicos como algo que não estabelece a conexão entre eles, é como se criassem uma barreira sobre esse lugar, de algo que já está em seu inconsciente (JUNG, 1977) de alguma experiência (TUAN, 1983) já vivida. Em certos casos, os entrevistados que citaram essa questão relatam que os lugares que mais se sentem seguros são lugares com muitas pessoas conhecidas, com encontros marcados, e quando isso não acontece, não veem porque permanecer ali para relacionar-se com o desconhecido que, segundo Jacobs (1961) é assim que acontece a vida no espaço público. Um deles chega a citar sua preferência por estar em cidades pequenas próximas a Criciúma: “(...) *é que querendo ou não, como é uma cidade menor, o pessoal se conhece mais, é mais fácil, então a interação é mais fácil (...), é difícil eu vim aqui pra essa praça e encontrar uma pessoa na praça que eu conheço. Tem essa dificuldade pra mim.*” (Entrevistado 7), o que enfatiza ainda mais o quanto essas pessoas não se sentem seguras em um espaço com desconhecidos.

As dinâmicas na Praça Nereu Ramos e a pouca variação de usos nos edifícios nos arredores dela tem relação direta com o comércio, conforme citado anteriormente, e algumas vezes isso dificulta o entendimento desse espaço como conectado com outros, por ter atividades muito específicas em determinados horários do dia. Durante o dia há bastante movimento de comércio e serviços e, conseqüentemente, pessoas circulando e atividades acontecendo. Já à noite predomina o vazio, como mostra a figura 25, quase nenhum espaço funciona durante esse período e as áreas residenciais estão do segundo piso pra cima, o que dificulta ainda mais essa dinâmica no espaço público em todos os períodos do dia. Um dos entrevistados relata vir à praça realmente só nos horários do comércio, que é o que a maioria faz: “(...) *porque o comércio tá aberto, então eu acho que tem tudo influência do comércio, porque não tem nenhum atrativo específico só pra lazer aqui, aí o pessoal não vem tanto assim, até tem aquele quiosque ali de comida e tal, mas sinceramente eu nem sei se ele abre a noite, não sei nem dizer isso.*” (Entrevistado 10). Outro entrevistado diz que durante o dia é o momento que se sente tranquilo na Praça, mas depois do fechamento das lojas se torna um lugar muito inseguro, ressaltando a teoria de Jacobs (1961) sobre a dinâmica do espaço de quanto mais pessoas nas ruas, mais as pessoas se sentem seguras ali e os olhos nas ruas, sabendo que também um espaço depende de suas relações sociais, pois sem elas é um espaço vazio (ORLANDI, 2001). E se não há essa relação também não há memórias (TUAN, 1983) e significação por parte do usuário (SANTOS, 1997). E essa questão afirma a visão de que as

atividades diversas são o que mantém a cidade (JACOBS, 1961) e o espaço público, o que em alguns casos, não é observado por parte dos usuários.

Figura 25- Praça Nereu Ramos no início da noite (21h), em dia de semana.



Fonte: Autora.

A circulação intensa de pessoas e veículos também se torna uma barreira funcional na visão de boa parte dos usuários da praça que foram entrevistados em relação ao espaço público em rede, conectado. A circulação de veículos dificulta a transição entre dois espaços, pois muitos relatam ser difícil atravessar, muitos motoristas não param na faixa e assim acabam evitando algumas vezes de estar transpondo assim essas barreiras, que tem mais relação com a circulação intensa e não com a própria rua em si, assim como acontece com a circulação de pessoas, como na figura 26. A circulação intensa de pessoas é citada algumas vezes como um impedimento de ir até determinado lugar, pois atrapalha a caminhada ou passeio, que acaba por separar determinados ambientes “(...) *é um pouco mais complicado, questão de que o pessoal invade um pouco mais a praça e tudo mais (...)*” (Entrevistado 7). E em alguns casos também por não gostar do tipo de pessoas que frequentam aquele espaço: “(...) *aqui na frente do, ali quem vai pra pro Círculo São José, e na frente da Fundação, se concentra um tipo de pessoas ali que não me agrada, sei lá...não que em outros lugares não tenha né, mas tem bem pouco. Ali é muito! (...)*” (Entrevistado 12). Mas essas questões não são unanimidade em nenhum dos espaços próximos a praça, pois a significação de determinado espaço é dada por interpretação individual (ORLANDI, 2001), que pode ter relação com experiências (TUAN, 1983) gerando imagens desse espaço físico na imagem

mental (LYNCH, 2017) dos usuários. Por conta disso, incluindo a relação com o desconhecido, é que muitas pessoas estão substituindo o encontro nos espaços públicos por encontros em espaços específicos ou até pelas mídias (CANCLINI, 1991), onde podem escolher quem está ali, se relacionando.

Figura 26 - Movimento do comércio na Praça Nereu Ramos.



Fonte: Portal Engeplus.

5.1.2.3 Características sensoriais

Na visão dos entrevistados, o descuido com o espaço público é um fator que reflete, além da falta de apropriação daquele espaço, uma desconectividade do espaço público com outros locais, pois se percebe nas falas deles outros espaços públicos que são percebidos como mais bem cuidados e, assim, não geram ligação entre eles em sua imagem mental (NIKŠIČ E WATSON, 2017). Um dos fatores que incomoda a população entrevistada que cita essa questão do descuido, na maior parte do tempo, são os próprios usuários da praça, jogando lixo e xepas de cigarro, em que alguns até sugerem medidas que possam auxiliar nessa melhora da cidadania do povo que utiliza a praça. Esses fatores ressaltam ainda a falta de corresponsabilidade (ROLNIK, 1995) pelo espaço público e também enfatizam a cidadania precária (OLIVATO, 2010) de quem o utiliza.

O que se ouve muito na Praça Nereu Ramos na visão dos entrevistados é barulho de pessoas, pássaros, movimento de carros em alguns momentos, como a vida em movimento. Os barulhos que não são vistos como agradáveis para os usuários entrevistados na praça,

foram citados como algo que os incomoda e que, de alguma forma, pode conectar ou não determinados espaços. Um barulho que não agrada pode fazer com que a pessoa se afaste daquele local, impedindo a passagem cotidiana por determinado espaço, onde um usuário relata: *“porque eu acho uma poluição sonora. Esse monte de loja com essas caixas de som (...) claro que daí tem que ver, vai de gosto né. Eu não gosto muito daquele tipo de música, (...) mas assim eu acho uma coisa assim que me incomoda, eu passo assim uma loja do lado da outra, aquele som assim, barulho, parece que não condiz com a praça, essa coisa de natureza, mais tranquilo.”* (Entrevistado 19). A presença das árvores naquele local também é citada entre os entrevistados como um elemento de ar puro e de som da natureza e, assim, todos os outros barulhos que ali estão é como se tirassem a identidade daquele pequeno espaço com vegetação. Por isso, a praça é para muitos deles como um elemento único encontrado ali, sendo o que dá qualidade (AULIA E ZAHARA, 2018) àquele espaço como um todo, na visão dos entrevistados, que evitam espaços com barulhos desagradáveis.

Um dos entrevistados associa claramente a desconexão de alguns lugares próximos a praça, por ter em sua memória uma situação de assalto. Esse episódio faz com que tudo que o entrevistado perceba naquele local esteja associado àquela situação, que de certa forma não se sente confortável ali. Pode-se afirmar então, segundo teoria de Montgomery (1998) que o lugar tem características físicas e de significação pessoal, que podem muitas vezes ser mais relevantes na memória e na imagem mental (NIKŠIČ E WATSON, 2017) do usuário do que a própria forma física.

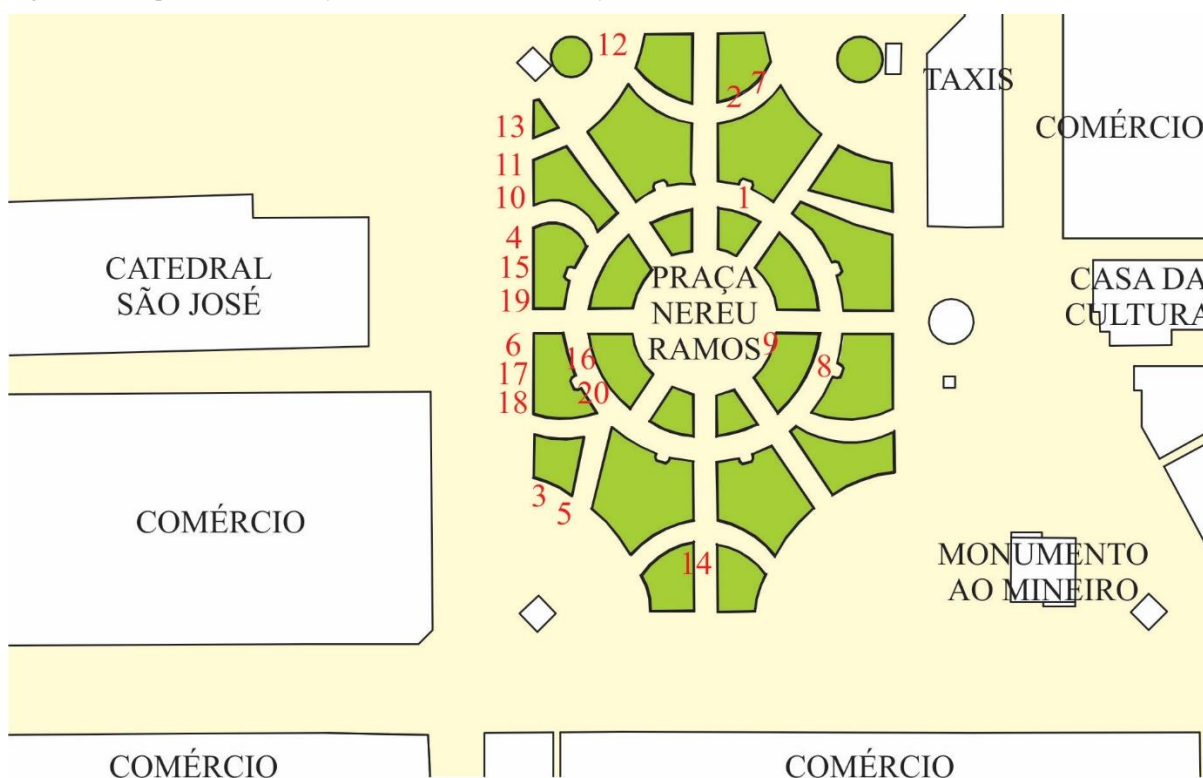
O espaço público da praça é citado por alguns como um lugar somente de passagem, como um corredor em meio ao espaço do centro da cidade. Isso faz com que, pelo mesmo motivo citado em questões anteriores, não se sintam tão acolhidos pela praça e não demonstrem observar tanto esse espaço ou mesmo permanecer nele, dificultando a criação de caminhos ou mapas (AULIA E ZAHARA, 2018) em suas imagens mentais (NIKŠIČ E WATSON, 2017). Em média um terço das pessoas entrevistadas relatam vir à praça somente por algo que encontram nos arredores dela ou na vizinhança, sendo mais precisamente por questões comerciais, para pagar contas ou comprar algo, fixando a teoria de Pinto e Remesar (2015), onde grande parte das funções urbanas se encontram nas áreas centrais, atraindo o público para essa finalidade, gerando assim nos usuários uma identidade marcante de utilizar a Praça apenas pelas suas molduras (LERNER, 2003).

5.2 O USUÁRIO NO ESPAÇO PÚBLICO

Com base na teoria de Whyte (1980), onde afirma que a observação do comportamento humano é essencial para atender às necessidades dos sujeitos, inicia-se a apresentação dos dados observados no local, que é a Praça Nereu Ramos, conforme metodologia aplicada. Assim, juntamente com a realização das entrevistas, foi observado durante as mesmas, ao longo dos três dias não consecutivos na Praça Nereu Ramos, o universo de 20 pessoas que foram entrevistadas, a dinâmica do local, e a dinâmica de todos os usuários que ali estavam.

Para melhor compreensão dos dados observados e coletados é importante saber que os usuários, no momento da entrevista, estavam posicionados sentados, conforme marcados na figura 27 na parte interna do desenho da praça ou ao redor da mesma, no calçadão, enumeradas por ordem de entrevista realizada.

Figura 27 – Esquema da localização dos entrevistados na Praça Nereu Ramos.



Fonte: Autora.

5.2.1 Percepção sensorial

Como fatores sensoriais observados durante as entrevistas e observações no local, pode-se perceber que a praça pode ser um misto de apropriação e total utilização com o efeito

somente de passagem de um lado e de caminho rápido de um espaço que parece estar ocioso em meio ao centro da cidade de outro.

Em alguns casos pessoas até instalam ali seus pequenos comércios ou passam o dia vendendo seus produtos caminhando pela praça e arredores. As pessoas que parecem mais apropriadas àquele lugar demonstram estar à vontade, como se já fizessem parte do espaço e conhecem muita gente que passa por ali, como uma atividade cotidiana. Para esse grupo, percebe-se de certa forma uma maior cordialidade naquele espaço, uma corresponsabilidade perante o espaço público (ROLNIK, 1995) que é percebida por suas conversas, atitudes e até por observações que fazem em suas entrevistas.

Os sujeitos que parecem não estar apropriados ou mesmo percebendo a praça, segundo própria fala deles e observação de alguns, dificilmente param ali por algum motivo, parecendo estar sempre correndo atrás de algo e com as mentes totalmente desligadas do espaço em si, pois a maioria que está andando também está com o celular na mão ou no ouvido. Muitos que foram solicitados a responder aos questionamentos estavam esperando parentes, amigos enquanto fazem suas compras ou pagam alguma conta e até se mostram apressados para responder os questionamentos, mesmo se mostrando solícitos na hora de aceitar ou não.

Durante o tempo em que as pessoas são entrevistadas, muitas parecem estar correndo para todos os lados, algumas param na praça com os uniformes de lojas para passar um tempo no seu intervalo, que quase sempre é curto, ou para fumar um cigarro – atitude que foi muito comum nesse dia no centro da praça -, e até tomar um sorvete. Ressaltando aqui, conforme Kym e Yang (2017) afirmam sobre o quanto é diferente o objetivo e a forma de agir em uma calçada ou espaço público quando é utilizado para fins de lazer ou simplesmente com sentido de passagem.

Percebem-se pessoas desconfiadas ao serem abordadas para responder a pesquisa. Alguns já mudam o semblante ao ver que se trata de uma pesquisa acadêmica, aceitando melhor a conversa. Ao mesmo tempo em que se procuram voluntários para a entrevista sobre o espaço público, há abordagens insistentes de todas as formas: panfletos, programas de conscientização da saúde, setembro amarelo, compras de produtos aleatórios, panos de prato, e até políticos fazendo propaganda eleitoral.

Existem muitos grupos na praça, vindos de atividades que ali acontecem e formando pequenas rodas de conversa, crianças visitando o stand do dia da árvore, correndo e até uma

movimentação policial grande. As poucas pessoas que estão sozinhas ficam grande parte do tempo em contato direto com o telefone celular, escutando música, telefonando, ou mexendo nele sem nem olhar para os lados.

Por toda a praça ouvem-se passarinhos cantando, varredores limpando as calçadas, lixos sendo retirados e muita movimentação para chegar ao trabalho ou sair dele, como um movimento quase que em sincronia. Há pessoas em pequenos grupos, conversando, os aposentados, os taxistas, os engraxates, os vendedores ambulantes e tudo começa a tomar seu lugar. Há uma campanha de uma universidade da cidade em combate ao suicídio, instalada próximo à Casa da Cultura, onde muitos profissionais de saúde fazem um “check-up” em pessoas que estão passando, verificando a pressão, entre outros pequenos exames e, dessa forma, há uma grande movimentação perto dessa área. O que não é diferente em outros dias das entrevistas, pois foi feita no mês que antecedia as eleições, na semana que aconteciam atividades diárias na Catedral e também na semana da Feira do Livro da cidade, o que movimentava ainda mais a região da Praça. Enfatizando assim o que Orlandi (2001) fala sobre espaços vazios que, por ter uma dinâmica e relações sociais sobrepostas nele, pode se tornar um espaço significativo, dado por interpretação individual.

A presença de um espaço físico relativamente maior de calçadão próximo ao Monumento ao Mineiro e Casa da Cultura estimula a realização de atividades abertas ao público, como a Feira do Livro, mutirões de exames médicos e atendimento social, feira de artesanatos, apresentações artísticas, etc. O que leva, de certa forma, esse espaço a ser por vezes mais movimentado, dificultando a permanência e a circulação de quem não estaria participando dessas atividades, o que foi observado in loco em um dos dias de pesquisa na praça, conforme figura 28, onde acontecia, naquele momento, a montagem da estrutura para a Feira do Livro.

Próximo ao horário do almoço há muito mais gente na praça, sentada, provavelmente após o seu horário de lanche, muitos fumando e conversando ou mexendo em seus celulares. A presença de tabagistas nesse momento é muito marcante e incomoda alguns outros que estão no local, sendo citado por muitos entrevistados como um ponto negativo dessa área da Praça, o cheiro de cigarro.

Figura 28 - Montagem da Feira do Livro no calçadão da Praça Nereu Ramos.



Fonte: Autora.

5.2.2 Padrões de uso

Percebeu-se durante os dias de entrevista que, mesmo o pesquisador circulando por toda a Praça, tanto nos arredores do desenho dela quanto na parte interna do jardim, a maior concentração de pessoas dispostas a responder às entrevistas ocorre próximo à igreja, que chegam a ser mais da metade dos entrevistados, como um padrão de uso. E, além disso, muitas vezes durante suas falas, relatam ser a igreja o elemento que mais chama atenção nessa área, olhando com admiração, o que corrobora com a fala de Jacobs (1961) quando esta diz que um edifício é capaz de significar um espaço vazio e também de afastar ou aproximar pessoas de determinado espaço público, o que aconteceu muitas vezes próximo a Catedral São José, que demonstrou ser um espaço atrativo para eles. Já em outros lados da Praça havia também grande circulação de pessoas, mas, diferente dos arredores da igreja, a maioria das pessoas estavam de passagem ou conversando com outras, o que dificulta a adesão à entrevista por parte deles.

No período da manhã percebem-se movimentações em horários específicos, que podem ser citados aqui como o horário de chegada à escola, de abertura do comércio, da abertura dos bancos e até a saída da escola gera um movimento padrão no local, onde muitos passam pela praça e vias próximas como um caminho já quase que automático. Muitos passam conversando e quase que nem percebem muitas coisas que estão à frente e por ser um caminho diário para trabalhadores e estudantes, por exemplo, dificulta a percepção destes do próprio espaço e do que ali acontece, muitas vezes ignorando o outro, desconhecido. No

período da tarde há outro tipo de dinâmica, onde já não há tanto o movimento escolar e, no final do dia, há um movimento bem espalhado das pessoas indo embora, até o comércio se fechar completamente, e depois disso se enxerga somente pessoas circulando, ou até uma movimentação específica na Catedral.

No desenho da praça percebem-se algumas movimentações comuns em todos os dias que em que foi feita a observação em campo. Essa rotina comum é o que muitas vezes faz com que as pessoas não percebam no universo da praça e seus arredores o que as faz ficar ali ou não. Muitos questionados acabam por definir em suas respostas lugares comuns que talvez não tenham parado para refletir sobre o que realmente querem ou enxergam ali. Isso foi percebido algumas vezes na divergência entre respostas com pontos comuns que diferenciavam ao longo da entrevista. Mulheres parecem gostar de sentar mais próximas onde há mais mulheres e homens onde existem mais homens.

5.2.3 Avaliações do espaço pelo usuário

As avaliações que foram feitas no local, bem como as citadas pelos próprios usuários em suas falas e também em suas atitudes, levam a perceber algumas avaliações positivas e negativas sobre o espaço público da Praça Nereu Ramos, com suas conexões ou não.

Muitos usuários em suas falas relatam sempre dificuldades em relação ao espaço público de atividades que são comuns a ele, como por exemplo, a dificuldade de se sentar na praça por haver poucos bancos e isso acaba por distorcer um pouco a questão da percepção daquele espaço como um todo, gerando um dado específico que não seria o objetivo da pesquisa. A conexão dos espaços foi percebida principalmente por espaços em que se sentem bem e que gostam de andar, onde a maior parte dos entrevistados relata gostar de andar pela praça, mas somente por ter uma atividade específica o aguardando. A maioria da população que ali se encontra relata que talvez nunca viessem a esse espaço se não fosse necessário por alguns serviços próximos ou pelo próprio trabalho, mas ao mesmo tempo alguns percebem o miolo da praça em si como um local agradável para estar e permanecer, por um curto espaço de tempo.

Nas avaliações gerais pode-se perceber que os sujeitos não citam essa praça como um espaço para lazer que gostariam de ir, mas sim outros que existem na cidade, mesmo não percebendo eles como conectados com outros lugares. Como é o caso do Parque das Nações que foi citado por mais da metade do universo de entrevistados como o melhor espaço público

da cidade, mas ao mesmo tempo ele fica associado em algumas dessas respostas ao shopping center que tem ao redor dele, associando o espaço público ao espaço privado de consumo. Avalia-se que mesmo os usuários não citando a praça onde foram entrevistados como a que mais gostam, eles conseguem perceber a conexão dela com alguns espaços próximos e avaliar esse tipo de conexão, como a percebem ou não.

5.2.4 Características de identificação social

Muitas características comuns aos usuários foram percebidas relacionando quase que diretamente a identificação social do sujeito. Mulheres acabam por se isolar de áreas onde existem muitos homens e, em suas falas, muitas deixam isso claro. Pessoas da mesma faixa etária também tendem a se aglomerar mais próximas e até conversar com um desconhecido, o que dificilmente foi visto acontecer com pessoas de idades ou sexo diferentes.

A faixa etária dos entrevistados e o sexo não era pré-requisito para ser entrevistado, conforme metodologia aplicada, mas nota-se uma presença marcante de pessoas que respondem as entrevistas que estão acima dos 48 anos e abaixo dos 28, somando juntos a maioria das pessoas entrevistadas, como se pode perceber na tabela 5. O que pode ter relação com a condição de trabalho da maioria destes, por alguns estarem aposentados e os mais jovens por trabalharem um pouco mais “livres” ou trabalhando em casa sem cumprir horários em empresas, conforme relatado por eles posteriormente nas entrevistas. Há um grande número de aposentados que ficam na praça por longos períodos de tempo, conversando com outros, alguns deles responderam as entrevistas, mas a maioria deles, por estarem entretidos com a conversa não aceitaram participar. Percebe-se a praça como um ponto de encontro bem utilizado por pessoas aposentadas, que ficam sempre próximo aos bancos, sentados ou em pé, mas sempre conversando e rindo.

Tabela 5 - Relação faixa etária e sexo dos entrevistados

Idade	19 a 28 anos		29 a 38 anos		39 a 48 anos		49 a 58 anos		59 a 68 anos	
Nº de pessoas	7		3		2		6		2	
Sexo	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.
Nº de pessoas	5	2	1	2	1	1	5	1	0	2

Fonte: Autora.

A maioria dos entrevistados são mulheres, o que pode ter relação com uma questão de diálogo mais fácil com a entrevistadora, por também ser mulher. O que ocorre diferente com o

público masculino, onde muitos ficam assustados com abordagens femininas, devido ao fato de haver um preconceito ou receio em meio a uma conversa com um desconhecido.

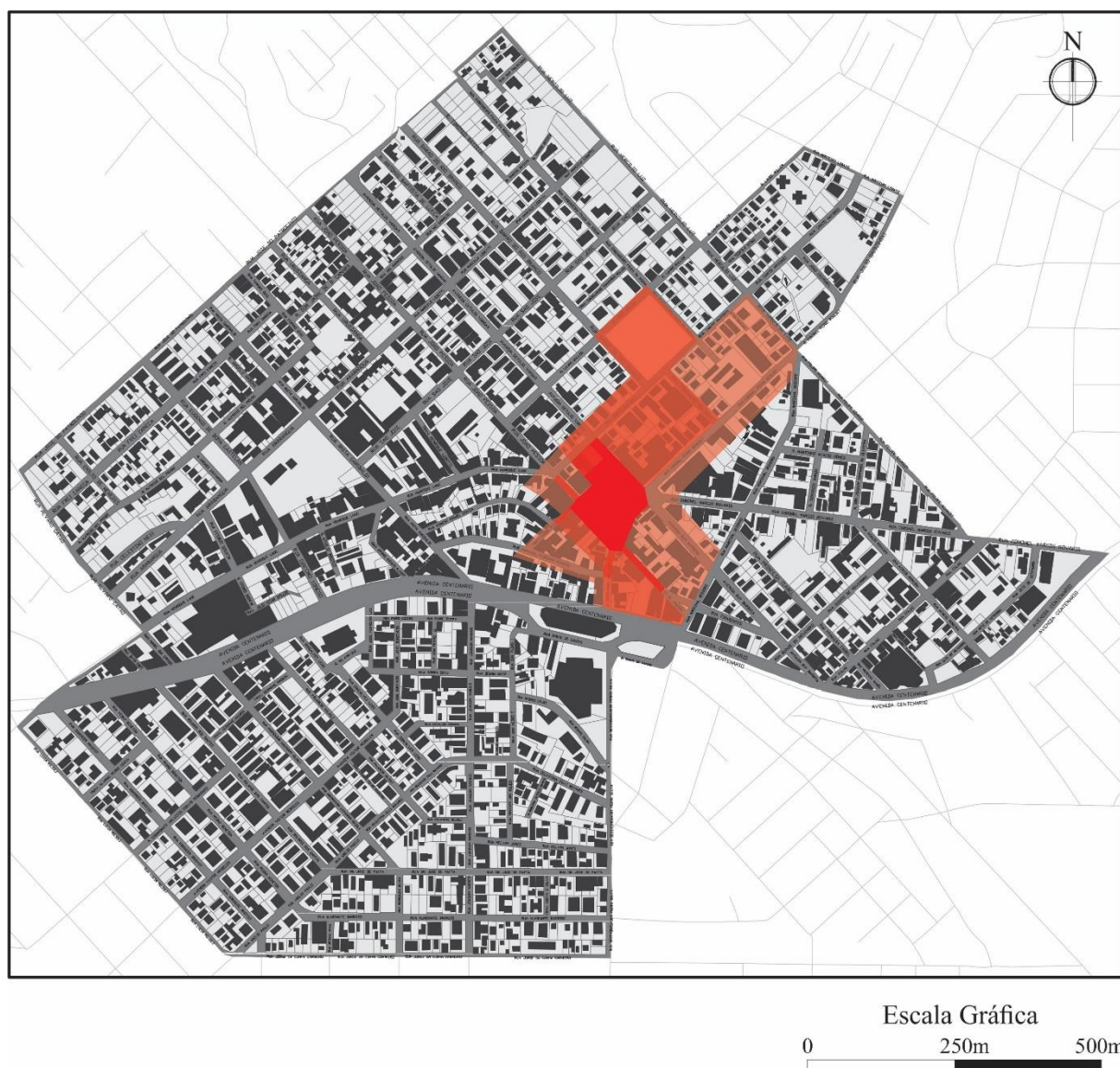
6 CONCLUINDO E SUGERINDO

Para melhor compreensão do resultado da pesquisa, é necessário que se trate de uma imagem pública (LYNCH, 2017), que é uma amostra dos resultados com maior semelhança, conforme metodologia aplicada. Assim, procurando entender o olhar que o usuário tem sobre determinado local para que se atinja o objetivo da pesquisa e se entenda as necessidades dos usuários (WHYTE, 1980), agregando também as observações feitas no local.

Para isso, foi elaborado um desenho conforme a descrição aproximada sobre os limites do espaço público da Praça Nereu Ramos sobrepostos com um contorno para cada um dos 20 usuários entrevistados. Dessa maneira, pode-se perceber uma imagem comum aproximada do que a maior parte das pessoas entende como espaço público conectado, podendo relacioná-las com outros parâmetros posteriormente.

Na figura 29, onde foram sobrepostas as informações de quais seriam os limites da Praça Nereu Ramos, percebe-se uma incidência maior nas respostas que abrangem o quadrado da Praça e o calçadão que a acessa, como já demonstrado anteriormente, o que pode estar relacionado às características físicas mais citadas, que tratam da prioridade do pedestre e da vegetação que existe ali, juntamente com a sombra que gera. Como o item das características físicas (P) foi certamente o mais citado entre os elementos que fazem o usuário perceber esse espaço como conectado, entende-se também que a produção desses elementos no espaço, associados a outras características, podem ser utilizados como diretrizes para o planejamento urbano e de espaços públicos. Assim, agindo como intervenções que auxiliem no entendimento de um espaço mais conectado e de fácil acesso, esses elementos podem ser uma ferramenta indispensável no planejamento urbano e projetos de espaços públicos, conforme dados levantados nas entrevistas.

Figura 29 – Esquema do Bairro Centro com destaque na abrangência da Praça Nereu Ramos conforme os entrevistados, sobrepostos em transparência.



LEGENDA:

Limites da praça percebido pelos usuários, sobrepostos em transparência

Fonte: Autora.

Os entrevistados entendem também como um dos elementos que conectam os espaços públicos a dinâmica e o movimento das pessoas, sendo um dos itens mais citados nas características funcionais (F) do espaço. E, em contrapartida dessas observações, eles citam também a questão da dinâmica do lugar em horários muito específicos – durante o dia – como sendo um fator que não incentiva ao uso efetivo da praça e acaba desconectando ela do percurso ou caminho que poderia estar sendo incentivado ali em horários não comerciais, por exemplo. O comércio que dá essa dinâmica diária à Praça Nereu Ramos também dificulta o uso dela enquanto este não está aberto ao público, por não ter muitas pessoas nas ruas, gerando certo medo. Isso gera a falta dos olhos das ruas, conforme Jacobs (1961), que faz

com que o local seja pouco utilizado e de certa forma leva a cultura do medo aos usuários, que acabam por tirar a praça do seu roteiro nos horários em que o comércio está fechado. Essa questão pode ser tratada pontualmente através do planejamento urbano aliado ao plano diretor local, incentivando usos diferenciados em horários alternados para que em qualquer momento do dia e da noite, haja movimento e dinâmica nesse local.

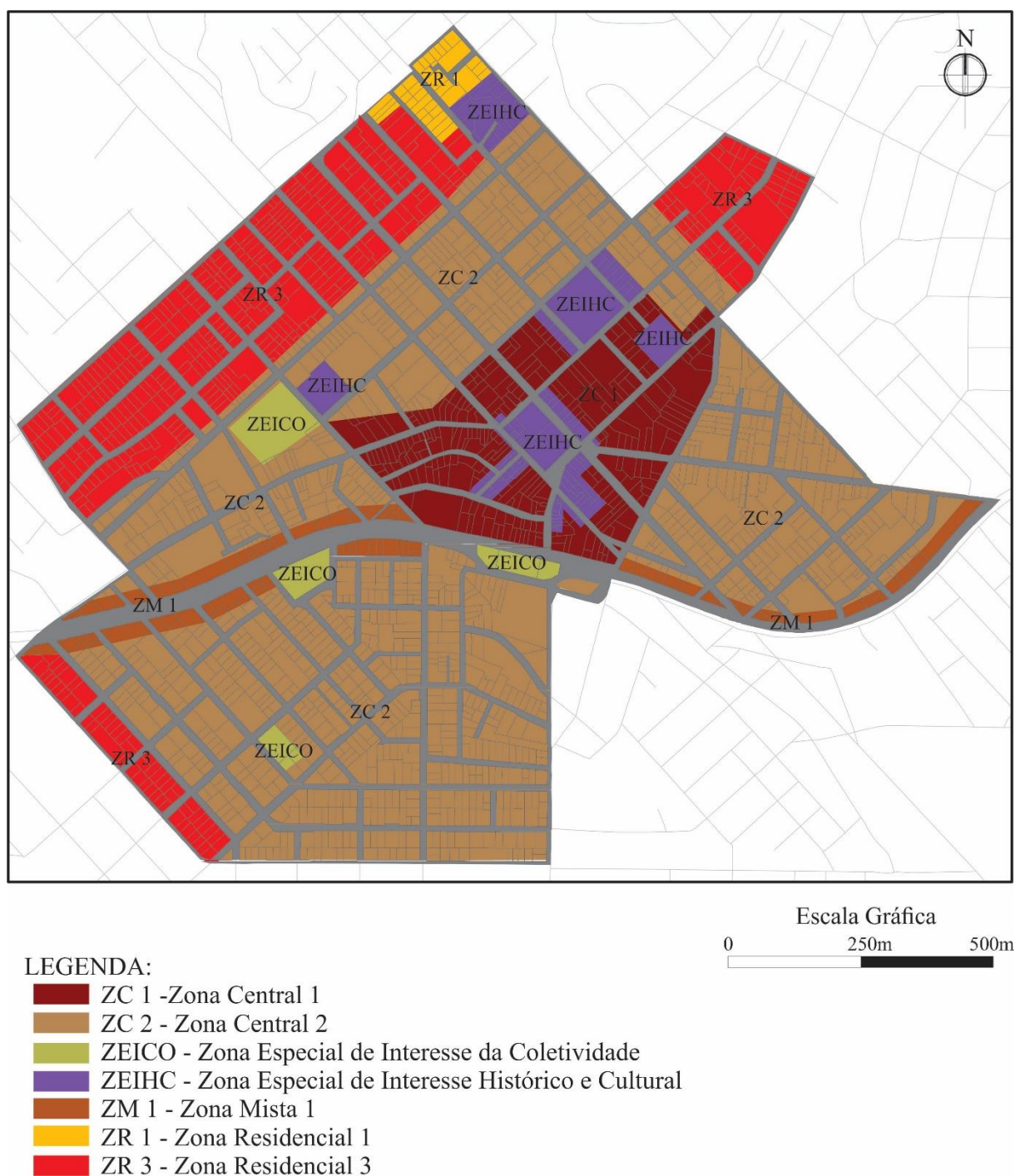
O plano diretor atual tem seu zoneamento definido conforme figura 30, delimitado pelo recorte do bairro Centro. A Praça Nereu Ramos encontra-se em uma zona definida no atual plano diretor como zona especial de interesse histórico e cultural (ZEIHC), cercada pela zona central 1 (ZC 1) que, segundo Lei do Plano Diretor Participativo, define a área da praça e seu entorno imediato conforme Criciúma (2012, p.49) “Art. 151. Zona Especial de Interesse Histórico-Cultural (ZEIHC): destinada à proteção e preservação do patrimônio ambiental cultural, abrangendo edificações ou conjuntos de edificações de valor arquitetônico e histórico”, o que sugere já uma delimitação de usos no local, bem como existe a exigência de aprovação prévia dos órgãos públicos para alteração de edifícios e implantação de novos usos. E essa área, apesar de delimitada, se restringe a boa parte das fachadas que emolduram a praça, mas não a toda ela, deixando alguns pontos onde existem edifícios históricos locados na zona central, já com outro objetivo, que conforme a Lei do Plano Diretor Participativo Art. 141 inciso I de Criciúma (2012, p. 45) define:

Zona Central 1 (ZC1): zona que corresponde ao núcleo urbano inicial do Município. Caracteriza-se pelas condições físicas e de infra-estrutura desfavoráveis à ocupação intensiva, predominando as atividades comerciais e de serviços, cuja área pública é destinada preferencialmente aos pedestres.

É importante a delimitação nessas áreas para que haja a conservação de edifícios históricos e avaliação de usos no caso da zona central também, porém, em alguns casos, não há a adequação necessária a novos estabelecimentos, tirando características originais e já consolidadas de determinado edifício.

Com incentivo a um uso que compreendesse diferentes atividades em edifícios públicos ou privados seria possível fazer com que esse espaço fosse efetivamente utilizado durante períodos em que hoje é esquecido. E, juntamente com a observação dos usos, fazer com que seja cumprida a delimitação da zona central, onde ressalta que esse espaço deve ter área pública destinada preferencialmente ao pedestre, qualificando ainda mais o espaço público e suas conexões, pois o espaço com prioridade ao pedestre também é visto como um elemento que conecta os espaços públicos.

Figura 30 – Esquema do Bairro Centro com zonas conforme Plano Diretor.



A compreensão mais abrangente dos usuários em relação ao espaço público da praça, na maior parte das vezes, foi definida pelos espaços que são de uso cotidiano dessas pessoas, ou facilmente reconhecido por elas por alguma memória com o lugar. Essas relações que acontecem nos espaços são de interpretação individual e tem um significado particular (TUAN, 1983) em relação àquele espaço, mas na visão coletiva tem certo padrão devido à presença de estabelecimentos de serviços essenciais a população, como o Hospital São José.

O planejamento pode auxiliar a reverter a fragmentação do tecido urbano nas cidades, pois a reestruturação dos sistemas através de um planejamento coeso, utilizando os espaços públicos como sistemas principais e estruturantes dessa ocupação urbana traria maior qualidade às dinâmicas da cidade - social, cultural, física, urbana e biológica (TARDIN, 2014).

Para que haja maior relação com determinado espaço, as pessoas precisam se locomover sobre ele, criando memórias e reconhecimento do local (LYNCH, 2017) e, para isso, torna-se necessária a criação de espaços que priorizem os pedestres. Com o fornecimento de novos espaços públicos a demanda automaticamente aumenta, chamando pessoas e, quanto mais pessoas em determinado local, mais pessoas são incentivadas a estar ali, por conta dessa dinâmica (GEHL, 2013). O que sugere então a criação de mais espaços públicos e qualificação das conexões entre eles, fazendo com que seja entendido como conectado. Para atingir essa proposta podem ser aproveitados os espaços vazios na cidade ou terrenos baldios, que são espaços potenciais para criação de novos espaços públicos ou até algum tipo de equipamento público, para assim conectar cada vez mais espaços em rede, qualificando pontualmente e regionalmente, para gerar resultados na cidade como um todo.

Pode-se pensar também em um planejamento anterior a ocupação do espaço urbano, fazendo com que este tome por princípio os espaços livres para a implantação de espaços públicos tornando a cidade mais equilibrada, pois os assentamentos urbanos futuros já possuiriam um espaço delimitado para eles, não dependendo só da lei para serem implantados em determinado local, mas sim de um planejamento pré-determinado. Nesse planejamento, a cidade consegue resguardar o espaço que precisa ser preservado – Áreas de Proteção Permanente (APPs) ou Áreas de Preservação Ambiental (APAs) – fazendo com que as pessoas também sintam que é seu dever zelar por esse lugar e não fazer com que qualquer ocupação indevida possa assentar-se nesse espaço e esperar que alguma lei resolva a situação, o que ocorre todos os dias nas cidades brasileiras. Uma estrutura ou reestruturação urbana que ocorre a partir dos espaços livres legitima ainda mais a importância desses espaços e a criação natural de espaços públicos que qualificam ainda mais o espaço urbano.

Na figura 31 são apontados espaços públicos existentes e também destacados os espaços sem ocupação/construção existentes até o momento e também a região da Gruta Nossa Senhora de Lourdes, conforme figura 32, que acaba por ser um espaço que pode estar agregado à rede. Sugerindo também que sejam estudados esses espaços, que mesmo sendo de

posse privada, podem ser adquiridos e utilizados para a implantação de espaços públicos, como um benefício para as quadras próximas e para a própria rede como um todo.

Figura 31 – Esquema do Bairro Centro com edificações e espaços públicos existentes, contrastando com terrenos vazios.

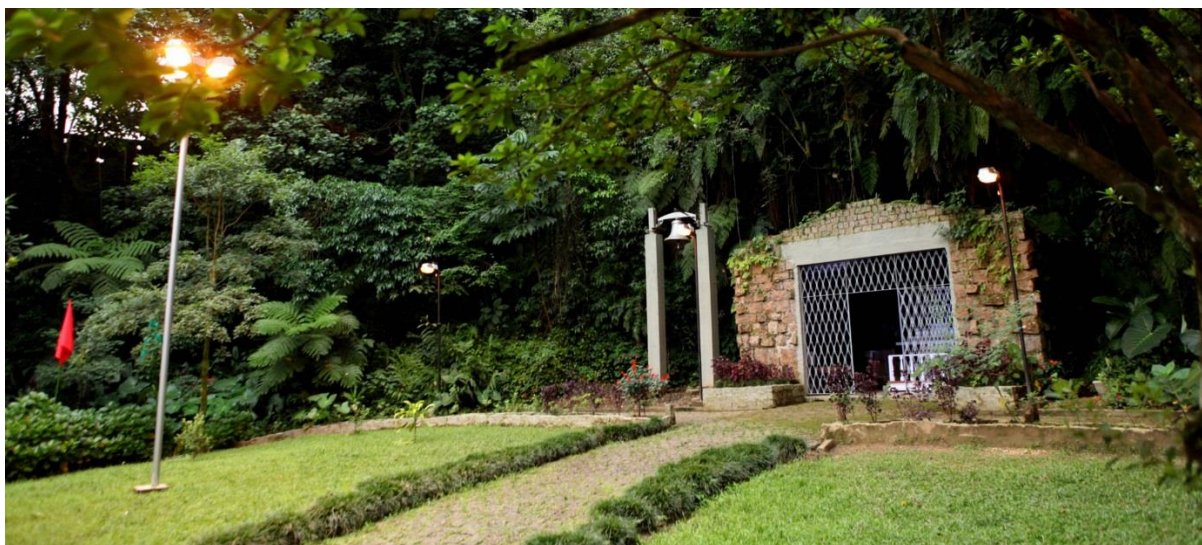


LEGENDA:

- Praças Existentes (Espaços Públicos)
- Espaços Vazios (Terrenos Baldios)
- Rio Criciúma

Fonte: Autora.

Figura 32 - Gruta Nossa Senhora de Lourdes.



Fonte: Prefeitura Municipal de Criciúma.

Além da implantação desses espaços, é necessário também qualificar a conexão entre eles, priorizando o pedestre, utilizando a vegetação, fazendo caminhos mais largos e elementos que identifiquem esses espaços por suas características físicas. Como pode ser visto na figura 33, onde é sugerida uma calçada de uma via residencial e comercial, que priorize o pedestre, tenha um mobiliário urbano característico e crie encontros sobre esse espaço, fazendo com que pessoas se sintam atraídas por andar pelas calçadas pela presença de outras pessoas (GEHL, 2013), incentivando a dinâmica e também criando os olhos das ruas (JACOBS, 1961).

Tratar as calçadas nessa área como prioridade é também cumprir a lei que propõe o plano diretor da cidade para a zona central, qualificando ainda mais esse espaço e suas conexões. Ressaltando que, em cada localidade há uma experiência diferenciada, o que ocorre na área central da cidade, onde foram feitas as entrevistas, vai ser sempre diferente do que pode ser encontrado em outras localidades, fazendo assim com que, ao pensar o planejamento urbano, sejam ouvidos os usuários daquele espaço.

Com o possível aumento do espaço para os pedestres ocorre a diminuição da faixa que é destinada ao automóvel, priorizando a circulação de pessoas. Para o automóvel, podem ser feitas medidas que diminuam a velocidade nessa região, devido a um grande número de relatos na pesquisa que demonstram medo em relação ao movimento intenso de veículos, melhorando assim também o fluxo dos pedestres.

Figura 33 - Proposição para uma via em zona comercial.



Fonte: Autora.

Com o incentivo de encontros nas ruas, cada vez mais pessoas utilizariam esses espaços, principalmente por se tratar de uma região central com grande oferta de serviços. Dessa forma, com cada vez mais encontros e conversas, as pessoas são incentivadas a conversar com o desconhecido, recuperando a confiança na rua (JACOBS, 1961), acontecendo de forma espontânea e assim diminuindo cada vez mais o medo do desconhecido. E, da mesma forma, quanto mais uma pessoa convive em determinado espaço, mais ela é incentivada a estar ali, criando também um sentimento de apropriação pelo lugar.

Além do tratamento das conexões também vale ressaltar que a presença do calçadão no centro da cidade, conforme respostas dos usuários, é um dos elementos mais relevantes na conexão dos espaços. Por isso cabe observar que um estudo da malha viária somado a criação e extensão de outros espaços de calçadão, auxiliariam nesse entendimento. Como a Praça Nereu Ramos e a Praça do Congresso possuem proximidade física, e não são percebidos pela maioria dos usuários como um espaço conectado, esses lugares poderiam estar sendo estimulados como um todo, fazendo com que um dos acessos principais entre eles se torne também um calçadão. Essa questão necessita uma análise de fluxos, que talvez em menor proporção de acesso de veículos, se torne um espaço muito mais entendido como conectado, como proposto na figura 34, trazendo a via do carro com mão única, sem bolsões para estacionamento, aumentando a dimensão das calçadas e qualificando-as com elementos

citados pelos usuários. Procurando estimular a criação também de espaços ou edifícios garagem, para gerar menor número de estacionamentos nas vias públicas, aumentando o espaço dos pedestres. Fazendo assim, com que seja estimulado o uso de um espaço público menos acessado pela população no geral, que é a Praça do Congresso.

Figura 34- Proposição para a Rua Santo Antônio, no trecho que conecta a Praça Nereu Ramos com a Praça do Congresso.



Fonte: Autora.

Mantendo sempre a mesma linguagem visual, que unifique os elementos utilizados - pergolados, iluminação pública, bancos, lixeiras – para que esses espaços e suas conexões possam ser entendidos cada vez mais como espaços em rede, conectados.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início da pesquisa, com o anseio de pesquisar espaços públicos em rede, o pesquisador se coloca como um usuário dos espaços da cidade, e com essa ambição o faz querer pesquisar todos os espaços da cidade, pois entende a relevância do trabalho para o próprio planejamento urbano e para melhorias locais e globais. Ao longo da pesquisa tem se a necessidade então de pesquisar um espaço que identificasse a maior parte dos usuários da cidade, sendo escolhida por parâmetros já citados a Praça Nereu Ramos.

Esse espaço público fez parte de quase toda a vida do pesquisador, por transitar por ali diariamente e residir próximo a praça, porém, percebe-se ao longo do desenvolvimento da pesquisa e dos levantamentos dos dados em campo, o quanto esse espaço não foi efetivamente explorado por este, pois alguns espaços pareciam ter sentido só de passagem, e com essa

percepção individual internalizada, aparentemente todos os usuários também a viam assim. Mas a pesquisa revela durante as entrevistas o quanto as pessoas desejam aquele espaço público e o quanto elas o percebem, ou não.

Surpreendentemente a experiência de campo deixa o pesquisador ainda mais próximo ao espaço público, pois pesquisas em bibliografias não revelam tudo o que um trabalho de campo introjeta no pesquisador. As sensações e intuições percebidas no local elevaram um arquiteto e urbanista a pensar para além das teorias de planejamento urbano, mas sim perceber muito mais o espaço e as próprias pessoas que ali se encontram, de forma simples, mas ao mesmo tempo complexa e reveladora quando passa a ser relacionada com autores que tratam o tema.

Ao final da pesquisa, percebe-se o quanto as pessoas têm se fechado ao longo dos anos em suas casas, pátios privados, shoppings e encontros específicos. Isso acontece cada vez mais e leva os usuários da cidade a criar seus próprios espaços, confinados em suas vidas que algumas vezes podem caber em uma tela de celular.

Deixar de olhar o outro ou sentir medo de conversar com o desconhecido tem tornado as pessoas mais distantes uma das outras – apesar de às vezes geograficamente estarem próximas -, e as cidades se tornam apenas espaços sem significação. Por isso, ressalta-se aqui a importância de fazer uma pesquisa que trate do espaço público, ouvindo as pessoas, escutando suas percepções, anseios e entendendo a forma como percebem o espaço, para que intervenções futuras possam garantir a melhor qualidade destes, fazendo com que a população se identifique com ele.

Utilizando as ferramentas do planejamento urbano, juntamente com o resultado gerado por escutar as pessoas, pode ser um caminho certo para a criação de espaços públicos de qualidade que cumprem seu papel social, pois ao entender os usuários faz-se um espaço cada vez mais identificado por eles. E assim, também acabam por qualificar a rua como um espaço público, tratando a conexão entre esses espaços. Isso foi percebido pelo pesquisador pela própria necessidade de algumas pessoas de serem ouvidas, de explicar seus anseios sobre aquele lugar, o que de certa forma nos deixou até surpresos.

Ouvir os usuários, atendendo ao primeiro objetivo proposto na pesquisa foi importante para entender de que forma eles percebem o espaço público e suas conexões com outros lugares. E assim, para que intervenções futuras possam acontecer baseadas no que as pessoas

desejam para aquele espaço, e a forma com que enxergam diferentes situações de como tudo isso pode ser usado a favor da população. O que foi atendido através da extração das falas dos entrevistados, onde a maior parte deles observam características físicas como sua percepção de espaços conectados, sendo elas das mais variadas formas descritas na pesquisa.

O espaço público parece, muitas vezes, aparecer como um coadjuvante em meio ao caminho do dia a dia ou funções diárias que são feitas próximas a ele, onde se pode perceber pouca apreciação e utilização por parte dos cidadãos de uma cidade. Observando o comportamento dos usuários em relação ao espaço específico da pesquisa, percebe-se certo receio de estar participando de uma conversa sobre o espaço público: “quem quer me ouvir?” muitos parecem se perguntar. Outros questionam qual o real objetivo da pesquisa e se demonstram ressabiados com o resultado que ela gerará. O medo do desconhecido faz com que, muitas vezes, as pessoas percam a oportunidade de se relacionar, de aumentar a confiança no local e permitir-se viver o espaço público. E mesmo os entrevistados permanecendo sentados na praça, a maioria encontravam-se conectados com outras pessoas através da tela do celular, o que acaba também dificultando acesso ao outro no espaço público. Dessa forma, com observações no local, efetivadas pelo segundo objetivo da pesquisa, entende-se que em grande parte das entrevistas onde os próprios usuários parecem não se apropriar do espaço da praça, realmente é raro perceber alguma movimentação ou atividade feita ali que legitime esse sentimento. Ressaltando assim o quanto o público entrevistado não relaciona a praça da amostra a um espaço de lazer, mas sim um lugar que age como consequência do comércio local.

A partir da coleta de dados que foi feita no local, foi possível perceber o que ocorre nas dinâmicas daquele espaço público, aliando também a visão dos usuários sobre esse espaço, buscando formar uma imagem comum de identificação destes. Somado a isto, tem-se o referencial teórico que auxiliou na compreensão dos itens citados pelos usuários, com o que foi percebido no local. Gerando assim itens que podem auxiliar no melhor entendimento de espaços públicos conectados, formando uma rede e auxiliando no acesso a ela. Essa rede por vezes é entendida já como um espaço conectado, seja por vivências ou situações já vividas pelo usuário, seja por um significado dado, porém, a qualificação desses espaços, dando prioridade ao pedestre que os utiliza, forma um espaço muito mais acessível socialmente e culturalmente, sendo assim utilizado por mais pessoas e cada vez mais.

Com as análises devidamente organizadas e discutidas, pode-se então perceber maneiras de potencializar o entendimento de rede para o espaço pesquisado, atingindo o terceiro objetivo da pesquisa. E, dessa forma, sugerindo intervenções dentro do que já existe e das peculiaridades da área pesquisada, utilizando espaços vazios públicos e privados, e a própria rua e calçada como um espaço que conecte diferentes locais, fazendo com que as pessoas percorram muito mais distâncias a pé. Buscando incentivar também através da própria lei da cidade, as áreas próximas a praça utilizada na amostra para potencializar o uso e dinâmicas diferenciadas, que tragam as pessoas ao espaço público em diferentes momentos e horários.

Por fim, a pesquisa busca fornecer dados para possíveis intervenções na cidade, a partir da visão de quem a utiliza, partindo sempre do local em que as pessoas são entrevistadas para que se possa qualificar o território da cidade como um todo. E assim garantindo o acesso ao espaço público a todos os cidadãos, fazendo com que se sintam pertencentes a esse lugar, para que possuam responsabilidade mútua sobre o território e relações incentivadas, com princípios da psicologia ambiental.

As ciências ambientais estimulam a perceber a relação interdependente do ser humano com a natureza, que nesse caso se dá no meio ambiente urbano. Rompendo determinados paradigmas sobre o planejamento urbano como um zoneamento conforme estímulo imobiliário de um lado, e desvalorização de determinadas áreas por outro, aumentando cada vez mais a desigualdade social. Pois há uma relação que vai além de um planejamento que descreva o que deve ser feito em determinado local, mas que essa ferramenta seja utilizada como uma maneira de ouvir as pessoas e relaciona-las de forma interdisciplinar e interdependente, fazendo com que os profissionais do planejamento estejam qualificados a discutir elementos de uma cidade saudável.

Almeja-se que essa pesquisa possa contribuir com a metodologia da coleta e análise de dados através da visão de quem utiliza os espaços públicos, dando suporte às ferramentas que podem ser utilizadas para entender os espaços que podem ser reformulados e adicionados no planejamento das cidades. E pretende-se, da mesma forma, que os resultados possam ser aproveitados como formas de intervir nas potencialidades desses espaços, conforme os resultados da pesquisa que retrata as percepções dos usuários.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Sérgio Luís. **Espaço público: do urbano ao político**. São Paulo: FAPESP, Annablume, 2008. 194p.
- ACSELRAD, Henri. **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro. DP&A, 2001. 240p.
- ANDRADE, Victor; LINKE, Clarisse Cunha (orgs). **Cidades de Pedestres: A caminhabilidade no Brasil e no mundo**. Rio de Janeiro. Babilônia Cultural Editorial, 2017.
- AULIA, Dwira Nirfalini; ZAHARA, Aina. **The image of public space on planned housing based on environmental and behavior cognition mapping** (case study: Cemara Asri Estate). IOP Conference Series: Earth and Environmental Science 126. 2018. DOI:10.1088/1755-1315/126/1/012156
- BALTHAZAR, Luiz Fernando. **Criciúma: Memória e Vida Urbana**. 2001. 277 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/82027>>. Acesso em: 03 jan. 2019.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 4. ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2005. 516 p.
- CADENASSO, Mary L.; PICKETT, Stewart T.A. **Urban principles for ecological landscape design and management: Scientific fundamentals**. Cities and the Environment, Volume 1, Issue 2. Article 4, 16 pp. 2008.
- CAMBA, Salete Valesan. **Mesa - Relações sociais no contexto urbano: o que a educação tem a ver com isso?** Conselho Federal de Psicologia. Psicologia e Mobilidade: o espaço público como direito de todos. Brasília, 2010. Pag. 95-99.
- CANCLINI, Néstor García. **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2007. 223p.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicologia e Mobilidade: o espaço público como direito de todos**. Brasília, 2010. 220p.
- CRICIUMA. Prefeitura Municipal de Criciúma. **Plano Diretor Participativo**. Lei Complementar Nº 095, de 28 de dezembro de 2012.
- DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. (Orgs.). **Redes, Sociedades e Território**. 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007. 260p
- FURTADO, Odair. Conferência – **Espaço Público: Direito de Todos**. Conselho Federal de Psicologia. Psicologia e Mobilidade: o espaço público como direito de todos. Brasília, 2010. Pag. 27-40.
- GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013. 262p.
- GIDDENS, Anthony; FIKER, Raul. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991. 177 p.

GONÇALVES, T. M.; MENDONÇA, F. A. **Impactos, riscos e vulnerabilidades socioambientais da produção do carvão em Criciúma - SC** (Brasil). Revista Ra'e Ga - Espaço Geográfico em Análise, n. 14, p.55-56, Curitiba, 2007.

GONÇALVES, Teresinha Maria; DESTRO, Diego; ROCHA, Maick de Souza. Ambiente Urbano: As calçadas como espaços públicos na cidade de Criciúma, Santa Catarina, Capital do Carvão. In: Geraldo Milioli; Robson dos Santos; Vanilde Citadini-Zanette. (Org.). **Mineração de Carvão Meio Ambiente e Desenvolvimento no Sul de Santa Catarina: Uma abordagem Interdisciplinar**. Curitiba: Juruá, 2009. p. 214-225.

GOULARTI FILHO, Alcides (Org.). **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004. 400p.

GUNTHER, Hartmut. **Mesa - Questões socioambientais, urbanas e qualidade de vida: refazendo as geografias das cidades**. Conselho Federal de Psicologia. Psicologia e Mobilidade: o espaço público como direito de todos. Brasília, 2010. Pag. 151-159.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017. Criciúma. Panorama – 2017.< <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/criciuma>> Acesso em 19/06/2018

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: M. Fontes, 1961. 510p.

JUNG, Carl Gustav. (Org.). **O homem e seus símbolos**. 21. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. 316 p. Tradução de: Maria Lúcia Pinho.

KIM, Heechul; YANG, Seungho. **Neighborhood Walking and Social Capital: The Correlation between Walking Experience and Individual Perception of Social Capital**. Sustainability. Vol.09. Ed.05. 2017.

KITCHIN, Robert.M. **Cognitive maps: What are they and why study them?** (1994) Journal of Environmental Psychology, 14 (1), pp. 1-19.

LE CORBUSIER. **Planejamento urbano**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004. 200 p (Coleção debates).

LERNER, Jaime. **Acupuntura urbana**. Rio de Janeiro: Record, 2003. 137 p.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Lisboa: Edições 70, 2017. 198 p.

MARICATO, Ermínia. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 204 p. ISBN 9788532626332.

MONTGOMERY, John. **Making a city: urbanity, vitality and urban design**, Journal of Urban Design, vol. 3, no. 1. 1998. p. 93-116.

MORETZSOHN, Ricardo Figueiredo. **Mesa - Políticas públicas para mobilidade: desafios da Psicologia**. Conselho Federal de Psicologia. Psicologia e Mobilidade: o espaço público como direito de todos. Brasília, 2010. Pag. 65-71.

MOSER, Gabriel. **Psicologia Ambiental**. Estudos de Psicologia (Natal), 3, 1. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1998000100008>. Acesso em 15/02/2019.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. 3 ed. São Paulo: M. Fontes, 1991. 741 p.

NIKŠIČ, Mate; WATSON, Georgia Butina. **Urban public open space in the mental image of users**: the elements connecting urban public open spaces in a spatial network. Journal of Urban Design. 2017 DOI: 10.1080/13574809.2017.1377066

OLIVATO, Alessandra. **Mesa - Liberdades individuais e espaço público**. Conselho Federal de Psicologia. Psicologia e Mobilidade: o espaço público como direito de todos. Brasília, 2010. Pag. 41-48.

ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Cidade atravessada**: os sentidos públicos no espaço urbano. Campinas, SP: Pontes, 2001. 180 p.

PEREIRA, Paula Cristina. **Espaço público e política(s) na contemporaneidade**. Utopía y Praxis Latinoamericana [en línea] 2015, 20 (Octubre-Diciembre) : Acesso em: 31 de agosto de 2017. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27943006002>> ISSN 1316-5216

PINTO, Ana Júlia; BRANDÃO, Ana Luísa. **A multi-scale approach of public space networks in the scattered city**. Urban Design International. 2015. Pag. 175–194. doi:10.1057

PINTO, Ana Júlia; REMESAR, Antoni. **Public Space Networks as a Support for Urban Diversity**. Open House International. Vol. 37 nº2. 2012. Pag 15-22.

PINTO, Ana Júlia; REMESAR, Antoni. **Urban Cohesion**: A Public Space Network Assessment. On the waterfront. Vol. 39 nº2. 2015. Pag 7-25.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. 86 p. (Coleção Primeiros passos ; 203).

SANT'ANNA, Rogéria Motta de. **Mesa - Políticas públicas para mobilidade**: desafios da Psicologia. Conselho Federal de Psicologia. Psicologia e Mobilidade: o espaço público como direito de todos. Brasília, 2010. Pag. 57-63.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 308 p.

SENNETT, Richard . **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 362p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 190 p.

TARDIN, Raquel. **Landscape And Urban Planning**: A Systemic Approach. Urban Planning: Practices, Challenges and Benefits. 2014. Pag. 33-48.

THIRY-CHERQUES, H. R. **Saturação em pesquisa qualitativa**: estimativa empírica de dimensionamento. Revista PMKT. n.3, p.20-27, 2009

TRUJILLO, Victor. **Pesquisa de mercado qualitativa e quantitativa**. São Paulo: Scortecci, 2001.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

VIEGAS DA SILVA, Ricardo Miguel Gerreiro. **O Contributo de Carl Gustav Jung**. Trabalho de Curso. Teorias da personalidade. O portal dos psicólogos. 2010. Acesso em: 22 de fevereiro de 2019. Disponível em: < <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0259.pdf>>

WHYTE, William H. **The Social Life of Small Urban Spaces**, Project for Public Spaces, New York.1980.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro base para entrevista semiestruturada

1ª unidade – Percepção do Espaço Público

- Qual sua idade?
- Que bairro você mora?
- Há quanto tempo vive em Criciúma?
- Com que frequência você vem à Praça?
- Por qual motivo você vem à Praça?
- Você gosta dessa Praça? Por quê?
- E o que mais gosta?
- O que menos gosta?
- Para você, a praça vai até aonde?
- Por que a praça faz parte do seu roteiro?
- Qual seu caminho mais comum por aqui?
- Você se sente seguro andando aqui?

2ª unidade – Relação dos espaços circundantes

- Qual espaço aqui ao redor, que você acha ser mais fácil de ir? Por quê?
- E qual espaço aqui próximo você menos gosta de ir? Por quê?
- Onde você mais gosta de ir na cidade? Por quê?
- Fica próximo à sua casa?
- O que você mais gosta nesse espaço que você mais gosta de ir?
- Qual a praça ou parque que você mais gosta na cidade?
- E qual que você mais frequenta?

3ª unidade – Percepções Sensoriais

- Onde você passa a maior parte do seu tempo?
- E aqui na praça, onde você passa a maior parte do tempo?
- Aqui onde estamos agora, se você fosse tirar uma foto, do que, ou qual posição seria essa foto?

- Aqui onde estamos agora, qual som você mais escuta?
- E se você estivesse no lugar que mais gosta qual som você mais ouve lá?
- E qual cheiro você sente aqui na praça?
- E se você estivesse no lugar que mais gosta qual cheiro você sentiria lá?

ANEXOS

ANEXO A – Parecer substanciado do Comitê de Ética

UNIVERSIDADE DO EXTREMO
SUL CATARINENSE - UNESC



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A REDE INTEGRADA DE ESPAÇOS PÚBLICOS DE CRICIÚMA E SUAS CONEXÕES

Pesquisador: TERESINHA MARIA GONÇALVES

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 94082418.1.0000.0119

Instituição Proponente: Universidade do Extremo Sul Catarinense

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.798.519

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma investigação que busca entender a ocupação dos espaços públicos, como as praças, em cidades com regiões de alta densidade. Busca-se com a pesquisa entender como os indivíduos se apropriam destes lugares, pois nossa dinâmica de ocupação urbana expulsa as pessoas dos locais de sociabilidade. Assim, o trabalho versa sobre o direito a cidade e como o acesso as redes de espaços públicos podem reforçar elementos de cidadania e causar sentimento de pertença a uma comunidade

Objetivo da Pesquisa:

Analisar a rede de espaços públicos de Criciúma/SC, com foco na conexão e otimização destes tendo por base a percepção do usuário e dinâmicas espaciais.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

O/A pesquisadora não menciona a perda de confidencialidade como um risco, deixa claro que será preservado o anonimato, mas não remete a perda de confidencialidade como exposto no modelo de TCLE disponível pelo Comitê.

Benefícios:

Aprimoramento do conhecimento das questões urbanas referentes ao espaço público, bem como auxílio na identificação das percepções da população em relação aos espaços públicos da cidade.

Endereço: Avenida Universitária, 1.105

Bairro: Universitário

CEP: 88.806-000

UF: SC

Município: CRICIUMA

Telefone: (48)3431-2606

E-mail: cetica@unesc.net

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC



Continuação do Parecer: 2.798.519

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é de grande relevância para as ciências ambientais, pois trata da interação dos indivíduos como o meio em que vivem, podem contribuir para o pensar o processo de ocupação das áreas públicas coletivas, contribuindo para o fortalecimento da cidadania e da qualidade de vida.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos estão de acordo com a CEP. Apenas o TCLE não apresenta em seu corpo a possível quebra de confidencialidade.

Colocar como critério de exclusão, menores de idade no TCLE.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Rever e mencionar a questão da perda de confidencialidade no TCLE

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1169712.pdf	20/07/2018 11:17:03		Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO_GABRIELE.pdf	20/07/2018 11:14:01	TERESINHA MARIA GONÇALVES	Aceito
Outros	CARTA_DE_ACEITE_Gabriele.jpg	13/07/2018 13:46:58	TERESINHA MARIA GONÇALVES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Gabriele.docx	12/07/2018 09:34:46	TERESINHA MARIA GONÇALVES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_GABRIELE_SCHEIBLER.docx	12/07/2018 09:30:04	TERESINHA MARIA GONÇALVES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Avaliação da CONEP:

Não

Endereço: Avenida Universitária, 1.105

Bairro: Universitário

UF: SC

Município: CRICIUMA

CEP: 88.806-000

Telefone: (48)3431-2606

E-mail: cetica@unesc.net

UNIVERSIDADE DO EXTREMO
SUL CATARINENSE - UNESC



Continuação do Parecer: 2.798.519

CRICIUMA, 03 de Agosto de 2018

Assinado por:
RENAN ANTONIO CERETTA
(Coordenador)

Endereço: Avenida Universitária, 1.105

Bairro: Universitário

UF: SC

Município: CRICIUMA

CEP: 88.806-000

Telefone: (48)3431-2606

E-mail: cetica@unesc.net

ANEXO B – Figura 12 – Esquema do Bairro Centro com destaque nas áreas de percepção dos usuários dos limites da Praça Nereu Ramos.



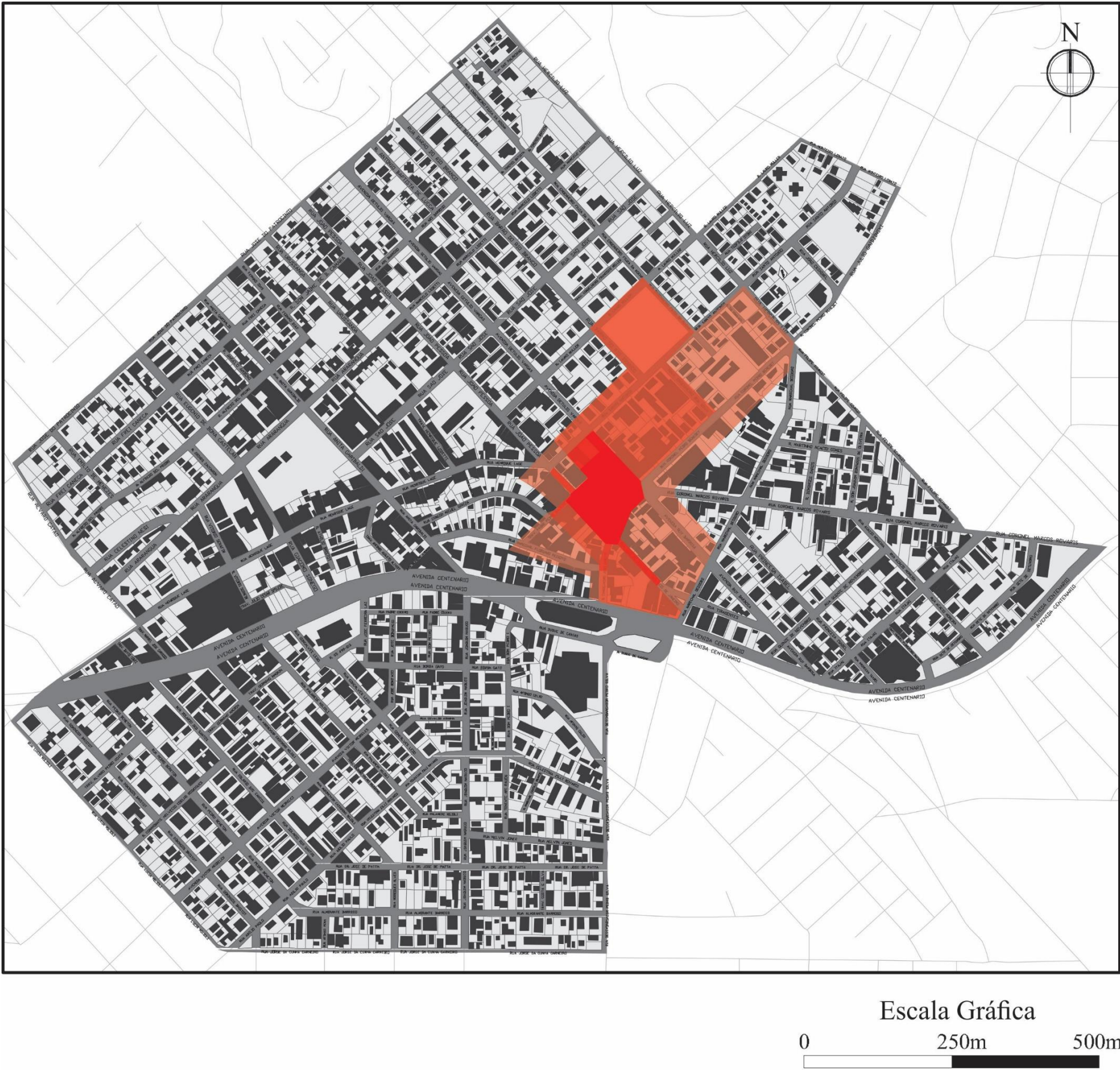
LEGENDA:

- Praças (Espaços Públicos)
- Rio Criciúma

- Limite na quadra da Praça, área com vegetação e edifícios ao seu redor
- Limite na quadra da Praça e alguns elementos a mais fora dela
- Limite mais abrangente que não corresponde a estrutura morfológica da Praça



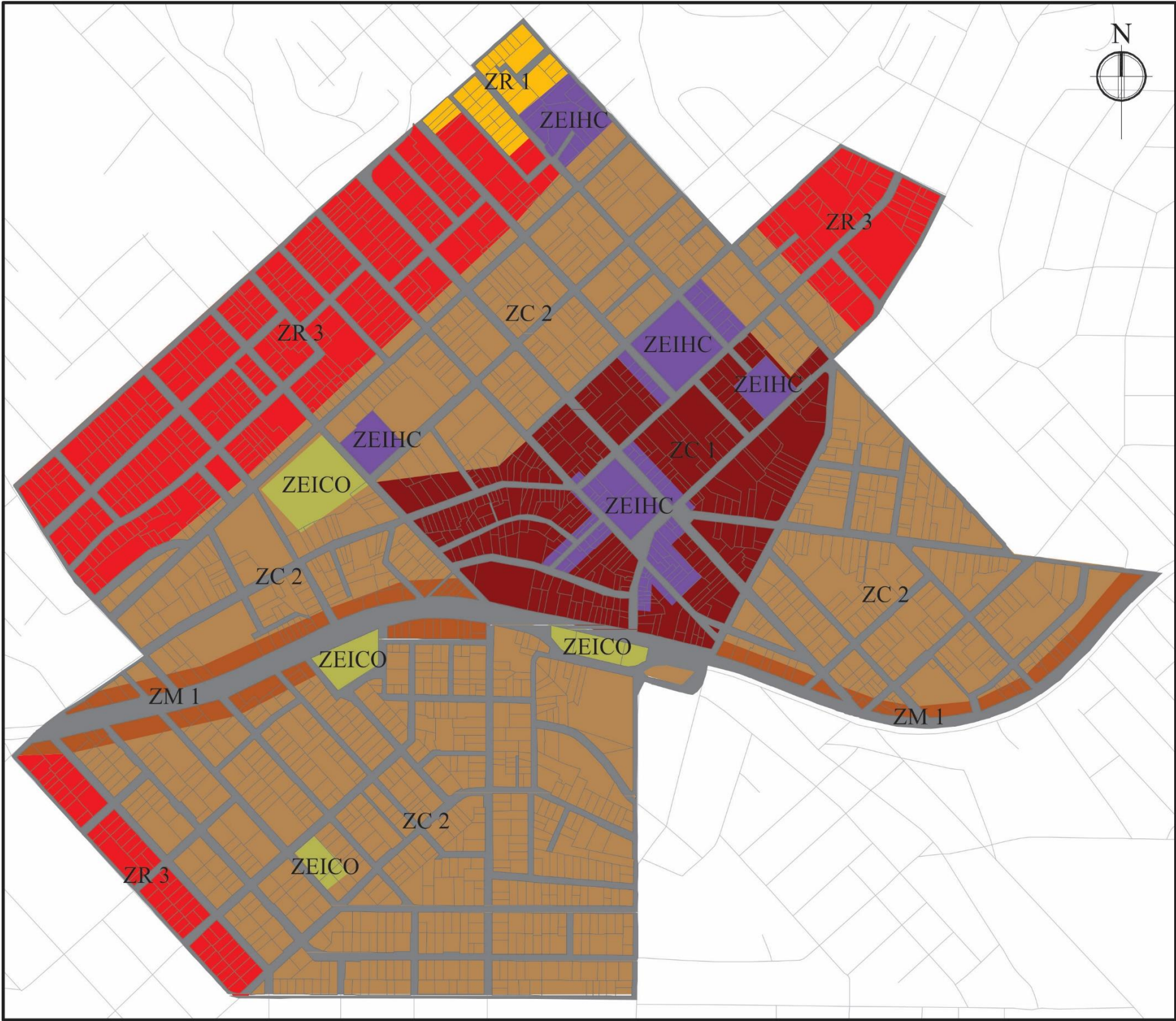
ANEXO C – Figura 29 - Esquema do Bairro Centro com destaque na abrangência da Praça Nereu Ramos conforme os entrevistados, sobrepostos em transparência.



LEGENDA:

 Limite da praça percebido pelos usuários, sobrepostos em transparência

ANEXO D – Figura 30 - Esquema do Bairro Centro com zonas conforme Plano Diretor.



LEGENDA:

- ZC 1 -Zona Central 1
- ZC 2 - Zona Central 2
- ZEICO - Zona Especial de Interesse da Coletividade
- ZEIHC - Zona Especial de Interesse Histórico e Cultural
- ZM 1 - Zona Mista 1
- ZR 1 - Zona Residencial 1
- ZR 3 - Zona Residencial 3

Escala Gráfica



ANEXO E – Figura 31 - Esquema do Bairro Centro com edificações e espaços públicos existentes, contrastando com terrenos vazios.



- LEGENDA:
- Praças Existentes (Espaços Públicos)
 - Espaços Vazios (Terrenos Baldios)
 - Rio Criciúma

